

## Índice

<b><u>Nota Introdutória</u></b>	<b>2.</b>
<b>I. <u>Enquadramento Geográfico</u></b>	<b>5.</b>
<b>II. <u>Demografia</u></b>	<b>9.</b>
<b>III. <u>A Problemática do Alojamento</u></b>	<b>13.</b>
a-) <u>Habitação Social</u>	18.
<b>IV. <u>Instrução</u></b>	<b>26.</b>
<b>V. <u>Saúde</u></b>	<b>33.</b>
<b>VI. <u>Estrutura Económica</u></b>	<b>38.</b>
<b>VII. <u>Acção Social</u></b>	<b>48.</b>
a-) <u>A Família e a Infância (Fase Pré – Activa)</u>	49.
b-) <u>Problemática do Envelhecimento (Fase Pós – Activa)</u>	53.
<b>VIII. <u>Deficiência</u></b>	<b>61.</b>
<b>IX. <u>Pensionistas</u></b>	<b>66.</b>
<b>X. <u>Factores Potenciadores de Pobreza</u></b>	<b>69.</b>
a-) <u>A Cultura da Pobreza: O Circulo Vicioso</u>	72.
b-) <u>Rendimento Mínimo Garantido</u>	77.
<b>XI. <u>Associativismo e Equipamentos Desportivos e Recreativos</u></b>	<b>83.</b>
<b>XI. <u>Bibliografia</u></b>	<b>89.</b>
<b>XII. <u>Anexos</u></b>	<b>99.</b>

## **Nota Introdutória**

No âmbito do Programa Rede Social, e em seguimento do trabalho elaborado (Pré – Diagnóstico), foi realizado o Diagnóstico Social Concelhio. Para uma real compreensão deste documento é necessário um conhecimento do Pré Diagnóstico, na medida em que este consiste numa análise/problematização qualitativa dos dados apresentados no Pré – Diagnóstico.

Qualquer análise, que possa ser feita acerca de determinado fenómeno, terá que ter em consideração o contexto em que ele ocorre. Torna-se impossível a análise dos fenómenos desinseridos do seu contexto real, pois se assim fosse a análise resultaria em algo parcial. Todos os factos analisados neste documento foram inseridos e trabalhados no seu real contexto concelhio.

O Diagnóstico Social *“consiste no conjunto de procedimentos através dos quais se tenta estabelecer a natureza e magnitude das necessidades e problemas assim como de potencialidades de uma realidade social que é motivo de estudo ou investigação. Comporta também a determinação dos recursos disponíveis e dos potenciais e tem por finalidade servir de base para acção (projecto ou programa de intervenção) e para fundamentar estratégias conforme as necessidades e aspirações manifestadas pelos interessados directamente ou através das suas organizações ou associações. Implica, por isso, a participação em todo o processo da população envolvida. Constitui um processo dinâmico em permanente construção, que se não deve limitar a descrever situações, mas encontrar a explicação das causas sustentada num enquadramento teórico, interpretativo da totalidade.”<sup>1</sup>*

Deste modo, através do Diagnóstico Social é possível conhecer os recursos existentes, fazer um recenseamento dos problemas e uma interpretação das necessidades locais; torna-se possível a definição de prioridades e estratégias a adoptar, para transformar as potencialidades em reais oportunidades de desenvolvimento. Sucintamente, o Diagnóstico Social é o conhecimento alargado do meio social, onde se revejam as vulnerabilidades, mas também as potencialidades/recursos do meio de intervenção, de uma forma permanente e sistemática, no âmbito dos vários sectores.

Este documento é, fundamentalmente, uma análise qualitativa dos dados apresentados anteriormente, e para a sua realização muito contribuiu o conhecimento possuído pelos técnicos do Núcleo Executivo e membros do CLA'S de Castelo de Paiva, na medida em que através de uma discussão conjunta e participada conseguimos aceder e problematizar determinadas questões, que sem este conjunto seriam difíceis de aflorar.

Seguimos o raciocínio do Pré – Diagnóstico, analisando vários itens ao longo do Diagnóstico, tentando manter um fio condutor entre eles:

- **Enquadramento Geográfico**

Avaliamos a localização geográfica do Concelho num todo e as suas freguesias, assim como as potencialidades, recursos disponíveis em cada uma das freguesias;

- **Demografia**

Neste item analisamos o movimento demográfico da população; os avanços e recuos e quais os factores que se poderão encontrar na base destes movimentos;

- **Alojamento (Habitação Social)**

No âmbito desta problemática tentamos compreender as vivências dos habitantes dos Bairros Sociais e problematizar a necessidade ou não, deste tipo de infra-estruturas no Concelho.

- **Instrução**

Neste item analisamos a evolução da escolarização ao longo dos tempos e a importância desta para uma inserção positiva no mercado laboral e na sociedade como um todo.

- **Saúde**

No âmbito desta temática tentamos caracterizar o estado da saúde no concelho referenciando as valências disponíveis e caracterizando as doenças/problemáticas que afectam a população concelhia.

- **Estrutura Económica**

A economia concelhia alterou-se ao longo dos anos, dando azo à substituição de uma mono economia por uma diversidade de investimentos. A instalação de novas unidades industriais no Concelho tem sido uma realidade. Contudo, a mão – de – obra disponível sofre de uma multiplicidade de carências formativas que são necessárias colmatar.

- **Acção Social**

Neste tópico analisamos as IPSS e as problemáticas a que estas instituições tentam dar respostas concretas; analisamos a problemática da deficiência e as políticas existentes de apoio social a estes actores sociais; os pensionistas e questionamos acerca do modo de vida destes; avaliamos também a medida do RMG, as suas respostas e os seus efeitos perversos. Tentamos compreender a dinâmica intrínseca a esta medida.

- **Associativismo e Equipamentos Desportivos**

Tentamos abordar e compreender o associativismo existente no concelho, os motivos que levaram ao seu aparecimento e algumas das problemáticas que afectam estas organizações.

Em suma, o diagnóstico Social constitui um singelo instrumento de análise da realidade social concelhia, que poderá contribuir de forma muito significativa para uma futura intervenção.

## **I – Enquadramento Geográfico**

O Concelho de Castelo de Paiva, situado na extrema faixa Litoral Norte, no Distrito de Aveiro, está limitado geograficamente a Norte, pelo Rio Douro que o separa do Concelho do Marco de Canavezes, Penafiel e Gondomar; está separado a Sul, do Concelho de Arouca por uma cordilheira de serras: a Serra Alta ou Alto de Santo Adrião, Cerquidelo, Gamarão e a Serra da Vala; serve-lhe de termo Este, o Rio Paiva, que o separa do Concelho de Cinfães; a Oeste, é limitado pelo Rio Arda, Serra do Cabeço de Sobreira e o Ribeiro de Areja, que o separa do Concelho de Gondomar. Castelo de Paiva tradicionalmente rural, circunscreve-se numa área de 115 km<sup>2</sup> distribuída heterogeneamente pelas nove Freguesias (Bairros, Fornos, Paraíso, Pedorido, Raiva, Real, Santa Maria de Sardoura, São Martinho de Sardoura e Sobrado). As Freguesias com menor número de população residente são as que possuem uma maior área: Paraíso (21,9 km<sup>2</sup>) e Real (33,1 km<sup>2</sup>). A densidade populacional destas Freguesias é a mais baixa a nível concelhio: 44, 52 e 41,42, respectivamente. Situa-se no litoral, contudo ainda possui características que marcam o início da interioridade.

Este Concelho é marcado pela sua beleza paisagística, repartindo-se a sua população pelas actividades agrícolas, florestais e industriais.

Por entre baldios, vinhas e socalcos montanhosos vislumbram-se pequenas aldeias, algumas delas banhadas pelos rios; as maiorias destas permanecem agrilhoadas ao passado, não conseguindo acompanhar o ritmo de desenvolvimento que se tem instaurado no Concelho. As grandes extensões de pinhais contrastam com a edificação de grandes construções na sede do concelho e noutras freguesias contíguas a esta.

A riqueza paisagística do Concelho é uma potencialidade subaproveitada. O Rio Douro corre por entre ravinas formando um trajecto de “serpente”; aos pés deste emergem pequenas aldeias das quais os habitantes durante muito tempo tiram o seu sustento. O Rio Paiva, o menos poluído da Europa, é um local de sonho, as suas águas puras descem por entre pedras e calhaus. A Ilha dos Amores é mais uma artimanha da Natureza. Por entre as águas destes Rios vêem-se circular embarcações (umas mais tradicionais do que outras) com o fim turístico (passeios) ou com o fim lazer (pesca). O Rio Arda serpenteia por entre margens recobertas de verde e convida a umas horas de lazer nas suas margens. Os tesouros panorâmicos cativam a vista de qualquer visitante e dão uma sensação interior de serenidade e paz.

A gastronomia concelhia é um convite à visita do Concelho (Sável, Arroz de Lampreia, Cabrito Assado, Doces e Pão – de – Ló de Serradelo), assim como o artesanato (Objectos em Cobre

e Estanho, Cestaria, Miniaturas de Barcos Rabelos em Madeira, Miniaturas de Casas em Xisto e Ardósia e tecelagem).

A Freguesia de Bairros (com uma área de 8,6 Km<sup>2</sup>) é sobranceira ao Rio Paiva, em certos lugares banhada por ele. Nas encostas desta produz-se o famoso vinho verde tinto que contrasta com a paisagem verdejante. O límpido do Paiva convida qualquer visitante a uma reflexão e a uma entrada em estado de abstracção positiva. Também é de interesse o miradouro de Carral – Meão mais conhecido por “Mira – Paiva”, pois a paisagem que se desfruta é o Rio Paiva e a Ponte da Bateira. Esta ponte sobre o Rio Paiva é construída em granito de um só arco. Aqui termina o Concelho de Castelo de Paiva e começa o de Cinfães. A limpidez do Rio Paiva permite-nos visualizar as trutas e as vogas que “circulam” no Rio e é um local apazível para umas horas de pesca.

Na Freguesia de Fornos (com uma área de 4,1 Km<sup>2</sup>) desagua o Rio Paiva junto à “Ilha dos Amores”, (Ilha do Castelo) a única no troço nacional do Rio Douro que vislumbra quaisquer olhos que a avistem. Durante muito tempo a população desta Freguesia viveu única e exclusivamente da pesca.

A Freguesia de Paraíso (com uma área de 21,9 Km<sup>2</sup>) emerge por entre os verdes campos e por entre uma extensão contínua de verdura. A romaria de Santa Eufêmia atrai imensos peregrinos de terras distantes. A extensão de verdura alicia a um passeio turístico por entre as serras e baldios.

A Freguesia de Pedorido (com uma área de 12,1 Km<sup>2</sup>) encontra-se em franco desenvolvimento infraestrutural. A Zona Industrial de Lavagueiras aí implantada encontra-se em ritmo acelerado de desenvolvimento. O Rio Douro banha as margens ribeirinhas desta Freguesia e permite uns passeios de barco, uma tarde bem passada na praia fluvial e uma pescaria. Para além de tudo isto podem lanchar ou beber alguma coisa nas esplanadas implantadas na margem ribeirinha. Uma Freguesia que, durante muitos anos, sobreviveu e orientou todas as suas actividades em torno da exploração mineira, após o encerramento desta teve muitas dificuldades em se reavivar social e economicamente. Após uma fase menos positiva, actualmente esta Freguesia possui potencialidades de desenvolvimento.

A Freguesia de Raiva (com uma área de 15,3 Km<sup>2</sup>) é banhada pelo Rio Douro e atravessada pelo Rio Arda. As margens destes Rios recortam a montanha. A beleza natural destes recursos hídricos enriquece substancialmente o Concelho.

A beleza do Monte de São Domingos encanta os visitantes que avistam o Douro e grande parte do Concelho, assim como acolhe centenas de peregrinos.

O Pão – de – Ló e os Doces de Serradelo são uma delícia a saborear. As “casinhas” de xisto, o artesanato em madeira, o mel caseiro são aspectos artesanais a considerar.

As aldeias ribeirinhas, escondidas no fundo da montanha, marcam a traça original da construção antiga (xisto e lousa).

Real é uma Freguesia (com uma área de 33,1 Km<sup>2</sup>) dispersa e também verdejante. A extensão que ocupa permite a ligação entre Castelo de Paiva e Arouca. O Monte de Santo Adrião caracteriza-se por ser um local alto e possuir uma “capelinha” no seu topo, este local permite uma visão sobre uma grande parte do Concelho. Quando florescem as flores e as árvores, a vista deste local permite-nos construir quadros paisagísticos de rara beleza.

Em Santa Maria de Sardoura (área de 10,1 Km<sup>2</sup>) encontramos o Porto Fluvial de Sardoura que é uma importante estrutura integrada no projecto de navegabilidade do Douro, que permite uma maior rapidez e economia de custos de transporte, contribuindo também para o desenvolvimento turístico da região. Os aglomerados populacionais são contíguos e alguns deles têm a seus pés o Rio Douro; a construção de edifícios começa a consagrar-se continuamente. Atravessada por estradas e ruelas, esta Freguesia também tem a sua beleza própria.

São Martinho de Sardoura (área de 4,3 Km<sup>2</sup>) Freguesia em franco desenvolvimento tem progredido consideravelmente ao longo dos anos. O artesanato em cobre é o ex-libris desta Freguesia.

Sobrado (com uma área de 5,4 Km<sup>2</sup>) é a Freguesia mais desenvolvida infraestruturalmente. No centro podemos encontrar uma praça com um jardim com a estátua do Conde de Castelo de Paiva (grande benemérito do Concelho). As lojas circundam este espaço pedonal. As actividades bancárias concentram-se nesta área. Os monumentos arqueológicos também podem ser visitados, assim como fontes e quintas da Boavista.

O Miradouro de Catapeixe localiza-se junto à estrada Nacional 224, este local permite avistar a Ilha do Castelo, assim como a Foz do Rio Paiva e uma grande extensão do Rio Douro.

Após esta caracterização sucinta das nove Freguesias do Concelho podemos concluir que nos encontramos perante um paraíso da Natureza, uma riqueza natural que pode ser aproveitada de modo mais positivo. As belas paisagens, algumas marcadas pela intervenção humana marcam a diferença face a outros concelhos. O turismo rural é uma actividade com futuro no Concelho.

A rede de acessibilidades que estrutura o território de Castelo de Paiva, apoia-se em duas ENN – a EN 222 que liga ao litoral, à área metropolitana e ao Douro Sul pela margem esquerda do Rio, e a EN224 que liga ao Norte do Douro e, atravessando a frente montanhosa, à região do Centro.

O Concelho é atravessado por estradas nacionais (222, 224 e 225), municipais e caminhos. Denota-se a reduzida capilaridade da rede de estradas, associada a um deficiente estado de conservação de parte considerável destas vias de comunicação (não apenas a nível de estradas municipais). Este é um dos constrangimentos ao desenvolvimento, pois a sinuosidade e as más condições das estradas não atraem as pessoas, embora estejam a ser feitos esforços nesse sentido.

Castelo de Paiva é uma Vila tranquila e pitoresca, entre serranias e vinhedos. Nas proximidades, velhos solares, a fita azul do Rio Douro, com os antigos portos de barcos rabelos de Pedorido e do Castelo, as aldeias históricas de Raiva, São Martinho de Sardoura e Santa Maria de Sardoura, o Miradouro do Monte de São Domingos, de amplos horizontes.

## **II – Demografia**

As sociedades são sinónimos de mutabilidade, elas não são estanques no tempo, sofrem alterações, por vezes umas mais significativas que outras.

Em termos demográficos podemos dizer que Castelo de Paiva é marcado por avanços e retrocessos ao longo dos tempos. Em 1981 a população residente era superior à residente em 1991. Este facto correlaciona-se com a extracção mineira que, durante anos, foi o motor de desenvolvimento da economia concelhia.

Na década de 90, a população residente no Concelho sofreu um decréscimo. Este decréscimo correlaciona-se com o encerramento da maior fonte empregadora do Concelho – Minas do Pejão.

A desvitalização industrial do sistema local de emprego salientava-se pela permanência no sector primário, possuindo uma indústria transformadora incipiente, uma agricultura tradicional e um sector terciário em fase de florescimento. As mono economias absorvedoras de grande quantidade de mão – de – obra são sinónimo de debilidade social. Quando se desestruturam existe uma sequência contínua de desagregações de fluxos de mobilidade com sentidos e intensidades diferentes. Castelo de Paiva não ficou alheio ao encerramento da sua maior fonte empregadora – a Empresa Carbonífera do Douro -, nem às repercussões sócio – económico – culturais que advieram desse encerramento.

O período de 1991/2001 foi marcado por ciclos demográficos positivos e negativos que proporcionam alterações significativas na estrutura social. A estas alterações subjazem uma multiplicidade de factores sócio – demográficos e culturais.

A população residente no Concelho viveu de e para a Mina. Era do trabalho nas Minas que advinham os rendimentos da maioria da população residente, principalmente daqueles que residiam nas freguesias que formavam o Couto Mineiro do Pejão (Paraíso, Pedorido e Raiva). Contudo, não eram apenas estes que beneficiavam com as minas, pois o desenvolvimento endógeno, ainda que tímido, ficou a dever-se a elas, na medida em que eram os rendimentos que delas advinham que geravam de outros rendimentos, nomeadamente comércio.

O encerramento desta Empresa num contexto de mono – economia desestruturou toda a estrutura social. As pessoas não tinham emprego, nem perspectivas de o encontrar a curto – prazo visto não existirem alternativas e não existir adequabilidade entre os perfis profissionais (o adquirido e o necessário para uma nova inserção). Estas questões, com maior incidência na falta de alternativas de emprego obrigaram muitas pessoas a sair do Concelho com a expectativa de

encontrarem um posto de trabalho. Quando não saíram definitivamente sujeitaram-se a migrações pendulares.

Esta questão criou uma crise no Concelho – elevado número de mão – de – obra disponível, perfis profissionais desadequados ao mercado laboral, falta de instalações industriais no Concelho, que teve como repercussão principal a saída de alguns agregados familiares do Concelho.

Em 1991 as Freguesias que apresentavam maior número de população residente eram a de Raiva (2472) e a de Santa Maria de Sardoura (2475). Estes números podem também ser correlacionados com a proximidade à exploração mineira.

Com a passagem do tempo houve uma inversão nesta situação, existiram Freguesias que cresceram mais e outras que tiveram um crescimento mais lento. As variações populacionais devem-se a múltiplos factores: exiguidade de oportunidades de emprego no Concelho, exiguidade de escolas técnicas e profissionais, obrigatoriedade a deslocações pendulares ou definitivas para outros Concelhos (com maior enfoque nos Concelhos limítrofes).

A Freguesia de Sobrado de 1991 para 2001 sofreu um significativo aumento populacional. A acrescência populacional pode justificar-se pelo crescente desenvolvimento que conheceu ao longo dos anos: os órgãos de decisão encontram-se implantados nesta Freguesia, assim como uma grande parte dos equipamentos e serviços de apoio à população. As actividades terciárias e secundárias assumem uma visibilidade considerável. Esta Freguesia é uma, senão a mais dotada infraestruturalmente, constituindo o centro de todas as actividades.

Por sua vez, a população residente na Freguesia de Raiva decresceu minimamente; se até 1991 quem vivia na Freguesia de Raiva se encontrava mais próximo da fonte de rendimentos do Concelho, a partir do encerramento das Minas do Pejão esta situação inverteu-se. As Freguesias que constituem o Couto Mineiro de Pejão, todas elas sofreram variações.

O aumento da população residente (2001) em Pedorido não assume um grau de significância muito elevado, contudo se nos apoiarmos numa visão mais futurista talvez possamos constatar que esta variação tem tendência para se acentuar positivamente, visto que, a Zona Industrial de Lavagueiras aí implantada, possui potencialidades e probabilidades de se expandir. A expansão empresarial é um factor que contribui para o acréscimo populacional em torno da zona em que se circunscreve este desenvolvimento.

Estas alterações também se podem correlacionar com o ciclo natural da vida. Denotou-se um decréscimo na taxa de natalidade e um acréscimo na taxa de mortalidade. O decréscimo da taxa de natalidade verificado de 1991/1999 pode ser, de certo modo, explicado pelas transformações ocorridas na sociedade moderna: maior informação, planeamento familiar, pouco tempo disponível

para os cuidados e atenções com os filhos, incremento na medicina e tecnologias afins, cuidados de saúde mais acessíveis, maior higiene e segurança, etc... De certo modo, este fenómeno correlaciona-se com as alterações circunscritas no tipo de família preponderante na sociedade actual.

O acréscimo da taxa de mortalidade dever-se-à ao ciclo natural, isto é, ao envelhecimento da população.

Em termos de grupos etários constatamos que os mais preponderantes são os de 25 – 64 anos, o que nos permite tirar duas conclusões: existe uma elevada proporção de indivíduos em idade activa e encontramos-nos perante o fenómeno de envelhecimento populacional.

A população presente no Concelho tende a ser em maior número do sexo feminino do que do sexo masculino. Com a passagem do tempo esta tendência tende a alterar-se. Podemos correlacionar este facto com a entrada da mulher no mercado de trabalho (em 1991 a diferença entre homens e mulheres presentes era de 669 indivíduos, no entanto em 2001 há uma diminuição para 525 indivíduos).

A entrada da mulher no mercado de trabalho dá azo à substituição da família alargada pela família nuclear. A família foi durante muito tempo o lugar da solidariedade entre as gerações: as crianças, uma vez tornadas adultas, tomam a seu cargo os pais idosos, tanto no plano financeiro como no afectivo. Esta função vê hoje a sua importância diminuir com o desenvolvimento dos sistemas de protecção social e a criação de estruturas de acolhimento colectivas para a terceira e quarta idades. Segundo Durkheim, a família tem tendência para se contrair à medida que a divisão social do trabalho se desenvolve: a família extensa tende pois a deixar o seu lugar à família conjugal.

Os encontros entre os membros da família conjugal podem, por vezes, resumir-se a encontros pontuais no final do dia. Os pais têm dificuldades no processo de educação dos filhos e estes acabam por se socializar com a ajuda de outras instituições. No seio da família nuclear deixa de existir lugar para os mais velhos, pois não têm tempo para dedicar aos cuidados que estes necessitam e, para além disto, se querem competir e ter lugar na sociedade industrial têm que se encontrar munidos de uma mobilidade social dinâmica, que implica obrigatoriamente mobilidade geográfica. A sociedade actual é uma sociedade atomizada, pois o estilo de vida predominante fragmentou a família alargada e posteriormente a família nuclear, tornando por vezes difícil a possibilidade diária de pais e filhos se encontrarem e conviverem. É um estilo de vida onde a criança não tem lugar devido e onde o idoso não tem lugar. Este fenómeno começa a evidenciar-se em alguns pontos do Concelho, não em todos, visto que ainda permanece activa a “solidariedade de parentesco”: avós ou outros familiares que ficam com as crianças ou mesmo vizinhos. A nosso ver

este fenómeno tem menos visibilidade na Freguesia de Sobrado, pois esta possui infra-estruturas que permitem solucionar o problema, contudo existem outras Freguesias em que este “solidariedade de parentesco” se deve evidenciar com maior intensidade.

### **III – A Problemática do Alojamento**

*“A produção habitacional vive um longo e prolongado marasmo. A inépcia, a falta «de imaginação e de iniciativa e a impunidade instalaram-se na Administração Habitacional. Esta, nos últimos anos, vem sendo gerida de forma a satisfazer redes de interesses privados e clientelares, sem qualquer preocupação pelas necessidades da colectividade e sem vontade (ou capacidade) para a modernização das políticas e das estruturas.”<sup>2</sup>*

A habitação é um bem essencial à sobrevivência quotidiana do ser humano, de tal modo que constitui um indicador indirecto das desigualdades sociais existentes. Deste modo, a habitação aparece por vezes como fonte de conflito e de negociação entre instituições e agentes envolvidos na sua produção, consumo e apropriação.

Na elaboração dos “Antecedentes, Metodologia e Conceitos” relativos aos Censos 1991, o conceito de alojamento aparece definido como: *“o local distinto e independente que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado, se destina à habitação humana e no momento censitário não está a ser utilizado totalmente para outros fins; ou qualquer outro local que, no momento censitário, estivesse a ser utilizado como residência de pessoas.”*

A natureza complexa e problemática da questão do alojamento tem-se traduzido ao longo do tempo na elaboração de uma série de teorias e abordagens multidisciplinares sobre o assunto. Nas diferentes abordagens existe, em termos gerais, uma clara distinção entre as abordagens ecológicas e néo-clássicas que realçam as condições de equilíbrio do mercado e as perspectivas marxistas que analisam o alojamento à luz da luta de classes e da desigualdade social.

A importância significativa destes modelos teóricos prende-se, grosso modo, pelo vasto contributo na compreensão e conhecimento do alojamento, (atendendo à diversidade de quadros conceptuais e correntes de pensamento) não como um simples conceito funcional, instrumental, mas antes dotado de uma grande diversidade de práticas de uso, de apropriação cultural, simbólica e afectiva. É a partir das décadas de 60 e 70 que os temas relacionados com o alojamento adquirem uma preocupação mais sociológica. Até esta altura, o domínio das teorias marxistas, relacionava o alojamento com a produção da força de trabalho (enquanto factor de produção e elemento essencial à reprodução da força de trabalho), dedicavam pouca importância ao papel dos actores sociais na sua função de apropriação. Na visão Marxista, os actores sociais, *“ (...) estavam demasiado “alienados” e “classificados” devido às relações de exploração da força de trabalho, para que fosse possível valorizar as dimensões mais subjectivas e psico-sociais que a análise dos processos de apropriação exigiam.”<sup>3</sup>*

Progressivamente, foi-se reconhecendo as várias implicações e dimensões que a questão do alojamento representava na vida dos actores sociais. Estes não eram simples agentes passivos, mas antes intervinham moldando e apropriando. A abordagem dos processos de apropriação do alojamento tem vindo a estruturar-se em torno de três ideias fundamentais:

- A função do espaço alojamento na estruturação dos modos de vida. Ou seja, a ideia de maior ou menor significância do alojamento na dimensão sócio-profissional dos indivíduos.
- As formas de usos e apropriação do espaço de habitar. Esta ideia refere-se à função de habitar como necessidade de reprodução da força de trabalho, de reprodução cultural e de protecção.
- Os factores de satisfação residencial. Subjaz aqui a ideia, de uma multidimensionalidade de necessidades associadas ao alojamento, que contraria as normas universais e complexifica as dimensões de análise<sup>4</sup>.

Hoje em dia quando se fala em pobreza e exclusão social, tem-se em mente a problemática da habitação. Quer se trate de falta de casa (situação de sem-abrigo), ou de precariedade habitacional, a verdade é que o alojamento subjaz a todo o enquadramento económico, relacional, e cultural da vida dos indivíduos.

É sabido que, de modo geral, as más condições de habitação, como espaços exíguos, falta de privacidade, más condições de higiene e salubridade, e a falta de condições mínimas de conforto, geram tensões dentro do próprio agregado. Este tipo de tensão é normalmente designado de “*stress habitacional*”.

As más condições habitacionais, podem surgir como consequência de situações de pobreza; no entanto, podem estar também na origem de toda uma série de tensões psicológicas e de insegurança que podem desencadear rupturas familiares e a perda de emprego, gerando assim, uma situação de privação por falta de recursos (pobreza).

De facto, as pessoas ao se encontrarem excluídas das condições mínimas de habitabilidade, sentem-se incapazes (ou impossibilitadas) de acederem aos domínios de integração básicos, como sendo: o social, o económico, o institucional, o territorial e o das referências simbólicas.

Por conseguinte, na problemática da habitação, o que falha é o *domínio de integração territorial*. Isto porque, a pobreza e a exclusão, por vezes não se encontram circunscritas apenas a algumas pessoas e famílias, mas a todo um território, como é o caso dos bairros degradados e de certas freguesias ou concelhos rurais. Nestes casos, “simples” melhorias e intervenções habitacionais, constituem medidas pouco solucionadoras. Ou seja, só quando forem tomadas

medidas no sentido de promover o progresso de todo o espaço, nos domínios da habitação, dos equipamentos sociais, das acessibilidades, e das actividades económicas, é que os resultados poderão apresentar-se mais positivos.

Por certo que o enorme caudal das migrações das zonas rurais (menos desenvolvidas) para as cidades ou até para os países mais desenvolvidos, constituem uma constatação de como as “regiões excluídas” determinam a exclusão dos seus habitantes, que vêm nas migrações a forma mais viável de conseguirem alguma mobilidade sócio-económica<sup>5</sup>.

Segundo Ferreira<sup>6</sup>, a problemática habitacional em Portugal, é caracterizada por um acentuado desenvolvimento desigual. As actividades secundárias e terciárias concentram-se nas grandes metrópoles e na faixa litoral. Deste modo, as populações do interior rural, deparam-se com a estagnação da vida económica e social nas respectivas regiões, e a migração aparece como a saída mais viável. Este autor refere que, este processo de urbanização concentrada da população nas grandes cidades, tem diversas consequências sobre o sector habitacional:

- deficiente utilização do parque habitacional existente;
- incremento da procura e das carências nos principais aglomerados urbanos do litoral;
- exagerada pressão sobre a procura de terrenos para construção em zonas concentradas do território, provocando um aumento especulativo dos preços.

O mesmo autor refere que a solução mais viável para o problema habitacional nacional, deve passar pelo desenvolvimento de uma política de desenvolvimento local e de descentralização político-administrativa, que fosse capaz de promover a revitalização das actividades rurais, a formação de novos pólos urbanos e industriais, o descongestionamento das grandes cidades e das zonas mais intensamente urbanizadas. Através destas medidas, as carências habitacionais estariam mais próximas de serem resolvidas, isto porque:

*“- Diminuindo a imigração para a faixa litoral limita-se o acréscimo das necessidades habitacionais com origem na mobilidade inter – regional da população;*

- *Possibilitará a utilização de uma parte do parque habitacional, hoje devoluto, nas zonas rurais e na periferia dos centros urbanos da província;*
- *Limitará as pressões urbanísticas com reflexos no exagerado aumento dos preços dos terrenos;*
- *Induzirá uma nova racionalidade económica, social e financeira através da determinação e hierarquização «localizada» das carências e da mobilização de recursos para lhes fazer face.”<sup>7</sup>*

Actualmente, uma parte significativa da população Portuguesa tem de lidar diariamente com problemas relacionados com habitação. As deficientes condições de habitabilidade ocupam um lugar central entre as causas mais ou menos directas, de muitos dos inúmeros problemas que afectam muitas famílias.

Nas zonas rurais, é ainda mais facilmente verificável a precariedade das construções e a falta de equipamentos e de serviços essenciais. A insalubridade, o desconforto e a insegurança afectam consideravelmente a vivência individual e colectiva, a saúde física e psicológica dos que se encontram nestas situações. *“A mortalidade infantil, o insucesso escolar, o absentismo e o baixo rendimento no trabalho são fenómenos que, embora radiquem na irracional organização das sociedades, se encontram directamente associados às más condições de habitabilidade (...).”*<sup>8</sup>

Perante este quadro de consideráveis carências habitacionais, as causas remetem para a existência de políticas de alojamento/habitat que, pela sua exiguidade e pelo tipo de soluções adoptadas, se constituem em autênticos obstáculos à emancipação social dos que são abrangidos por elas. A solução passa então, pela implementação de uma política de habitação ajustada às reais necessidades e recursos disponíveis e por uma consideração desta problemática, que tenha em conta toda a envolvente económica, social e cultural que a afecta e determina.

Seguindo uma ilustração, torna-se compreensível que uma medida de realojamento que não tenha em consideração a integração sócio-económica do indivíduo, pode arrastar um efeito perverso. Quando o nível de instrução e qualificação profissional não são levados em consideração, os eventuais melhoramentos a nível da habitação não irão traduzir-se numa emancipação social efectiva. Pelo contrário, esta medida de realojamento vai trazer para os indivíduos um sentimento de profundo mal-estar. A opinião de Queiroz et. al.<sup>9</sup> é a seguinte: *“em suma, para certas categorias de moradores, em especial daqueles que desprovidos de qualificação profissional e de instrução se encontram instalados na instabilidade, o novo alojamento representa contraditória e simultaneamente um acréscimo de dificuldades materiais, muitas vezes inultrapassáveis e de aspirações inacessíveis.”*

Perante uma situação de ausência das condições mínimas de conforto e habitabilidade, normalmente associadas a baixos níveis de instrução e qualificação profissional, e baixos rendimentos provenientes do trabalho, as pessoas sentem-se incapazes de planear o seu próprio futuro e o dos filhos, preocupando-se mais com questões imediatas, como os meios capazes (nem sempre formais/legais) de assegurar a sobrevivência do agregado.

Neste quadro de existência, as questões relacionadas com o planeamento familiar e escolaridade dos filhos são postas um pouco à margem, pelo que, estes agregados desenvolvem um estilo de vida próprio, que os identifica e marginaliza perante a sociedade geral.

É de referir, que quando se resolve a situação de carência mais visível – no caso, as condições de habitabilidade – e os resultados não são os esperados, torna-se mais fácil culpar os pobres pela sua miséria. No entanto, sempre que as intervenções (habitacionais) não se fizerem acompanhar de todo um enquadramento económico, social e cultural dos indivíduos, os resultados jamais poderão ser os desejados, e a pobreza e a exclusão social estarão afastadas da erradicação.

A complexidade dos problemas habitacionais que se vive em Portugal, está longe de ser resolúvel por via da construção de mais e novos edifícios, ou da atribuição de equipamentos de construção. O propósito de quebrar o círculo vicioso da reprodução das múltiplas privações que inviabilizam a autonomização dos cidadãos, não pode deixar de implicar a implementação de programas de desenvolvimento global que integrem diferentes acções nos mais variados domínios (emprego, cultura, educação, habitação), sem descurar a necessária implicação dos indivíduos nas decisões e acções a desenvolver.

As políticas habitacionais devem assentar numa perspectiva de desenvolvimento social, que aposte na revalorização das capacidades dos habitantes, e na necessidade de transformação dos contextos económicos e culturais locais<sup>10</sup>.

As autarquias aparecem como uma instância susceptível de dinamizar a integração de diferentes acções no quadro de programas de desenvolvimento social.

*“ (...) a distância hierárquica e geográfica que separa os responsáveis pela concepção e gestão da habitação social dos respectivos destinatários exprime uma das mais criticáveis características das práticas institucionais: o desprezo e a desconfiança a que, conscientemente ou não, são votados os assistidos.”*<sup>11</sup>

As autarquias locais reúnem condições para animar a cooperação de instituições (públicas e privadas), agentes económicos e profissionais em torno da concepção e implementação de programas de desenvolvimento social, adequados à complexidade dos problemas que se vivem em cada região. Esta instância (autarquia local) é geralmente responsável pela edificação e gestão da habitação social, cabendo-lhe também um papel relevante na elaboração de inovações de cariz arquitectónico/urbanístico.

Por conseguinte, está ao alcance das autarquias a implementação de medidas de redução da escala e densidade do habitat; a diversificação das formas arquitectónicas que tenham em

consideração a inserção cuidada na paisagem; o incentivar de programas de reabilitação de habitat antigo. Estas medidas, ainda que de cariz puramente morfológico, são desde já condições mais favoráveis à integração no espaço urbanístico.

As autarquias podem desempenhar um papel primordial na satisfação das carências básicas, designadamente das necessidades habitacionais. A sua implementação geográfica descentralizada, a sua relação directa com as populações e a sua natureza de detentores directos de alguns meios e recursos de promoção habitacional, conferem-lhe um estatuto de relevo no combate às principais carências e privações dominantes (nomeadamente, as habitacionais e as relacionadas com o emprego e a qualificação profissional).

#### a) Habitação Social

O espaço doméstico tem uma função estruturante para o grupo que o habita e para a relação destes com o exterior - um ambiente tranquilo e sem problemas interpessoais é importante para uma boa vivência quotidiana.

No concelho existem 3 Bairros Sociais que albergam 44 agregados familiares (casas alugadas); habitam nestes bairros 171 pessoas.

## População Residente nos Bairros Sociais por Classe Etária

	Bairro Social de Póvoa		Bairro Social de Raiva		Bairro Social de Curvite		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	
<b>0 – 14</b>	9	12	12	5	9	11	<b>27</b>
<b>15 – 24</b>	2	5	4	4	8	4	<b>80</b>
<b>25 – 64</b>	11	10	11	10	20	18	<b>6</b>
<b>» 65</b>	1	12	-	-	2	1	<b>16</b>
<b>TOTAL</b>	23	29	27	19	39	34	<b>171</b>
<b>TOTAL P/ BAIRRO</b>	<b>46</b>		<b>52</b>		<b>73</b>		

(Fonte: Câmara Municipal de Castelo de Paiva)

Estes Bairros, com localizações distintas (Sobrado, Raiva e Pedorido) permitem solucionar alguns problemas de agregados familiares mais desfavorecidos. É pertinente colocarmos a questão: qual o motivo que leva as pessoas a tentar encontrar uma habitação num destes Bairros?

Através da análise precedente, podemos apontar algumas causas que podem contribuir para a procura de habitação social deste género: os baixos rendimentos familiares, a falta de actividade profissional de alguns elementos residentes, a impossibilidade de encontrar uma habitação de outro género, etc.

A falta de rendimentos é a base em que se edifica toda a estrutura da problemática, no entanto não podemos considerá-los como a causa única do problema, pois ao falarmos do significado de alguma coisa só o podemos fazer por referência a um contexto. Só podemos compreender o significado das interações sociais se as conseguirmos situar no contexto em que se co – produzem. A exiguidade de rendimentos pode correlacionar-se com o tipo de famílias (famílias alargadas, famílias mono parentais) e com condições de vida das mesmas. O desemprego e o trabalho atípico são fenómenos que afectam uma grande quantidade de pessoas. O trabalho atípico

permite aferição de rendimentos, contudo não existem contribuições para a segurança social, nem qualquer vínculo laboral o que vai constranger o trabalhador no caso de uma “demissão”.

Os condicionamentos que se colocam relativamente ao emprego são as habilitações exigidas e as possuídas, a formação de cada uma das pessoas. As habilitações da maioria das pessoas residentes (25 – 64 anos) são baixas: 1.º ciclo e 2.º ciclo do ensino básico, existindo algumas delas que não conseguiram completar estes graus de ensino.

Habilitações Literárias das pessoas residentes nos bairros sociais (em regime de habitação social)

		0 – 14		15 – 24		25 – 34		35 – 44		45 – 54		55 – 64		>= 64	
		M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Não sabe ler nem escrever														2	
Frequenta a Pré – Primária		2	2												
1º Ciclo Ensino Básico	Completo					1	4	5	6	4	3	3	1	1	
	Incompleto							2	2	1					
	Frequenta	11	6												
2º Ciclo Ensino Básico	Completo			5	3	8	6	5	7	1	1				
	Incompleto								1		1				
	Frequenta	6	6												

		0 – 14		15 – 24		25 – 34		35 – 44		45 – 54		55 – 64		>= 64	
		M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
3º Ciclo Ensino Básico	Completo	1						2							
	Incompleto				1			2	1						
	Frequenta	2	6	2	4										
Ensino Secundário	Completo														
	Incompleto				1										
	Frequenta			2	4										
Ensino Superior	Completo									1					
	Incompleto														
	Frequenta			2	1										

(Fonte: Câmara Municipal de Castelo de Paiva)

A população mais jovem passa mais anos na escola, contudo não podemos dizer que exista uma continuidade dos estudos para além da escolaridade obrigatória, pois os dados que possuímos não nos permitem isso. Quando os pais, na sua maioria, não possuem um capital cultural médio/elevado é difícil de inculcar nos filhos a necessidade de estudar. A tendência é abandonar a escola após a conclusão da escolaridade obrigatória. Este abandono poder-se-á correlacionar com a necessidade de trabalhar para aumentar os rendimentos, e também com um motivo mais de ordem social: os adolescentes não vêem nos pais longas trajetórias escolares, optando pela mesma situação.

A erradicação da pobreza, que acaba por atingir com diferentes graus de intensidade estes actores sociais, não é um fenómeno simples e não passa pelo apoio monetário estatal, mas sim por uma intervenção na cultura dominante o que se torna um processo moroso e complicado. A interiorização de um modo de vida é difícil de ser alterada.

*“Os espaços topográficos definem espaços sociais. O espaço só existe como construção social, na medida em que é activado e apropriado pelos sujeitos. Segundo Lewin, o espaço é um espaço de vida, é uma matriz simbólica de identidade. É – se como se é porque se é de algum lugar.”*<sup>12</sup> Esta constatação aplica-se: a continuidade intergeracional, no que concerne aos modos de vida e à aquisição de capital cultural pode, de certo modo, ser uma “norma” interiorizada. A imputação de uma mudança nos modos de vida de qualquer ser social é difícil, inicialmente, de ser acatada e interiorizada de forma positiva.

Os Bairros Sociais são elementos chave da política habitacional. Nestes podem surgir comportamentos problemáticos, isto porque se encontram agregadas famílias carenciadas no mesmo conjunto habitacional, podendo originar um meio de pobreza. A convivência diária nos meios pobres poderá originar uma interiorização do estatuto de pobre e uma tentativa de evasão desse meio através de comportamentos desviantes. A reprodução da pobreza evidencia-se.

Podemos sinalizar algumas questões/problemáticas que consideramos ser interessantes para uma análise aprofundada dos Bairros Sociais.

Constatamos que a procura de fogos de habitação social é massiva, contudo começa a decrescer. Isto deve-se sobretudo à inexistência de fogos de habitação social disponíveis o que faz com que os possíveis utentes se desmotivem da procura e tentem solucionar a sua situação habitacional de um modo diferente. Outra questão que pode dar azo à diminuição da procura correlaciona-se com o estigma de carenciado ou outro que se poderá associar aos habitantes dos Bairros.

Apesar da existência destes factos, a nível do concelho a procura é superior à oferta, já que os fogos de habitação social não respondem à procura existente. Esta situação pode explicar-se devido às condições económicas da grande maioria da população que procura este tipo de habitação. Ela sabe que os custos que terá de suportar com a habitação são controlados, na medida em que o cálculo mensal da renda é feito tendo em conta os rendimentos do agregado familiar. Por vezes, as pessoas até pensam em comprar o fogo, contudo os rendimentos auferidos não são suficientes para contrair um empréstimo bancário, que apenas (nesta situação concreta) poderá ser contraída em nome do titular do fogo. Esta impossibilidade de transferência relativamente ao contraente do empréstimo condiciona a compra: esta seria muito mais efectiva, se fosse um filho a efectuar o pedido de empréstimo, devido a alguns factores, como por exemplo, a idade e os rendimentos. Esta possibilidade permitiria fazer com que existisse uma continuidade intergeracional de vivência no Bairro Social.

A atribuição das habitações sociais obedece a determinados preceitos estabelecidos em legislação própria, tendo por base uma lógica de *“comodidade e satisfação de necessidades dos beneficiários”*. Sendo assim, *“a habitação a atribuir a cada agregado familiar será a adequada à satisfação das suas necessidades, não podendo ser atribuída a cada concorrente, o direito ao arrendamento ou à propriedade de mais do que um fogo.”* *“ (...) considera-se adequada às necessidades do agregado familiar do concorrente à habitação cujo tipo, em relação à composição daquele agregado, se situa entre o máximo e o mínimo previstos (...) de modo que não se verifique sobreocupação ou sub ocupação.”*<sup>13</sup>

<i>Composição do Agregado Familiar – Número de Pessoas</i>	<i>Tipos de Habitação</i>	
	<i>Mínimo</i>	<i>Máximo</i>
<i>1.....</i>	<i>T 0</i>	<i>T ½</i>
<i>2.....</i>	<i>T ½</i>	<i>T 2/4</i>
<i>3.....</i>	<i>T 2/3</i>	<i>T 3/6</i>
<i>4.....</i>	<i>T 2/4</i>	<i>T 3/6</i>
<i>5.....</i>	<i>T 3/5</i>	<i>T 4/8</i>
<i>6.....</i>	<i>T 3/5</i>	<i>T 4/8</i>
<i>7.....</i>	<i>T 4/7</i>	<i>T 5/9</i>
<i>8.....</i>	<i>T 4/8</i>	<i>T 5/9</i>
<i>9 ou mais.....</i>	<i>T 5/9</i>	<i>T 6(*)</i>

(Fonte: Dr. N.º 50/77 de 11 de Agosto art.º n.º 3, 1), 3) )

Um conjunto habitacional, normalmente, obedece a normas arquitectónicas que têm que ser respeitadas. Podemos questionar, até que ponto a estética dos Bairros Sociais é controlada? Será possível um “beneficiário” alterar a estética da sua casa?

Da parte da entidade responsável pela habitação social existem uma série de deveres, nomeadamente de manutenção dos fogos (pintura, humidades, etc.). Será que o habitante pode promover a manutenção do seu fogo sem autorização da entidade responsável? A manutenção da parte dos beneficiários será efectiva?

Importa questionar: os fogos de habitação social são suficientes para suprir as necessidades da população Paivense?

#### **IV. - Instrução**

Cada vez mais, a preparação escolar e a aquisição de níveis escolares elevados, constituem o caminho para uma maior e melhor preparação sócio – profissional. A erradicação do analfabetismo e a qualificação escolar, apresentam-se como critérios de urgência para conseguir uma adaptação efectiva a uma sociedade, cada vez mais assente no progresso tecnológico, e portanto em competências diversificadas e adaptativas. *“Uma das razões porque uma sociedade com qualidade é a base de uma economia forte é que a primeira é constituída por pessoas instruídas. A importância das medidas na área da educação releva não só do facto de a escolaridade permitir o acesso a uma formação qualificante e ser um factor facilitador da empregabilidade, mas também do carácter preventivo de situações de marginalidade e exclusão que pode resultar da hecatombe de casos de insucesso escolar e de abandono prematuro da escola que atinge os jovens oriundos de famílias desfavorecidas.”*<sup>14</sup>

Actualmente, a instabilidade e incertezas quotidianas levaram à necessidade de uma constante adequação dos saberes e competências, o que resultou na aposta da educação ao longo da vida. Na perspectiva de Barata, *“as mudanças que perpassam as sociedades contemporâneas, nos domínios técnico e tecnológico, informacional e comunicacional, relacional e organizativo, tornam obsoletas qualificações académicas e profissionais, ontem perfeitamente ajustadas ao desempenho da profissão, impossibilitando uma preparação “para sempre” exigindo a modernização como atitude permanente.”* Importa que, *“a aprendizagem já não [seja] um processo situado e finalizado no tempo”,* antes se torne *“uma necessidade vital que acompanhe o indivíduo durante todo o seu percurso de vida.”*<sup>15</sup> Esta perspectiva, durante várias décadas não teve adequabilidade/adaptabilidade ao contexto concelhio.

Durante muitos anos, o concelho foi essencialmente agrícola, tendo sido esta actividade substituída pela exploração de carvão.

A população residente vivia essencialmente da agricultura, o que de certo modo, colocava um pouco de parte a necessidade de instrução. O tipo de família extensa encontrava-se muito presente, pois o número elevado de pessoas em coabitação permitia a existência de mão-de-obra necessária para trabalhar os campos. As crianças raramente iam à escola. O seu tempo era empregue a ajudar os pais nas tarefas domésticas ou a aprender um ofício.

Na perspectiva de Philippe Áries, as crianças iam sendo socializadas pela aprendizagem prática de trabalho; eram adultos em ponto pequeno, pois em idade precoce eram inseridos no mundo de trabalho. Podemos dizer que estas crianças eram “*a-adultos*” (o estatuto de criança não existia).

No seio das famílias começou a evidenciar-se uma distinção nas tarefas a realizar por cada elemento: à mulher cabia zelar pela casa, família e o trabalho nos campos, ao homem cabia o sustento da família e aos filhos a ajuda nas tarefas necessárias. Após o aparecimento da exploração carvoeira o homem trocou a agricultura a tempo inteiro pelo trabalho na mina. Os filhos dos mineiros, muito cedo começavam acompanhar os pais nos trabalhos da mina. A perspectiva de Áries, adequa-se aos filhos dos mineiros: iam trabalhar para a mina, aprender determinado ofício, para contribuírem para a remuneração mensal familiar. Normalmente, havia uma relação intergeracional – uma continuidade do mesmo tipo de trabalho entre várias gerações. O pai desempenhava um ofício que já era a arte do avô e o filho era encaminhado para o mesmo. Este ciclo é evidente no trabalho mineiro. A reprodução deste ciclo era acompanhada por um conjunto de condições que perpassavam de uns para os outros: a aprendizagem era informal através do contacto directo com o trabalho, a instrução era mínima, senão nula. Deste modo, existia uma passagem intergeracional que não impulsionava a necessidade de escolarização.

Esta situação começou a alterar-se aquando da consciencialização, por parte de alguns administradores da Empresa, da necessidade e dos benefícios que a escolarização trazia para o desempenho das tarefas e para o próprio cidadão. Muitos dos trabalhadores da Mina eram analfabetos e não conseguiam adaptar-se, nem colocar em prática novos métodos de trabalho devido à falta de conhecimentos e à repugnância face à mudança. O analfabetismo de encarregados da mina inibiu o desenvolvimento possível em sectores da mesma, pois estas pessoas tão habituadas à rotina diária não aceitavam a mudança necessária.

A economia concelhia baseava-se num trabalho que era desempenhado por pessoas com baixa escolarização e durante muito tempo, não deram conta dos benefícios de uma escolarização permanente. A nosso ver criou-se um ciclo vicioso que não despertou nas pessoas o sentimento da necessidade de instrução. O trabalho na mina não tinha como factor de recrutamento a escolaridade possuída, mas sim a robustez física, a descendência de famílias mineiras e a vontade de trabalhar. Deste modo, indivíduos com baixa ou nula escolaridade encontravam um posto de trabalho. Isto é, o trabalho da mina não exigia conhecimentos prévios, mas sim adquiridos com a prática, logo não incentivava aos estudos. A instrução não era um factor de peso na inserção. Contudo, esta situação começou a alterar-se de forma positiva.

No concelho existem 2741 indivíduos que não possuem nenhum nível de ensino e 6314 que possuem apenas o 1º ciclo do ensino básico (dados provisórios – 2001). Em suma 9055 indivíduos não se encontram dotados de características capazes de ser factor de competitividade na sociedade moderna. Através destes números, de certo modo, podemos dizer que a instrução não foi, em alguns casos, um factor que preocupasse a população concelhia. Assim, a falta de instrução é um problema que afecta alguma população do concelho.

A socialização primária corresponde ao período da infância. No decurso desta fase, quatro instâncias de socialização (a família, a escola, o grupo dos pares e os media) vão contribuir para a estruturação da personalidade social do futuro adulto.

A família constitui a instância principal de socialização e a sua acção reconhece-se primordial para a estruturação ulterior da personalidade. É com efeito no quadro do meio familiar que se forja o sistema de disposição a partir do qual serão filtradas todas as outras experiências da vida social.<sup>16</sup>

A escola, também constitui uma das principais instâncias de socialização para os jovens, na medida em que desempenha uma função social específica, confere determinado estatuto e proporciona experiências diferenciadas e enriquecedoras, em princípio, de contactos e de interacções sociais. Portanto, para grande parte dos jovens, a escola funciona como um universo de referência juvenil, enquadrando aprendizagens, experiências e possibilidades de crescimento que vão muito para além do que é substancialmente conhecido ou reconhecido pelas pessoas que encaram normalmente o território educativo como um meio formal de transmissão de conhecimentos.

A escola é frequentemente percebida como a entidade privilegiada para transmitir saberes fundamentais, saberes técnicos e aptidões sociais. O prolongamento da permanência na escola e o aumento da escolaridade colocam a escola em situação privilegiada para a socialização, a educação integral e a educação para o desenvolvimento.

O processo de aprendizagem é contínuo e começa desde o 1º minuto de vida. As transformações da sociedade moderna obrigaram as famílias a encontrarem instituições que as ajudassem a desempenhar as suas funções. *“A família alargada já não predomina e a família nuclear instalou-se, reduzida a um espaço relacional cada vez mais pequeno. Há um aumento das famílias mono – parentais, substitutas, urbanas, socialmente excluídas e famílias ausentes. A precariedade do relacionamento, as mudanças trouxeram dificuldades de comunicação, mais negativas do que positivas, uma quebra nos primeiros contactos a favor dos contactos secundários, com o respectivo enfraquecimento das relações de consanguinidade (parentesco), um declínio na*

*importância social da família, do desaparecimento do sentido de vizinhança, e a erosão das bases tradicionais do bem – estar social”<sup>17</sup>.*

A análise da rede escolar pública permite constatar uma elevada homogeneidade na sua distribuição concelhia, contudo reflecte os problemas associados ao modelo de ocupação do território, relativamente disperso, o qual induz a proliferação de um elevado número de escolas de 1º ciclo e que não tem idêntica correspondência aos níveis subsequentes devido à sua concentração nos principais núcleos do concelho (sede do concelho).

O reduzido número de estabelecimentos que constituem a rede pública de Jardins-de-infância, quando comparado com os do 1º ciclo, mostram ainda insuficiente grau de cobertura daquele nível de ensino, essencial para garantir a igualdade de oportunidades ao longo da carreira escolar. No concelho existem Jardins-de-infância com poucas crianças, no entanto existem outros que se encontram superlotados. Esta situação pode correlacionar-se com a população residente nas Freguesias, com a estrutura de mercado, com a existência de familiares disponíveis e com as mudanças ocorridas nas instituições familiares (transferência das suas funções para outras entidades). Contudo, estas infra estruturas não estão a responder suficientemente às necessidades de certas freguesias. Esta situação pode causar alguns constrangimentos aos pais, na medida em que estes em tempo de férias escolares não têm um local para deixar as crianças, o que pode originar um crescimento das crianças sem acompanhamento necessário e mais adequado.

A distribuição populacional pelas várias freguesias não é homogénea o que origina assimetrias entre o número de alunos/escola por freguesia. Existem algumas escolas que possuem entre 1 a 5 alunos; esta situação é anti – pedagógica, contudo a solução deste problema não é simples: o encerramento de uma escola implica a deslocação da criança para outra escola, o que implica gastos, uma deslocação desde cedo do indivíduo do seu contexto natural pode originar alguns problemas de identidade nas crianças.

Quando alguns alunos pretendem dar continuidade à sua escolarização defrontam-se com algumas questões: num concelho com 9 freguesias existem duas EB 2/3 (freguesias de Raiva e Sobrado) e uma Secundária (freguesia de Sobrado).

A distância percorrida por alguns alunos diariamente de casa à escola (freguesias de Pedorido e Raiva) implica um desgaste físico/psicológico dos alunos. Contudo, embora exista este problema o número de alunos cresce de ano para ano.

O Ensino Básico Mediatizado tem vindo a perder o seu lugar face ao ensino da EB 2/3; algumas crianças, após a conclusão do 1º ciclo do ensino básico são colocadas nas EB 2/3, como

forma de lhes proporcionar um ensino mais “moderno” e uma habituação ao ensino do 3º ciclo. No entanto, ainda existem 139 alunos que frequentam as EBM’S, isto talvez se possa explicar devido à proximidade das EBM’S à residência familiar, alunos que não têm perspectivas de dar continuidade aos seus estudos e também as mentalidades dos pais dos alunos.

A análise quantitativa elaborada no Pré – Diagnóstico, permite-nos indagar a tendência para o abandono escolar antes ou logo após o cumprimento da escolaridade obrigatória. Várias são as razões que podem levar um número significativo de alunos do ensino básico a abandonar a escola. Para enunciar algumas delas recorde-se, desde logo, que há com frequência intenção individual, ou familiarmente induzida, de ingresso precoce no mercado de trabalho. O rendimento económico das famílias acaba por condicionar em grande medida, o prosseguimento dos estudos, sendo das famílias de mais baixos rendimentos que provém a esmagadora maioria dos alunos que abandonaram a escola. *“As razões apontadas prendem-se com constrangimentos de ordem familiar e social e até do foro dos valores culturais e simbólicos que pautam a sociedade portuguesa, existência de dificuldades económicas, desvalorização da importância do estudo para a obtenção de uma carreira bem sucedida, o não apoio da família, opções face à conjugalidade, início de uma actividade laboral. (...) O desfazamento existente entre a integração do mundo da escola com o mundo social e familiar, a hegemonia das trajectórias de insucesso escolar – reprovação afecta de forma particular os jovens que já abandonaram o sistema educativo são razões que podem originar o abandono escolar.”*<sup>18</sup>

A distância da casa à escola continua a constituir um obstáculo.

Existem algumas razões que são interiorizadas pelos jovens, e que podemos designar de “desintegração face ao espaço educativo”: dificuldades de aprendizagem, desafeição pela actividade de estudo, desvalorização dos conhecimentos quotidianos para o prosseguimento bem sucedido na vida quotidiana.<sup>19</sup>

A falta de motivação e gosto pelos estudos tem certamente a ver com uma opacidade de que a escola e a utilidade da formação escolar se revestem para estes meios sociais, e relaciona-se com o ambiente familiar em que por vezes pouco ou nada se incentivam as actividades culturais em geral, e a leitura, em particular.

Normalmente, o capital cultural de uma família vai condicionar o capital cultural dos filhos, isto é, um pai que possui um baixo capital cultural tem tendência (embora existam situações em que não se verifica) a exigir menos do seu filho em termos de sucesso escolar, do que um pai com um capital cultural alto. Para algumas pessoas, os filhos são encarados como uma “mais – valia

económica”, pois o seu ingresso no mercado de trabalho é ansiado desde cedo. O meio social em que se inserem os alunos também é uma condicionante para o (in) sucesso escolar, assim como a distância das famílias das escolas e dos locais de consumo cultural (bibliotecas, livrarias, exposições, etc.).

No Concelho qual será o principal motivo para o abandono escolar? Que tipo de inserção sócio – profissional se reserva a estes jovens? Na sociedade actual, estas questões são muito importantes, visto que a frequência escolar e a consequente positividade dos resultados dos alunos são alicerces que sustentam o desenvolvimento sócio – cultural e profissional dos indivíduos. Estes factores são muito importantes para um desenvolvimento pessoal e para uma inserção positiva no mercado de trabalho.

Os alunos que abandonam a escola têm tendência a inserir-se no mercado de trabalho. Esta inserção ocorre, na maioria das vezes, de forma negativa, pois o desenvolvimento sócio – cultural e profissional destes indivíduos é baixo. O grau de empregabilidade dos alunos com baixa escolaridade/qualificação é negativo no contexto da sociedade moderna. Encontramo-nos perante um défice estrutural de qualificações advindo de um défice de instrução. Alguns indivíduos tomam consciência desta correlação e tentam remedia-la através da frequência do ensino recorrente.

*“No campo da educação esta é actualmente universal e gratuita, no entanto e tendo em consideração as especificidades da sociedade portuguesa, esta política de gratuitidade e obrigatoriedade não se tem revelado suficiente, daí que as medidas que visem colmatar as diferenças de oportunidades entre os vários estratos que compõem a sociedade portuguesa tenham que ter sido tomadas. Neste âmbito é necessário chamar à colocação a fraca literacia da população, com uma taxa de analfabetismo não negligenciável, o que é uma das causas básicas para a falta de flexibilidade da mão-de-obra, tomam-se então medidas específicas de correcção das desvantagens, como é o caso dos programas de ensino recorrente e da educação extra-escolar.”<sup>20</sup>*

Este tipo de ensino constitui uma modalidade especial de educação que se destina a dois tipos de público distintos: preferencialmente, aos que tendo frequentado anteriormente a escola por qualquer razão não completaram a sua formação pelo que têm agora uma nova oportunidade, mas também aos que nunca frequentaram a escola, que têm assim uma primeira oportunidade de ensino. As características mais relevantes neste tipo de ensino são as elevadas taxas de absentismo e o insucesso e abandono.

Outro factor com que nos confrontámos é com a falta de uma Escola Técnico – Profissional no concelho capacitada para dotar de conhecimentos técnicos os alunos.

Com esta falta, muitos alunos deixam o concelho, outros por sua vez deixam de estudar e outros prosseguem os estudos, mas em áreas que não são com as que mais se identificam. Isto é, os alunos não encontram correspondência entre o que querem e o que o ensino lhes oferece.

Outro aspecto que realçou na análise precedente foi a não utilização dos equipamentos informáticos disponíveis em todas as escolas do 1º ciclo. Dos e-mail que enviamos para todas as escolas, recebemos resposta de 4 delas.

Na sociedade actual, é preciso estudar muito para se saber pouco, pois o desenvolvimento da mesma imprime uma dinâmica que obriga a uma constante actualização/reciclagem nos conhecimentos para uma melhor integração sócio – profissional.

A educação e a formação são actualmente os principais instrumentos de identificação, de pertença, de promoção social e de desenvolvimento individual. Segundo, Roberto Carneiro (1996) na escola *“adquirem-se as competências básicas para a socialização permanente, isto é, para a consolidação de culturas resistentes à exclusão, assentes em atitudes proactivas e capazes de reinventar a cada etapa novos e mobilizadores papéis sociais. Os indivíduos marcados pelo insucesso escolar são, regra geral, para além de mais desfavorecidos também os que têm menor oportunidade de adquirirem mecanismos de resistência à exclusão, porque estão mais propensos ao abandono.”*<sup>22</sup>



As consultas de reforço aparecem também em elevado número o que poderá explicar-se pela existência, à data, de cerca de 5000 utentes sem médico de família.

No Serviço de Atendimento Permanente (SAP) foram realizadas 31042 atendimentos num total de 8760 horas.

Do total de utentes atendidos no SAP do Centro de Saúde 29210 foram encaminhadas para o ambulatório do Centro de Saúde ou para os seus domicílios, 1819 foram enviadas para cuidados hospitalares e 13 faleceram. Neste serviço tem-se assistido a um aumento significativo do número de consultas ano após ano. Dos 31042 atendidos no ano de 2000, os encaminhados para cuidados hospitalares representam uma franja mínima do total de atendidos. Nesse número estão ainda incluídas cerca de duas centena e meia de grávidas que são enviadas para obstetrícia e os utentes que têm necessidade de efectuar exames complementares de diagnóstico que não é possível realizar nos serviços do SAP.

Depois de caracterizados os doentes inscritos, assim como as consultas realizadas no Centro de Saúde passaremos a analisar alguns aspectos que poderão contribuir para uma melhor compreensão do estado da saúde no concelho. Reportando-nos ao ano de 2000, a taxa de natalidade foi de 14%; a taxa de mortalidade infantil 8,3% (valor elevado devido ao baixo número de nascimentos); e, a taxa de vacinação 100%, embora este valor só possa ser referenciado no intervalo dos 0 – 14 anos. Ainda no aspecto vacinal, será de salientar o decréscimo desta percentagem com o aumento do nível etário e quando os utentes não estão abrangidos pela frequência escolar. Aqui deixa de existir um controlo do Centro de Saúde e passa a ser de cada indivíduo.

No concelho, as principais causas de morte, no ano de 2000, foram:

- Tumores Malignos -----181,7/1000;
- Doenças do Coração -----151,4/1000;
- Doenças Cérebro vasculares -----139,3/1000;
- Doenças Crónicas, fígado e cirrose -----30,3/1000;
- Diabetes Mellitus -----30,3/1000;
- Pneumonia e Gripe -----24,2/1000.

Dentre as principais causas de morte destacam-se as doenças cardiovasculares (doenças do coração e doenças cérebro-vasculares), que pelas suas “características” podem ser correlacionadas com os hábitos alimentares típicos do nosso concelho (carnes, sal, gorduras, etc).

Com base no Pré – Diagnóstico, podemos então classificar os recursos humanos afectos aos serviços de saúde concelhios como deficientes nas áreas de enfermagem (faltam 6 enfermeiros) pessoal administrativo (5), pessoal auxiliar (5) e higienista oral (1).

O Centro de Saúde de Castelo de Paiva está dotado de equipamento básico, sendo com frequência necessário recorrer ao Hospital de São Sebastião e, eventualmente, ao Hospital de Santo António, quando as situações clínicas requerem quer um estudo mais aprofundado no SAP, quer o encaminhamento para especialidades pelas consultas de Clínica Geral.

Quando os utentes têm necessidade de recorrer a serviços complementares de diagnóstico (radiologia, ecografia, T.A.C., etc) têm que se deslocar para outros concelhos (Porto, Penafiel, Santa Maria da Feira). Quando os técnicos de saúde se confrontam com problemáticas mais complicadas enviam os doentes para outra unidade de saúde, contudo não devemos menosprezar a rede viária que é um problema a suportar pelos doentes.

Nas décadas de 40/50, o período auge da extracção mineira, levou ao aparecimento de uma unidade de saúde para os mineiros e familiares – Hospital Jean Tyssen (Oliveira do Arda – Raiva). A Empresa Carbonífera do Douro, Lda. criou uma série de mecanismos a nível da assistência na saúde: em 1942 foi criado um mecanismo assistencial que concedia assistência médica gratuita para operários e familiares, assistência médica especializada comparticipada em 40%, medicamentos comparticipados em 50%, abono de família, medidas de assistência aos operários na velhice, doença e invalidez e a criação do Fundo de Assistência. A Empresa possuía Serviços de Assistência Domiciliária (SAD), vários postos médicos dispersos e campanhas de vacinação. Em 1952 foi inaugurado o Centro de Acção Social (CAS): *“o hospital assistia gratuitamente todos os que a ele recorriam [mineiros], tendo nos seus quadros três médicos permanentes e uma parteira. Nada faltava: laboratório, farmácia, gabinetes de Puericultura e assistência à mãe com enfermaria privativa, aplicação de raios ultravioleta e infravermelhos (...), consultório dentário e clínica médica, salas de tratamento e operações (...) micro radiografia, consultório de inspecções do pessoal, ficheiro médico, enfermaria (...).”*<sup>23</sup>

Com o passar do tempo isto foi-se alterando pela negativa. Um médico que trabalhava na empresa disse: *“Conseguimos diminuir a mortalidade infantil no distrito de Aveiro à custa da assistência social, [serviços próprios da Empresa] fazíamos os partos em toda a zona desde Valongo até Cinfães (...) faziam-se intervenções cirúrgicas no hospital, que hoje já não se fazem e se calhar nunca mais voltam... Tinham uma sala de cirurgia toda bem apetrechada para a época. Tínhamos um cirurgião privativo que vinha cá todas as semanas. A nível de especialidades tínhamos um pneumologista, um otorrino e um dentista.”*<sup>24</sup>

Na década de 50, na sede do concelho foi criada uma outra unidade assistencial – Hospital da Misericórdia. O edifício onde funcionava o Centro de Saúde de Castelo de Paiva pertence à Santa Casa da Misericórdia de Castelo de Paiva. Foi constituído em 1953 por esta entidade a fim de dar resposta aos problemas de saúde da altura, começando a funcionar como Hospital da Misericórdia. Tal como o nome indica e dentro da perspectiva da saúde à data, os objectivos primordiais eram o diagnóstico e tratamento das doenças.

Neste hospital chegaram a fazer-se pequenas cirurgias (apêndices, operações à garganta, etc).

Havia um otorrinolaringologista, um cirurgião e um anestesista que se deslocavam a Castelo de Paiva periodicamente.

Nesta Instituição funcionava também um laboratório de análises, um consultório de estomatologia, um RX e outro material relacionado com a maternidade e o bloco cirúrgico.

Para a política de saúde da época podemos dizer que o Hospital da Misericórdia de Castelo de Paiva funcionava regularmente. Quando necessário, os doentes eram transferidos para o Porto – na maioria dos casos para o Hospital de Santo António.

Se outras problemáticas não podemos abordar por falta de dados (alcooolismo, saúde mental, deficiência), no que concerne aos toxicodependentes, conseguimos referenciar 73. Dos 73 referenciados pelo Centro de Saúde todos foram encaminhados para tratamento para os CAT (Centro de Apoio ao Toxicodependente) de Aveiro, Santa Maria da Feira, Porto, Médicos de Família e em alguns privados, de acordo com vontade expressa dos utentes e com a sua situação clínica. No entanto, só podemos apurar o número de utentes em acompanhamento no CAT de Santa Maria da Feira. Será de salientar a instabilidade destes doentes, para quem o percurso de tratamento, é pleno de recuos, vazios e algumas (mas pequenas) vitórias.

Uma solução para aceder a um leque maior de problemáticas será a total informatização dos dados de um modo contínuo e organizado. O que poderá trazer muitos benefícios, pois a qualquer momento será possível ter-se acesso à informação relativa aos utentes.

No concelho não existe qualquer Centro de Apoio a Toxicodependentes, Centro de Reabilitação de Deficientes Motores, e Centro de Apoio a Doentes Infectados pelo Vírus da Sida.

As condições de saúde são um domínio merecedor de atenção, uma vez que a vigilância médica e os cuidados a ter com a saúde estão directamente relacionados com a esperança de vida e constituem o fundamento de uma vida com mais qualidade.

Se todas as políticas de saúde têm vindo a ser implementadas no concelho se concretizarem trarão com toda a certeza uma diminuição no “consumismo de consultas” e poderão conduzir a população a uma vida mais saudável e feliz.

## **VI - Estrutura Económica**

A estrutura económica de um concelho é uma condicionante ao desenvolvimento integrado do mesmo. Uma sociedade coesa edifica-se em torno de uma estrutura sócio-económica e cultural dinâmica e passível de desenvolvimento contínuo e sustentado, que permita um crescimento generalizado de todos os sectores de actividade.

Durante mais de 50 anos, a economia concelhia foi sustentada pelas Minas do Pejão, que atraíram muita população que hoje usufrui apenas da Zona Industrial de Lavagueiras e da esperança de transformação das Minas em equipamento turístico.

As Minas do Pejão durante várias décadas garantiram a absorção da mão-de-obra disponível no concelho, pagando bons salários face aquilo que outros sectores normalmente pagavam. Este facto deu origem a que ao longo do tempo os habitantes do concelho não tivessem grandes preocupações com questões de emprego, uma vez que este era praticamente garantido e com um nível salarial, que muitas vezes permitia que apenas um dos elementos do agregado familiar trabalhasse, dedicando-se os restantes a trabalhar na terra. Esta situação traduziu-se ao longo dos anos numa passividade, numa dinâmica pautada pela falta de espírito empreendedor e de capacidade de iniciativa por parte dos agentes privados locais, que fez com que o número de empregos criados em Castelo de Paiva não acompanhasse o desenvolvimento de outros concelhos limítrofes.

Apesar de as Minas do Pejão terem sido um importante factor de criação de riqueza para o concelho, tiveram um efeito pernicioso no processo de crescimento e desenvolvimento económico dando origem, por um lado, a uma excessiva dependência e especialização no sector da extracção e, por outro, a um atraso no processo de industrialização.

Aquando do encerramento das Minas do Pejão a economia concelhia desestruturou-se originando uma crise que foi semi – colmatada pelos elevados subsídios de desemprego. A estrutura sectorial do emprego encontrava-se empobrecida, assim como o número de investimentos privados.

Para além de tudo isto, o encerramento das Minas do Pejão deu azo a um problema de reconversão profissional dos mineiros; estes, extremamente especializados com o seu modo de vida e de trabalho sentiram muitas dificuldades em se reconverter.

*“A permanência neste mundo em mudança exige uma constante adaptação e exige outras qualificações, retirando do mercado grandes contingentes de mão – de – obra que ou é substituída ou é pura e simplesmente afastada do mercado. Por outro lado, a existência de uma taxa de desemprego jovem relativamente elevada e bem qualificada pode retirar do mercado possibilidades antes reservadas para aqueles que já se encontravam integrados e que são detentores de uma vasta experiência de trabalho. (...) Em situação sem resolução à vista encontramos trabalhadores com percursos profissionais longos dentro de uma mesma actividade e/ou empresa que ao fechar ou ao sofrer uma reestruturação, os abandona num mercado competitivo a que não estão habituados, geralmente numa idade em que já não possuem atractividade possíveis novas entidades patronais.”<sup>25</sup>*

O crescimento e revitalização industrial de que o concelho carecia apenas se começou a evidenciar alguns anos após o encerramento da maior fonte de rendimentos concelhios. Esta questão originou uma série de migrações, algumas delas pendulares na tentativa de uma (re) inserção no mercado de trabalho.

Actualmente, o concelho encontra-se numa fase de desenvolvimento industrial, tendo por base dois importantes pólos de acolhimento empresarial (Zona Industrial de Felgueiras, na freguesia de Sobrado e a Zona Industrial de Lavagueiras, na freguesia de Pedorido) que contribuíram significativamente para a atracção de novas iniciativas empresariais, nomeadamente nas áreas de calçado, mobiliário, têxtil, metalomecânica, mármore e granitos. A atracção de novas iniciativas é condicionada pela precariedade da rede viária que se encontra obsoleta face às necessidades e às exigências modernas. As acessibilidades constituem uma dificuldade dos agentes económicos e constituem o maior constrangimento ao desenvolvimento de Castelo de Paiva.

O tecido empresarial concelhio é heterogéneo, existindo uma preponderância de micro e pequenas empresas de base familiar, nas quais o empresário acumula a maior parte das funções de chefia e gestão. Também existem empresas de maiores dimensões, com uma cultura empresarial pautada e orientada para a competitividade do mercado. Ao elaborarmos a análise do tecido empresarial concelhio defrontamo-nos com um problema: tecido empresarial pouco caracterizado, falta de informações compiladas.

Tendo por base os dados analisados no Pré – Diagnóstico constatamos que do total de investimentos, 46,8% apresentam um escalão de pessoal entre 1 – 4 trabalhadores e apenas 0,2%

apresentam um escalão pessoal entre 500 – 999 trabalhadores. Estes dados permitem-nos concluir com evidência a presença das micro – empresas. No entanto, não podemos menosprezar o facto de não termos conseguido contactar 31,7% dos investimentos.

Os investimentos concelhios assumem um valor elevado (206) no ramo do comércio por grosso e a retalho e reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico quando comparados com os investimentos nas indústrias transformadoras (87). A freguesia em que contabilizamos o maior número de investimentos foi em Sobrado (215) o que é justificável, sendo a sede do concelho; o menor número foi contabilizado na freguesia de Fornos (12).

No concelho existe um sector que se encontra sub – aproveitado e que poderia trazer uma multiplicidade de benefícios para o mesmo: turismo. As potencialidades ligadas ao Douro e ao Paiva, aos produtos regionais de qualidade (gastronomia e vinho verde) e o património histórico, cultural e paisagístico de Castelo de Paiva constituem uma importante oportunidade susceptível de ser aproveitada pelos agentes económicos em áreas como o turismo (turismo em espaço rural). No caso da concretização do sinalizado anteriormente poderíamos ter em Castelo de Paiva um fenómeno como no Médio Tejo: *“A construção de mais e melhores infra estruturas turísticas (a que o desenvolvimento das vias de comunicação deu um grande impulso), a criação de meios de animação e de outros factores de atracção e retenção de turistas, os investimentos realizados na preservação do património histórico – cultural, tudo isto associado a uma valorização do ensino e de formação profissional nesta actividade, fez com que o Médio Tejo passasse a figurar nos roteiros dos operadores turísticos nacionais e internacionais.”*<sup>26</sup>

No âmbito das acções de desenvolvimento do sector turístico deve-se destacar a importância que deverão ter os instrumentos de regulação das actividades e os instrumentos de ordenamento do território de forma a garantir a prestação de serviços de qualidade e a preservação do património histórico e ambiental, principais potencialidades turísticas do concelho.

A existência de um elevado número de micro – empresas condiciona a inserção da totalidade da população activa residente. Para além desta condicionante existem outras, nomeadamente, a formação e qualificação da população activa, o próprio sexo, assim como a predisposição pessoal.

*“Em Portugal o desemprego tem vindo a aumentar desde o início da década de 90 e tende a tornar-se estrutural. Este fenómeno é indissociável da introdução de novas tecnologias no processo produtivo, permitindo a diminuição do número de trabalhadores e elevando o nível de exigências*

*em qualificações profissionais, e de crescente liberalização dos mercados laborais, encarada pelos governos e pelos empresários como condição indispensável ao crescimento da competitividade das empresas e da economia nacional. Num contexto de forte competição internacional em que os governos tendem a privilegiar os sectores mais competitivos da economia e a penalizar os sectores mais tradicionais ou menos preparados, tende a desenvolver-se uma sociedade dual em que uma parte da população perdeu a sua utilidade social e permanece ignorada. Deste modo, constata-se uma vulnerabilização dos trabalhadores menos qualificados e menos escolarizados e a consequente exclusão de franjas significativas da população do mercado de emprego. Assim, o crescimento do desemprego e, sobretudo, o desemprego de longa duração, está associado ao baixo nível de qualificações profissionais e às dificuldades de reconversão profissional que caracterizam a situação de muitos trabalhadores.”<sup>27</sup>*

A formação e qualificação da maioria da população activa do concelho é baixa, o que inibe a sua inserção no mercado de trabalho, assim como o interesse da parte dos empresários na contratação desta mão-de-obra. Os baixos níveis de habilitações e qualificações da população geral e a escassez de oferta de mão-de-obra qualificada constituem cada vez mais um factor determinante de pouca atractibilidade para localização empresarial. Assim, o sucesso de qualquer estratégia de atracção de investimentos empresariais em Castelo de Paiva está indexada à capacidade de contornar as carências de oferta, habilitação e qualificação do mercado de trabalho.

A grande maioria da população possui níveis de escolaridade baixos o que lhes condiciona o tipo de trabalho para que se encontram habilitados. Como tentativa de solucionar este problema, deveria garantir-se o acesso universal e contínuo à aprendizagem, com vista à aquisição e renovação das competências necessárias à participação sustentada na sociedade do conhecimento. O acesso à formação deveria ser generalizado, designadamente à formação contínua, por parte de todos os trabalhadores. Contudo, têm existido dificuldades de concretização desta premissa, pois esta tende a desenvolver-se preferencialmente em sectores específicos e a privilegiar os trabalhadores que à partida se encontram mais predispostos para a formação e não os que dela se encontram mais carenciados e/ou que maior défice educativo e de qualificações apresentam. Face aos baixos níveis de habilitações e de qualificações da maior parte da população activa, impõe-se promover um reforço das medidas de promoção da educação/formação ao longo da vida.

Estes fenómenos evidenciam-se com maior ênfase no sexo feminino. São as mulheres que se encontram mais vulneráveis ao desemprego. Esta situação correlaciona-se com a insipiência das instalações industriais, assim como com a necessidade que as mulheres sentem em se assegurar com

o trabalho doméstico. A mobilidade sectorial feminina é menos visível que a masculina. “*A tendência cultural ainda existente, de reserva da gestão familiar para a esfera feminina não permite a aquisição de competências necessárias no mercado de trabalho, uma vez que às mulheres vão estar reservados tarefas domésticas e educativas essenciais e para as quais recebem preparação ainda na família de origem (...) o nascimento dos filhos é a maior causa do afastamento destas mulheres do mercado de trabalho*”<sup>28</sup> Esta questão ainda é muito visível em certas comunidades, tendo maior enfoque nas comunidades rurais.

O elevado valor de desemprego feminino também pode estar relacionado com a carência ao nível de oferta de serviços que, durante o dia, garantam a assistência às crianças e idosos, dando, deste modo, a possibilidade às mulheres de trabalhar fora de casa. As carências ao nível dos serviços sociais vocacionados para o apoio à família evidencia-se (creches, apoio a idosos, etc.). Num concelho em que o maior índice de desemprego afecta o sexo feminino, a assistência disponibilizada pelos serviços sociais pode-se revestir de uma importância capital, na medida em que dá oportunidade às mulheres de delegar as responsabilidades familiares tradicionalmente assumidas, dando-lhes deste modo a possibilidade de trabalhar fora de casa.

Os dados analisados anteriormente permitem-nos concluir que o desemprego afecta com maior intensidade as mulheres do que os homens. No concelho, de acordo com os dados analisados no Pré – Diagnóstico, existem 710 desempregados (1º emprego, novo emprego), destes 561 são do sexo feminino e 149 do sexo masculino. O desemprego feminino é um problema multifacetado. Pelo conhecimento que possuímos da realidade social concelhia somos tentados a afirmar que grande parte das mulheres inscritas no Centro de Emprego são pouco escolarizadas e sem qualificações. Muitas mulheres nunca tiveram uma experiência profissional fora do domínio doméstico, ou ligado ao sector agrícola. A disponibilidade efectiva destas mulheres para trabalhar nem sempre é total. A dificuldade dos transportes de determinados locais para outros, aonde se encontram implantados os postos de trabalho e as dificuldades de encontrar onde deixar os filhos, fazem com que as mulheres prefiram os Programas Ocupacionais (carenciados ou subsidiados). Esta preferência justifica-se aos olhos destas, pois encontram-se mais perto de casa, e conseguem conciliar o trabalho doméstico com o trabalho remunerado.

A predisposição pessoal da população activa para uma inserção qualificante é muito importante. Tal como vimos anteriormente, existem muitas mulheres que não procuram aceder a esta situação, contentando-se com os Programas Ocupacionais. “*O problema de inserção laboral,*

*para muitos indivíduos, deriva principalmente da epidémica ausência de qualificações escolares e profissionais, mas também da prevalência de mentalidades que induzem facilmente à desmotivação perante o trabalho, à dificuldade de adaptação à disciplina em meio laboral, à habituação a uma vida instável, e centrado na resolução imediatista dos problemas do dia – a – dia e ao recurso frequente, e por vezes preferencial, aos sistemas de protecção social como forma de garantir a subsistência.”<sup>29</sup> Até que ponto as pessoas encaram as actividades ocupacionais como algo transitório?*

Esta situação pode dar azo a uma multiplicidade de problemas que acabam por colocar as pessoas numa situação de pobreza. O trabalho dá aos indivíduos um rendimento, um estatuto, a actualização das suas competências profissionais e proporciona-lhes redes de socialização. O trabalho passa a desempenhar um papel central na coesão das sociedades industrializadas, implicando não apenas a subsistência (e reprodução) dos indivíduos, mas a própria imagem dos indivíduos (o seu estatuto), e a forma como os indivíduos adquirem capacidades profissionais que permitem a sua ascensão na esfera do trabalho e por essa via na sociedade. Passa a existir uma dependência face ao trabalho, não apenas para obter sustento, estatuto e capacidades de trabalho, mas também para se relacionar e estabelecer laços sociais com o mundo circundante. O emprego não deixa de revestir uma grande importância no quadro da formação das identidades individuais e familiares, no acesso a recursos, a redes, à habitação, à educação, e a muitos outros factores que tendem a condicionar o posicionamento dos indivíduos numa sociedade.

A inexistência prolongada de trabalho pode rotular o indivíduo e, também o indivíduo se pode rotular a si próprio. O desemprego de longa duração, com um peso considerável no conjunto da população desempregada, é gerador de graves situações sociais. Aos problemas económicos derivados da prolongada ausência de emprego, da diminuição dos rendimentos quando se passa de um salário para o subsídio de desemprego e do facto de muitos desempregados não beneficiarem desse subsídio, associam-se frequentemente perturbações psicológicas, resultantes de diminuição das competências sociais, da progressiva diluição de hábitos e laços sociais e, ainda, de degradação da auto – estima e do prestígio que sofre o indivíduo desempregado. *“Os indivíduos que procuram emprego durante um longo período de tempo tendem a perder gradualmente as suas aptidões e qualificações técnicas, face às exigências crescentes do mercado, e a perder hábitos de trabalho, a par da aquisição de hábitos e de um estilo de vida caracterizados pelo progressivo conformismo e desmotivação. São estes factos, frequentemente associados ao surgimento de problemas como o*

*alcoholismo e a deterioração das relações familiares, que tendem a transformar a situação de desemprego prolongado num ciclo vicioso de que não é fácil sair. A incidência que este fenómeno tem sobre as camadas mais desqualificadas e mais velhas é significativa em termos das dificuldades que estas populações encontram não só ao nível das suas capacidades e motivações para reverterem a sua situação, mas das próprias atitudes que os empregadores têm para com elas, rejeitando qualquer investimento em trabalhadores acima dos 45 anos.”<sup>30</sup>*

A inserção positiva no mercado laboral está assim condicionada por muitos factores, alguns deles dependentes do empregador e outros o próprio indivíduo que procura emprego. *“A população portuguesa viu-se confrontada face à difusão de novas tecnologias de gestão e produção, com exigências acrescidas de formação técnica e profissional, de maior polivalência e facilidade de adaptação a frequentes mudanças e inovações e, ainda, maior disponibilidade e flexibilidade relativamente às unidades empregadoras, sem com isso assegurar uma situação profissional estável e segura. Por outro lado, a baixa formação escolar e uma especialização associada a processos produtivos em crise está na origem de dificuldades de muitos desempregados, sobretudo dos escalões etários superiores, conseguirem retornar ao mercado de trabalho.”<sup>31</sup>*

O indivíduo que procura emprego com baixas qualificações e sem formação, associadas a uma mentalidade desmotivante, muito dificilmente encontrará um emprego qualificante; da parte dos empregadores, estes devem dar mais oportunidades às pessoas mais velhas, detentoras de um saber – fazer e investir na formação para que a reconversão profissional seja possível, e deste modo encontrarem o tipo de mão – de – obra que procuram. O investimento na formação, será encarado pelo indivíduo, como um meio para ganhar algum dinheiro, ou como uma mais valia para agarrar um emprego?

O Mercado Social de Emprego (MSE) tem sido para muitos a válvula de escape para a exclusão. Através deste Mercado tenta-se desenvolver um quarto sector da economia, que procura fazer face às necessidades sociais a que o mercado normal não responde. De salientar que algumas medidas desenvolvidas no âmbito do MSE são vistas como situações temporárias para a transição para o mercado normal. O MSE pretende disponibilizar actividade remunerada em sectores que o normal funcionamento do mercado não responde às solicitações existentes. Os objectivos destas medidas são *“a reintegração dos excluídos do mercado de trabalho; a prevenção da exclusão para indivíduos vulneráveis; melhorar a situação daqueles que estão já integrados no mercado de trabalho e permitir a integração dos excluídos ou proteger aqueles que se encontram à margem”*.<sup>32</sup>

No âmbito do MSE, em Castelo de Paiva tem-se desenvolvido diversos projectos através de Programas Ocupacionais para Carenciados, Empresas de Inserção e Inserção/Emprego.

Outra válvula de escape são os trabalhos atípicos que proporcionam rendimentos presentes elevados, contudo não proporcionam segurança no trabalho, nem quaisquer tipos de regalias sociais no caso de algum problema no trabalho. Muitas pessoas sem qualificação, que têm possibilidade de o fazer, preferem trabalhar clandestinamente na construção civil à troca de um salário quase sempre superior a 500 Euros/mês, em vez de trabalhar na indústria, onde a maioria das vezes se começa a ganhar aproximadamente o salário mínimo nacional (348,01 Euros/mês).

Como vimos um dos mais graves problemas que afecta a população concelhia é a falta de formação. A Associação Comercial Industrial de Castelo de Paiva, assim como a Câmara Municipal de Castelo de Paiva desenvolveram no ano transacto uma série de formações, contudo ainda são necessárias mais acções. Estas duas entidades têm sido dos principais operadores de formação, desenvolvendo uma acção crucial ao nível de formação e sensibilização de empresários, cujos efeitos multiplicadores são essenciais para um território tão debilitado ao nível da capacidade empresarial.

Numa estratégia de modernização, reforço de competitividade e de atracção de investimentos de empresas para localização empresarial, é fundamental encarar a qualificação e a formação profissional como sendo factores prioritários para canalizar os investimentos de empresas modernas, com elevados índices de produtividade e indutores de fenómenos de modernização e inovação tecnológica. Deverão ser encetados todos os esforços necessários para aumentar os níveis de qualificação dos trabalhadores de Castelo de Paiva, através da promoção de iniciativas de cooperação entre os organismos oficiais e as próprias empresas, que se materializam na organização de cursos em áreas e sectores específicos que se revistam de maior interesse para os agentes envolvidos e para a região, encarada como um todo. O lançamento de campanhas de sensibilização e formação da população em geral, dos empregadores, em particular, pode constituir um instrumento adicional que facilite o acesso ao emprego de pessoas mais vulneráveis não apenas nas modalidades do Mercado Social de Emprego mas também no mercado normal. *“As pessoas ao participar num programa de formação ou trabalho sentem-se integradas, por um dado período de tempo, e muitas vezes é aqui que vêm buscar forças para continuar a procura. Os programas em que participam servem de veículo de actualização, e reconhecem-no como tal.”*<sup>33</sup>

Os programas de formação, quando promovidos de uma forma ajustada, trazem inúmeras vantagens, nomeadamente, a aprendizagem e a reciclagem de saberes, assim como o aumento da auto – estima do indivíduo que as frequenta.

*“Direito ao trabalho que para todos os indivíduos deve ser igualmente alcançável. Para exercer o seu direito ao trabalho, os indivíduos têm que, em primeiro lugar ter consciência deste direito, em segundo lugar estar preparados para o exercer. É aqui que entra a acção do Estado. As políticas e medidas desenvolvidas pelo Estado neste âmbito devem ser no sentido de colmatação de diferenças, de modo a que, idealmente, todos os indivíduos se encontrem em igualdade na procura de um trabalho, nomeadamente em termos do seu potencial de empregabilidade.”<sup>34</sup>*

A aposta na formação e na educação tendem a surgir como um dos elementos estratégicos sem os quais dificilmente se consegue atrair investimentos económico e socialmente qualificados, por um lado, e sem o qual se consegue garantir a sustentabilidade de tais processos de desenvolvimento, por outro. *“A necessidade de apoiar os activos com formação recorrente ao longo da vida activa constitui hoje uma das traves mestras de política nacional de emprego e é identificada como uma das necessidades centrais do aumento da competitividade de economia portuguesa.”<sup>35</sup>*

A valorização da formação possuída pelos trabalhadores, por parte dos empregadores, é um reconhecimento concedido, pois reflecte a satisfação do tempo que passaram em formação. No entanto, por vezes isto não acontece; defrontam-se com uma desvalorização / ignorância acerca da formação por parte do empregador. Isto é socialmente qualificados, por um lado, e sem o qual se consegue garantir a sustentabilidade de tais processos de desenvolvimento, por outro. *“A necessidade de apoiar os activos com formação recorrente ao longo da vida activa constitui hoje uma das traves mestras de política nacional de emprego e é identificada como uma das necessidades centrais do aumento da competitividade de economia portuguesa.”<sup>35</sup>*

A valorização da formação possuída pelos trabalhadores, por parte dos empregadores, é um reconhecimento concedido, pois reflecte a satisfação do tempo que passaram em formação. No entanto, por vezes isto não acontece; defrontam-se com uma desvalorização/ignorância acerca da formação por parte do empregador. Isto é desmotivante para o trabalhador que passa a não reconhecer na formação qualquer significado.

O reconhecimento pela parte do outro é um incentivo ao trabalhador, pois faz com que este atribua importância ao tempo dispensado. A existência de reconhecimento da importância de

formação pelo trabalhador, assim como pelo empregador é deveras importante. A não valorização da formação para uma possível contratação faz com que o trabalhador fique revoltado com a decisão empresarial que recruta outro indivíduo que não possui “qualificações iguais”, mas inferiores ou em áreas distintas do solicitado.

Porque o emprego confere ao indivíduo reconhecimento e identidade social, cidadania, e a sua ausência determina perda de estatuto, de autonomia, de auto – estima, com o estabelecimento de sentimentos de inutilidade, de desadequação, de vergonha, de incertezas no futuro e de tendência ao isolamento; porque o desemprego é algo que extrapola o desempregado, envolvendo e atingindo os que os rodeiam – com degradação da vida familiar e relações sociais; porque procurar emprego leva tempo e pode ser uma actividade frustrante sobretudo se vivida isoladamente; porque o grupo funciona como um suporte, uma referência, e tem um efeito multiplicador, então, trabalhando em conjunto, multiplicam-se as hipóteses de resolução dos problemas.

## **VII – Acção Social**

É hoje um dado inquestionável que a Acção Social tem um papel importante e imprescindível a desempenhar numa sociedade cuja evolução deu origem não só a novos modos de vida e a novas necessidades, como a contextos marcados por fenómenos de polarização espacial e social. Por estas razões, a acção social está confrontada com uma nova e crescente procura de respostas de apoio social aos indivíduos e famílias e está, também, confrontada com a necessidade de prevenir e combater a exclusão social.

Os problemas inerentes a este contexto são de natureza multidimensional e plurifactorial, entroncam nas transformações sócio – económicas em curso e são agravados, alguns deles, pela insuficiência e desadequação das políticas, nomeadamente de protecção social e pelas lógicas de funcionamento das organizações.

No âmbito da acção social concelhia, têm sido desenvolvidos esforços na tentativa de melhoria das condições de vida de todas as pessoas, principalmente das mais vulneráveis à pobreza e à exclusão social.

Segundo Maria João Valente Rosa<sup>36</sup>, existe um modelo do ciclo de vida. *“Esse modelo dominante do ciclo de vida compreende três fases principais, demarcadas por critérios cronológicos: uma fase central (período de vida activo), em que o consumo é inferior à produção, o qual se encontra enquadrado por duas fases (pré – activa) em que o consumo supera a produção. A cada uma destas duas fases correspondem esforços de financiamento com um significado bastante distinto: no caso da 1ª fase (pré – activa), eles visam essencialmente a formação para o futuro desempenho de um papel na produção; no caso da 3ª fase (pós – activa), eles correspondem fundamentalmente a uma compensação pelo desempenho de um determinado papel na produção. Com o envelhecimento da estrutura etária aumenta o número de indivíduos na 3ª fase do ciclo de vida, situação que tende agravar-se ainda mais pelo facto de o peso do período de vida pós - activo se acentuar, por comparação com o período de vida activo. As razões para isso são duas: alongamento dos limites do período de vida pós – activo e encurtamento do período de vida activo, fruto do alargamento do período de escolaridade e da precocidade na entrada em fase pós – activa.”*

### **a) A Família e a Infância (fase pré – activa)**

Na perspectiva de William Goode<sup>37</sup>, a família é sempre tributária daquilo que é uma sociedade. Os valores e as normas vigentes numa sociedade são aquelas que regulam o modo de ser familiar.

A família desempenha determinadas funções sociais, que se foram alterando ao longo dos tempos. A instituição familiar foi alvo de uma “*reestruturação funcional*”. Durante longos períodos de tempo, a família desempenhou a função de reprodução biológica (renovação do elemento essencial da força de trabalho que é o próprio homem), a função de socialização e a função económica, que se identificava como a função de produção. Nas sociedades pré – industriais, a relação entre a família e o trabalho era uma relação de continuidade, não existindo distinção entre trabalho e família. Se estas funções permaneceram muito tempo centralizadas na mesma instituição, com o incremento industrial houve uma descentralização. William Goode analisa as mudanças familiares correlacionando-as com as mudanças sociais. Na perspectiva deste autor, um dos papéis essenciais que é atribuído à família é o da socialização. Este processo passa por uma transferência dos seres humanos de “seres a – sociais” para seres sociais e incute as normas e os valores, conferindo continuidade sócio – cultural.

F. Toennis<sup>39</sup> designa o tipo de organização pré – industrial por “*comunidade*”. Na “*comunidade*”, as relações não são utilitárias, valem por si, prevalecendo o valor da afectividade e dos laços sociais. A família era o lugar da solidariedade entre gerações. As crianças, uma vez tornadas adultas, tomavam a seu cargo os pais idosos, tanto no plano financeiro como afectivo. Na perspectiva de Durkheim, o elo de ligação familiar era o património. Em torno deste, eram concebidas estratégias de sobrevivência do grupo. A família trabalhava na sua propriedade com o objectivo de auto – subsistir: os produtos do campo garantiam de forma directa ou por armazenamento a subsistência. Nesta comunidade, a *solidariedade mecânica* de Durkheim encontrava o seu campo de correspondência. Era uma solidariedade por semelhança, onde dominava uma sociedade coerente, na medida em que os indivíduos não se diferenciavam. Os indivíduos diferem pouco uns dos outros porque experimentam os mesmos sentimentos, porque aderem aos mesmos valores, porque reconhecem o mesmo sagrado: “*os indivíduos assemelham-se, na medida em que a personalidade individual está absorvida pela personalidade colectiva (...)*.”<sup>40</sup> O tipo de família extensa encontrava-se muito presente, pois o número elevado de pessoas em coabitação permitia a existência de mão-de-obra necessária para trabalhar os campos. As crianças raramente iam à escola. O seu tempo era empregue a ajudar os pais nas tarefas domésticas ou a

aprender um ofício. Nas famílias de fracos recursos, as crianças passam imediatamente para o mundo dos adultos, iniciando-se na profissão do pai, realizando já a sua tarefa profissional (mas, não adquirindo com isso, qualquer autoridade no seio da família). O rapaz deixa de ser assim, um “fardo” para a família, pois contribui já para o orçamento doméstico. A criança misturava-se, assim, com o adulto, até porque a família era mais uma “*realidade social e moral que sentimental*”.<sup>41</sup>

Existia uma divisão hierárquica das funções: à mulher cabia a manutenção da casa e dos filhos, assim como cuidar dos animais e trabalhar no campo. Na perspectiva de Parsons<sup>42</sup>, ao homem cabia o papel instrumental (provedor da família).

Com a era industrial uma série de mudanças abalam esta estrutura assente na homogeneidade social. A mulher entra no mercado de trabalho, no entanto não deixa de desempenhar as suas funções no interior da família. Esta, não deixa nunca de ter um papel reprodutor biológico e familiar, pois é necessário incutir na família princípios de socialização que garantam a adaptação social dos indivíduos. Contudo, o processo de socialização começa a ser transferido para outras instituições mais específicas, embora a família não perca o seu estatuto de iniciadora do processo. Esta alteração advém do facto de ambos os progenitores se inserirem no mercado de trabalho.

O autoritarismo era a base da família extensa, mas o seu desaparecimento não é concebível. O que existiu foi uma transferência do mesmo, o exercício de autoridade desloca-se do interior da família para o seu exterior, para a entidade patronal. Existe uma alteração em termos de trabalho, a família deixa de ser a unidade produtora mais ou menos autónoma, para se transformar em unidade consumidora. O actor social deixa de ser moldado somente pela instituição familiar e é alvo de outras influências, nomeadamente do trabalho e os grupos de pares. Há uma transmutação dos campos de actividade – o actor social passa a ter outra fonte de socialização e de identidade – o trabalho e os grupos de pares. Contudo, não se coloca de parte a função da família que ainda mais se complexificou. O domínio do individualismo e da autonomia são notórios. Embora com estas alterações, a família continue a desempenhar um papel essencial para o sucesso da sociedade: “ (...) *função mediadora dentro de uma sociedade mais extensa... a família está formada por indivíduos, mas faz igualmente parte de uma rede social maior... é através da família que a sociedade pode exigir ao indivíduo a necessária contribuição.*”<sup>43</sup> Esta instituição passa a ser o local de encontro e de restabelecimento das forças físicas e afectivas.

Na perspectiva de Parsons<sup>44</sup>, a principal função deste grupo familiar é a socialização das crianças e a contribuição para o equilíbrio psicológico dos adultos. Embora surjam uma série de

instituições estatais, o principal papel educacional encontra-se no seio familiar. Numa sociedade cada vez mais individualista e competitiva, o indivíduo tende a dar o seu máximo e esse desgaste físico/afectivo/psicológico é recuperado no interior da família. A mulher tem como função prover a dimensão psico – afectiva, deve dispor-se a trabalhar para a família. A entrada desta para o mundo do trabalho não ameaça o equilíbrio, pois ela não deixa de ser mãe e dona de casa. “ (...) *as sociedades industrializadas privilegiam o desenvolvimento económico, o progresso tecnológico, o sucesso, a redução dos agentes sociais a uma realidade instrumental, preocupando-se pouco com os sentimentos das pessoas. Neste contexto, para este autor, a principal função da família era a de constituir um espaço onde fossem possíveis as relações pessoais e em que a preocupação da eficácia não se sobrepusesse aos sentimentos*”<sup>45</sup>. A família moderna orienta-se por valores de racionalidade: racionalidade do trabalho, que cabe essencialmente ao homem que é o provedor da família (é a ele que cabe ter um emprego) e racionalidade de mobilidade social. A sociedade industrial exige mobilidade geográfica, não existindo adequação com o modelo de família alargada das sociedades agrárias. Na medida em que predomina a racionalidade e a procura de mérito profissional, a família nuclear torna mais fácil a mobilidade e a adaptação à sociedade industrial. Segundo Parsons, os processos de industrialização da sociedade segmentam a família. Por um lado, isolam-na da sua rede de parentesco e, por outro, reduzem a sua dimensão ao grupo doméstico, a um casal conjugal com um reduzido número de filhos.

Este grupo constitui apenas uma unidade de residência e de consumo. Parsons é criticado, pois reduz a família à função de suporte afectivo.

De acordo com o pensamento de Durkheim, a família moderna tende a ser cada vez mais “*privada*”. Esta cria um mundo próprio no interior da sua casa, deixando para trás a intromissão do parentesco, vizinhança e dos amigos. No entanto, para o autor esta instituição torna-se dependente de outra, o Estado. A família torna-se independente do parentesco face ao arsenal que o Estado proporciona (escola, hospitais, especialistas exteriores), e também por causa da passagem de uma sociedade de trabalho, assente no património, para uma sociedade salarial, assente no salário. A solidariedade é menos intensa e é designada por “*solidariedade orgânica*”. Esta é específica destas sociedades, onde a divisão do trabalho opera uma diferenciação cada vez maior das tarefas e das profissões. Pouco a pouco, os homens têm tendência a ocupar na sociedade funções diferentes, mas todas igualmente indispensáveis à vida social. Os indivíduos não se assemelham, mas têm consciência de participar, enquanto partes, no funcionamento da totalidade. Nestas sociedades, a “*consciência colectiva*” ocupa uma esfera cada vez mais reduzida face à preponderância de cada “*consciência individual*”, e em vez de formar novas relações sociais de tipo orgânico, o tecido

social decompõe-se para dar lugar à “*anomia*”<sup>46</sup>. No passado investia-se no património e existia uma preponderância do grupo em torno daquele. Hoje, a família é racional, pois existe um investimento nas relações entre as pessoas e nos sentimentos. Deixa de se notar a reprodução social que era característica das comunidades, para se dar lugar ao indivíduo e ao seu mérito pessoal. Segundo Marx<sup>47</sup>, “*não é o homem que herda a terra, é a terra que herda o homem*”, nesta sociedade o indivíduo é superior ao grupo. O tipo de capital que predomina é o capital cultural, e não nos podemos abster do papel que a família ocupa aqui, embora Durkheim o faça, pois a família continua a ser objecto de transmissão de capital: quando era um património fundiário, este era transmitido após a morte, agora o capital cultural é transmitido em vida. O elo intergeracional é quebrado, cada geração é individualizada, não mantendo relações com as outras. De acordo com a tipologia de Riesman, o homem da sociedade moderna é o homem “*extradeterminado*”, em que vive no exterior do grupo e que vem ocupar o lugar do homem “*intradeterminado*” que vivia no interior do grupo.

A família deixou de ser a instituição “*global*” que socializava e criava uma identidade própria advinda do seio deste grupo, deixou de ter controle nas trajectórias de vida dos indivíduos. “*(...) perde progressivamente as funções que faziam dela uma micro – sociedade.*”<sup>49</sup>

De acordo com o Papa João Paulo II<sup>50</sup> “*a família, enquanto fundamental e indispensável comunidade educadora, é o veículo privilegiado para a transmissão daqueles valores religiosos e culturais que ajudam a pessoa a adquirir a sua própria identidade.*” Embora, a sua função de socialização continue a ser importante, esta alarga os seus campos de acção para outros grupos, com especial enfoque para o grupo laboral. De um trabalho unitário passou-se para uma fragmentação do mesmo, isto é, uma fragmentação entre o local de trabalho e a família. Podemos dizer que a família é extremamente tributária do trabalho e que o trabalho é extremamente tributário da família, gerando-se um círculo onde existe autonomia e interdependência.

Como vimos, a responsabilidade da educação/socialização da criança passou a ser partilhada com a sociedade através de infantários ou “*amas*”. Na era da modernização as crianças tornam-se unidades de consumo em vez de unidades de produção. No concelho, para tentar colmatar algumas necessidades das famílias no que concerne aos cuidados com os filhos, existem 4 Instituições Particulares de Solidariedade Social que possuem valências nesta área. Uma análise pormenorizada das IPSS e das valências disponíveis permite-nos constatar o seguinte: O Centro Social Paroquial Sobrado possui Creche/Jardim-de-infância (117 crianças) e A.T.L. (47 crianças); o Centro Social do Couto Mineiro do Pejão possui Creche/Jardim-de-infância (112 crianças) e A.T.L. (140 crianças); o Centro Social de Santa Maria de Sardoura possui A.T.L. com 30 crianças; e, a Associação de

Solidariedade Social “Os Cucos” possui A.T.L. com 31 Crianças. Sintetizando, 477 crianças são abrangidas pelos serviços das IPSS. E as restantes crianças que tipo de acompanhamento possuem? Familiar, Institucional ou nenhum?

Existe um elevado número de crianças que não são abrangidas por estas valências. Este facto poder-se-á correlacionar com a existência de um familiar que fica em casa a tomar conta dos filhos ou parentes, deixando de se inserir no mercado de trabalho. A lotação completa das instituições, também poderá ser um constrangimento à integração das crianças nas instituições; e, a distância das instituições aos locais de residência de potenciais utentes.

### **b) Problemática do envelhecimento (fase pós – activa)**

Ser velho, é ainda hoje, uma problemática que merece atenção, na medida em que o prestígio social destes indivíduos se altera conforme a época e a sociedade em que se inserem.

*“Ser idoso acaba por ser uma designação de posição social, sinal de que assume um leque determinado de papéis, todos eles de dependência, sem autonomia, sem orientação de acção, sem capacidade de fazer o que entende, de tomar iniciativas. É neste sentido que o idoso se retorna a máxima incapaz de decidir por si. Incapaz não necessariamente pelo estado das suas faculdades, mas incapaz porque lhe foi retirada a legitimidade social para o fazer.”<sup>51</sup>* Esta situação não é benéfica para o idoso que acaba por interiorizar uma inferioridade que não possui. Os mais velhos precisam de, eles próprios, assumir o seu destino nas suas mãos. *“Desafios e oportunidades que envelhecimento da população representa para as sociedades actuais e na necessidade de a transformação mundial a que se assiste, deve ser acompanhada por medidas e políticas integradas, dando às pessoas idosas a capacidade e o direito de participarem plenamente nas decisões que afectam as suas vidas, aumentando a consciência internacional sobre estes objectivos no sentido de promoção de uma maior solidariedade intergeracional e de construção efectiva de uma sociedade para todos – permitindo que todas as pessoas possam envelhecer com segurança e dignidade.”<sup>52</sup>*

O conceito de velhice varia de acordo com o modo como a sociedade o encara; a cultura humana é que define a realidade de um velho, não uma velhice biológica, etária, mas sim uma velhice resultante da organização social em que vive o homem.

Ao longo dos tempos a importância atribuída aos mais velhos sofreu alterações. Nos tempos mais antigos, *“os anciãos dominavam pelo saber, eram os responsáveis pela transmissão de*

*ensinamentos aos mais jovens. Os mais velhos que resistiam ao tempo eram considerados seres excepcionais e inspiravam respeito pelos poderes e conhecimentos ocultos que lhes atribuíam..”<sup>53</sup>*

As comunidades primitivas possuíam organizações societárias próprias que as distinguiam umas das outras. A civilização *Inca* possuía uma organização societária onde o idoso tinha o seu lugar, assim como todos os indivíduos, independentemente da sua condição de jovem, adulto ou deficiente. Todos os indivíduos eram obrigados a trabalhar com a finalidade de promover o desenvolvimento da comunidade. *“A velhice depende da forma como vivemos, por isso, «ninguém deve estar desocupado, nem mesmo na idade mais avançada, deve exercer uma arte como a agricultura, estudar e os mais dotados para governar devem ocupar cargos de responsabilidade no Estado, ainda que porventura seja mais fácil e seguro uma vida retirada e ociosa.» A inclusão dos idosos na vida activa favorecia as relações intergeracionais e, simultaneamente, impedia o excesso de poder, tantas vezes reclamado pelo ancião. Aos membros mais velhos era dada a possibilidade de melhorar a qualidade de vida da tribo com a sua experiência e conhecimento, uns «conservam o seu papel tradicional de arquivos vivos (...)», assumindo (...) a função de conselheiros informais do governo; outros desempenhavam simples tarefas quotidianas. Semelhante notoriedade era concedida às mulheres idosas, uma vez que a elas cabia a tarefa de instruir as noviças a exercer (...) funções na área da saúde. (...) mais importante que desempenhar uma tarefa era combater a ociosidade a fim de promover a qualidade de vida da comunidade, ou seja, «cada qual no seu lugar tem um papel a desempenhar em benefício da comunidade.»<sup>54</sup>* Nesta comunidade os cabelos brancos dos anciãos eram testemunho de sabedoria e de experiência. A eles cabia a responsabilidade de ensinar, de transmitir os conhecimentos e a experiência que adquiriram ao longo de uma vida.

Durante o período medieval surgiram duas correntes baseadas em concepções diferentes acerca da velhice. A primeira corrente sustenta a sua teoria na seguinte premissa: *“o verdadeiro velho é o mais sábio qualquer que seja a sua idade”*; a segunda corrente advoga a velhice como um mal e um castigo divino, defendendo que *“o pecado e o mal revelam-se tão odiosos como os velhos e, como a velhice, conduzem à morte.”<sup>56</sup>* Ao longo do século XVI, a velhice foi desprezada, através do accionamento de todos os meios disponíveis para uma conservação fictícia da juventude; o período setecentista, século que concedeu importância à instrução e à educação com vista à promoção individual dos cidadãos, não contemplou o idoso. Persistiu o desinteresse social pelo estatuto de velhice.<sup>57</sup> A ancianidade é conotada como um estado especial da vida humana, mas habitualmente no sentido depreciativo.

Nas sociedades pré-industriais/agrícolas os idosos eram fundamentais por serem possuidores de sabedoria e experiência, agora com a difusão da imprensa, da indústria e da informática tornaram-se dispensáveis (mais do que isso, tornaram-se dispendiosos). *“O idoso, relativamente raro em comunidades tradicionais em que o passado é o fundamento das normas sociais e culturais, é aí olhado como tendo o privilégio da experiência; nas sociedades industriais e pós-industriais, surgindo como a percentagem mais significativa da população, é a juventude, que tornada rara, lhe disputa os privilégios, aqui em nome da inovação.”*<sup>58</sup> A maior alfabetização associada a uma atracção pelos centros urbanos e a uma melhoria das condições de habitação contribui para o enfraquecimento da influência dos idosos sobre outras gerações. A velocidade na era moderna tornou-se maior, fazendo com que os conhecimentos de que os idosos tradicionalmente eram transmissores sejam obsoletos para as gerações seguintes. Contudo, João Paulo II afirma que os idosos são *“os verdadeiros guardiões de memória colectiva porquanto são os responsáveis pela transmissão das ideias e valores humanos.”*<sup>59</sup>

O envelhecimento é um fenómeno complexo, pois *“cada homem é diferente de todos os outros homens”*; esta questão torna a velhice um fenómeno heterogéneo (cada indivíduos tem a sua personalidade, a sua dignidade, etc.) e não num grupo social à parte. É necessário acabar com a visão redutora da velhice como um grupo que não obedece aos cânones da sociedade actual. Esta sociedade valoriza a juventude, a beleza, a produtividade, áreas onde as pessoas de mais idade estão impedidas de competir, pois, não obstante as marcas do tempo, são homens e mulheres com abundante espólio afectivo e cognitivo que outrora ajudaram no crescimento da sociedade. Torna-se de extrema importância acabar com a discriminação etária.

A aproximação à idade da reforma é um tempo angustiante para algumas pessoas. O sentimento de inutilidade invade as almas destas pessoas, tornando-as por vezes apreensivas face à sua situação de vida.

A sociedade impõe a necessidade de desempenho de uma profissão, e essa mesma sociedade exige cessação dessa mesma função; toda a actividade de uma vida termina com a chegada da reforma. A situação de reforma provoca múltiplas alterações na vida das pessoas: horários diferentes, ocupação do tempo e os amigos, há como que um corte doloroso com todo o esquema de uma vida. A reforma não deve ser sinónimo de inutilidade ou inactividade, antes pelo contrário, ela deve proporcionar ao indivíduo um tempo de repouso e de relaxamento, mas também de valorização social.<sup>60</sup> A reforma é o tempo ideal para a realização de tarefas, antes impossíveis de operacionalizar, por falta de disponibilidade temporal.

A manutenção do estigma de que a reforma é a marca da improdutividade é uma atitude que carece de rápida intervenção da política social, da família e, principalmente, do cidadão que conquistou essa qualidade. A aposentação deve ser encarada como o início de uma nova etapa de vida e jamais como uma perda de identidade social. Só a partir da tomada de consciência deste facto se poderá contribuir para o bem-estar do idoso. Torna-se necessário considerar a reestruturação da “*vida pós – reforma*” de modo a possibilitar a liberdade de escolha, o tempo a utilizar, as descobertas a empreender e a satisfação dos desejos até então interditos. “*O idoso não é um sujeito apático, é parte integrante de uma sociedade e, como tal, deve contribuir para a mudança, a fim de destruir a passividade, menoridade e fragilidade que prevalece na nossa sociedade.*”<sup>61</sup>

É prioritário que para as pessoas idosas exista uma ocupação em qualquer actividade que lhes dê prazer e que os faça sentir úteis, pois a falta de ocupação tem efeitos nefastos sobre qualquer ser humano. As escolas devem organizar-se e começar a incluir, nos seus projectos, espaços de intervenção com idosos, pois, como diz Kofi Annan,<sup>62</sup> “*uma sociedade para todas as idades, só é possível se, «promovermos uma sociedade, que longe de representar os idosos como doentes e aposentados, os considerarmos muito mais agentes e beneficiários do desenvolvimento (...) As oportunidades de desenvolvimento hoje abertas pelas novas tecnologias de nada servirão se sacrificarmos a lição que nos pode ser dada pela mão, pelo olhar, pelo gesto, pelo afecto, pela palavra de quem pode, pessoalmente, dar testemunho de uma vida, de uma experiência e de um conhecimento.*”<sup>63</sup> O desenvolvimento de um projecto de cooperação entre as escolas e os idosos originaria uma convivência intergeracional e não acontecia o que Bruto da Costa designa por “*ghetização*” dos idosos. “*As soluções mais frequentes vão na linha dos “lares para idosos”, e de algumas formas de ocupação dos tempos, tais como “Centros de Dia para idosos”, enfim, o “turismo para idosos.*” Quanto a essas actividades é de notar que as mesmas tendem a agravar a “*ghetização*” dos idosos, ao desintegrá-los do resto da sociedade. Pondo-os a conviverem entre si, poderão atenuar a solidão, mas não proporcionam a possibilidade de conviverem com outras idades, como é próprio da vida.”<sup>64</sup>

A sociedade deve reorganizar-se desenvolvendo novos papéis para o idosos que, com o aumento da esperança de vida podem sê-lo durante bastante tempo (cerca de 1/5 da sua vida). O idoso não deve ser visto apenas como um consumidor. Cada vez mais deve ser visto como um produtor de serviços. Devem-se encontrar formas de valorizar a participação daqueles que, por terem chegado mais cedo a esta vida, podem dar testemunho de uma sabedoria assente nessa verdade tão simples quanto esquecida: a de que a vida é um bem precioso e frágil e que mais vale

viver a favor do que contra o tempo. A participação social dos idosos pode ser valorizada nos próprios contextos e áreas de trabalho onde estes desenvolveram a sua actividade profissional ou em contextos/áreas novas, dando assim expressão a desejos impossíveis de realizar durante a vida activa. O momento da reforma continua a significar uma imposição impiedosa quando deveria ser encarado como um momento de liberdade<sup>65</sup>. Torna-se prioritário que para os idosos exista uma ocupação em qualquer actividade que lhes dê prazer e os faça sentir úteis, pois a falta de ocupação tem efeitos nefastos sobre qualquer ser humano.

O mercado de trabalho deveria facultar aos idosos a possibilidade de exercerem actividades socialmente úteis e compatíveis com as suas capacidades, mesmo que não remuneradas. A solidariedade da comunidade local poderá ter um papel particularmente importante, quer na oferta e enquadramento de locais de trabalho, quer no que respeita à convivência entre diversas gerações e menos iniciativas circunscritas apenas a pessoas idosas. O convívio intergeracional é benéfico a todas as classes etárias.

Fernando Jorge Pereira<sup>66</sup> sinaliza algumas recomendações face à população idosa:

- A sociedade deve potenciar a participação activa das pessoas idosas no processo de desenvolvimento;
- As pessoas idosas devem ter igualdade de oportunidades de emprego, se quiserem continuar a trabalhar; (se o seu estado psíquico/ físico o permitir).
- As pessoas idosas devem ter acesso ao conhecimento, educação e formação fundamentais para a participação e envelhecimento saudável e activo;
- A solidariedade intergeracional deverá ser incentivada;
- Os governos deverão lutar pela erradicação de pobreza; e desenvolver e implementar políticas que assegurem protecção e segurança social às pessoas idosas e um rendimento mínimo suficiente e digno;
- Aposta na mudança da imagem sobre as pessoas idosas (mass media e escolas), criando estratégias que permitam erradicar situações de discriminação das pessoas idosas e a actividade negativa que, muitas vezes, a sociedade tem sobre elas.

As pessoas idosas têm direito a cuidados de saúde qualificados, à prevenção da doença, à reabilitação, ao acesso a serviços e equipamentos de apoio, a cuidados de saúde ao domicílio.<sup>67</sup>

*“Quer a sociedade quer o quotidiano das pessoas estão organizadas de tal modo que os idosos não têm lugar nem papel na vida social (...), essa exclusão social pode tomar a forma de*

*total solidão. Esta exclusão verifica-se, (...) ao nível familiar. Abandonado que foi o modelo de família alargada, em que conviviam coabitando pelo menos três gerações, passou-se para a família nuclear, composta por duas gerações (pais e filhos).”<sup>68</sup> É um estilo de vida onde a criança não tem o lugar devido e onde o idoso não tem lugar. “A «sociedade atomizada» em que vivemos fragmentou a família nuclear, tornando cada vez mais difícil a convivência intergeracional. Por outro lado, as habitações actuais raramente possuem espaços suficientes que permitam oferecer razoável conforto aos idosos, apesar de estes estarem, normalmente, habituados a condições de vida menos confortáveis que a das gerações mais jovens.”<sup>69</sup>*

A pressão sobre os sistemas de protecção social cresce ainda à medida que perdeu importantes formas mais tradicionais de organização familiar e de solidariedade e de ajuda familiar e de vizinhança (embora essa solidariedade e ajuda estejam longe de desaparecer, elas diluem-se ou transformam-se com a urbanização e a experiência de estilos de vida urbanos). “Cada vez mais os cuidados com as pessoas idosas, com as crianças e com outras pessoas dependentes, são transferidas da família para o Estado ou organizações civis com ele relacionadas.”<sup>70</sup>

A alteração de mentalidades face à velhice depende principalmente da mudança de atitudes por parte do indivíduo, da comunidade e, fundamentalmente do próprio idoso que, no entender de João Paulo II, só é possível por uma “cultura de ancianidade”. As atitudes discriminatórias e estereotipadas face aos idosos e ao envelhecimento são o reflexo da sociedade. Torna-se indispensável acabar com estes estereótipos. Torna-se necessária a consciencialização de todos a fim de derrubar barreiras artificiais construídas com base em estereótipos. “Aprender a envelhecer é um desafio que terá de ser encarado por todos nós.”<sup>71</sup>

Portugal, a par de outros países europeus, embora se possa orgulhar de importantes ganhos sociais, nomeadamente em relação à morte e às condições de vida da sua população, observa paradoxalmente, que os resultados do que lhe serve de orgulho (aumento de indivíduos com idades avançadas) se transformou em matéria de preocupação. Esta questão ressalta porque os avanços alcançados em termos de sobrevivência física das idades avançadas não foram, de modo algum, acompanhados por avanços a nível de sobrevivência social destas últimas idades, as quais são remetidas para uma posição de “espectador – usufrutuário” do que fazem outras idades, desperdiçando-se, assim, aquilo que também poderiam ser contributos de um cada vez maior número de indivíduos, como é o caso da experiência. Os padrões culturais da sociedade ocidental promovem um afastamento dos velhos. Actualmente, vive-se na base do hedonismo e do

individualismo; com o prazer acima de tudo, a velhice torna-se, na perspectiva dos mais novos, um tempo trágico, com uma continuidade de perdas a nível físico.

Na perspectiva de Alfredo Bruto da Costa<sup>72</sup>, o problema social dos idosos, “*é um dos mais graves problemas sociais da sociedade portuguesa, e acrescenta, a maior parte das soluções em vigor são insatisfatórias e contribuem para criar nas pessoas e na opinião pública, a ilusão de que o problema vem sendo resolvido.*”

As IPSS são instituições que orientam as suas acções para a problemática da velhice e tentam colmatar algumas das necessidades desta população. Em Castelo de Paiva existem duas Instituições Particulares de Solidariedade Social cuja a sua área de intervenção passa pela velhice. Deste modo, podemos referenciar as valências da Santa Casa da Misericórdia e o número de idosos que beneficiam destes serviços: Centro de Dia (10 idosos), Lar de Idosos (52), Apoio Domiciliário (30), Apoio Domiciliário Integrado (10), e as valências do Centro Social do Couto Mineiro do Pejão: Centro de Dia (5 utentes), Lar de Idosos (19), Apoio Domiciliário Concreto (inclui fins-de-semana e feriados) possui 40 utentes e Enfermaria de Retaguarda (12). A Associação de Reformados, Idosos e Pensionistas de Pedorido tem planeada a abertura, a curto prazo, de uma série de valências no âmbito da terceira idade, assim como no da infância.

Sucintamente, o total de utentes que beneficiam com estas valências é de 228. Um valor muito abaixo do número de população idosa (> 65 Anos) residente no concelho: 2273.

Através desta análise podemos concluir que ainda existe um elevado número de pessoas que não usufruem destes serviços. Esta situação pode-se correlacionar com uma multiplicidade de factores: não necessidade destes serviços, inexistência de predisposição pessoal para se inserir numa instituição deste género, lotação completa das instituições, etc... Quando nos reportámos à não necessidade destes serviços, referimo-nos às famílias em que um familiar abdica de uma inserção profissional para cuidar dos pais ou familiares idosos. É importante referir a existência de redes interpessoais e que desempenham um papel extremamente importante em vários domínios da vida social. Os laços de entreajuda e as formas de solidariedade familiares e locais têm um peso considerável no amortecimento da vulnerabilização à pobreza, constituindo uma dimensão relevante do desenvolvimento social. Esta situação ainda se verifica com um certo grau de intensidade no concelho. A solidariedade intergeracional ainda assume visibilidade, contudo também existem casos de pessoas idosas a viver sozinhas. Estas pessoas, por vezes não manifestam uma vontade expressa de se integrarem num lar, preferem ficar no domicílio o mais tempo possível. A permanência do idoso no domicílio não impede que este seja apoiado através das valências das IPSS, pois como

vimos anteriormente o total de utentes apoiados domiciliariamente é significativo. Deve-se tentar a reactivação de redes de micro solidariedade, em particular, a familiar e o maior investimento em serviços de apoio ao domicílio de forma a permitir que as pessoas idosas permaneçam o maior tempo possível no seu ambiente familiar e social. Outra questão é a lotação completa das instituições, o que é um constrangimento a qualquer acção que tenha como finalidade a integração de um idoso nas Instituições.

Devemo-nos lembrar que os idosos também necessitam da nossa solidariedade. Muitos podem sentir-se inúteis por já não serem capazes de fazer tudo o que podiam noutra fase da sua vida. Nós devemos evitar a todo o custo que os anciãos com quem convivemos tenham essa sensação de inutilidade. Não podemos condená-los a sofrerem os últimos dias da sua vida no abandono e na dor. Certamente ao nosso lado há um avô, um familiar ou um amigo que necessita de nosso carinho e afecto. Por eles podemos começar a praticar a nossa solidariedade. A maior fonte de conhecimento, que durante muitos anos se responsabilizou pela transmissão do mesmo, acabou por ser colocada de parte em benefício dos livros ou do grupo de pares. O idoso detentor de um conhecimento advindo de experiência e dos seus anos de vida ensinava os mais novos com entusiasmo, no entanto esta situação acabou por se alterar com a evolução da sociedade.

É necessário reinventar a velhice e as nossas instituições incumbidas da definição e aplicação das políticas sociais, de modo que as idades avançadas tenham um valor social, económico e cultural.

*“Caminhamos para a perda de um determinado culto familiar. Antigamente as famílias eram unidas. Hoje encontramos-nos para dormir, para comer às vezes e pouco mais. Não existe nem ternura nem afectividade e o mais importante na velhice é conseguir ter uma certa qualidade de vida que os lares não nos conseguem dar. Todo o homem é um ser sociável que precisa de estimar e ser estimado. Quando assim for teremos uma boa qualidade de vida para os idosos.”<sup>73</sup>* Estas questões fazem-nos reflectir acerca da importância das crianças e dos idosos na sociedade. Eles necessitam de acompanhamento contínuo e da manutenção do seu lugar devido na sociedade actual; deverá ser interiorizado o lema: criação de uma sociedade para todas as idades, onde a cada classe etária lhe estarão destinadas determinadas funções que lhe permitirão sentir-se inseridas.

***“É que enquanto a dependência da criança decresce progressivamente para desaguar na vida, a do velho condu-lo à morte”<sup>74</sup>***

## **VIII – Deficiência**

A Constituição da República Portuguesa consagra, no art. 71º, “o direito das pessoas deficientes à plena participação na vida social e à igualdade de direitos e deveres com os demais cidadãos, sem quaisquer limites que não sejam os decorrentes da natureza e extensão da deficiência. A efectivação deste direito constitui o Estado na obrigação de definir as medidas de política e de promover os programas que permitem concretizar o objectivo primordial da reabilitação que é a integração sócio – profissional da pessoa deficiente.”<sup>75</sup>

No concelho de Castelo de Paiva as políticas sociais no âmbito da deficiência são poucas, assim como os equipamentos de apoio a este tipo de população. Através do levantamento do Pré – Diagnóstico contabilizamos 339 pessoas com problemas: 236 deficientes dos quais 75 são deficientes/dependentes e 103 dependentes, contudo temos consciência da necessidade de um estudo mais aprofundado desta problemática.

A integração sócio – profissional do deficiente na comunidade Paivense ainda é uma parca realidade. Para se proceder à elaboração de um programa de intervenção nesta área é necessário um conhecimento detalhado acerca da mesma, assim como a ultrapassagem ou atenuação dos preconceitos e representações associadas à deficiência. Esta é a base de toda a problemática que envolve as pessoas com deficiência; a interiorização de sentimentos de inferioridade origina o estigma; a discriminação das pessoas com deficiência origina-lhes sérias dificuldades de integração social e no mercado de trabalho. “Para tal contribuem não apenas os responsáveis pelo recrutamento nas empresas, mas também toda a sociedade, uma vez que esta mantém uma relação complexa e complexada com este grupo.”<sup>76</sup>

Para uma intervenção com sucesso é necessário acabar com a estigmatização de que são alvo estes indivíduos e implementar políticas de intervenção integradas que visem a integração sócio – profissional do deficiente.

“A exclusão face ao mercado de emprego é normalmente antecipada por percursos escolares curtos, não chegando os alunos com deficiência ao ensino secundário, na maior parte dos casos. Muitos ficam mesmo sem qualquer instrução. As pessoas com deficiências mistas são aquelas em que o fenómeno parece atingir proporções maiores. As deficiências físicas são aquelas em que os níveis de instrução são mais elevados.”<sup>77</sup> A instrução fica, de certo modo, condicionada pela atitude da sociedade face ao deficiente.

Ao sistema educativo compete muito mais do que uma mera transmissão de saberes específicos “ (...) *papel do sistema educativo e formação profissional, importa que estes não se cinjam apenas aos processos de aprendizagem de um conjunto de saberes – fazer (competências escolares e profissionais), mais ou menos operacionalizáveis ou imediatamente mobilizáveis para a inserção no mercado de trabalho, mas que desempenhe uma função no processo de aquisição e desenvolvimento de um conjunto de competências relacionadas com o saber – ser, designadamente a capacidade de relacionamento com a família, com a comunidade e com a sociedade em geral. Para esta aprendizagem é de toda a importância o envolvimento das redes de relações interpessoais (de vizinhança, de amizade, etc.) e sobretudo da própria família.*”<sup>78</sup>

A inserção no sistema regular de ensino e formação é muito importante porque estimula a integração dos indivíduos com deficiência e contribui, concomitantemente, para a alteração das atitudes discriminatórias. Contudo, esta inserção tem de ser feita de forma a não descurar as aprendizagens específicas e indispensáveis a uma integração positiva (Braille, por exemplo). Temos que ter sempre em mente que a pessoa deficiente é vulnerável e necessita de apoio/ajuda contínuos. A preparação de processos de transição para a vida activa podem aumentar a empregabilidade destas pessoas: os planos devem ser individualizados e abrangentes, no sentido em que se deve incluir não só uma formação específica para o trabalho, mas outro tipo de competências como o uso efectivo dos serviços da comunidade, a gestão do próprio dinheiro, a autonomia na deslocação, etc.

Os procedimentos de orientação profissional devem ter subjacentes as possibilidades e limitações dos indivíduos, remetendo para a importância que o diagnóstico das situações pode desempenhar; a participação activa e empenhada de todos os sectores que intervêm neste processo (os próprios indivíduos com deficiência, famílias, os técnicos, etc...). Para além do mencionado, é de extrema valia a detenção de informações bem estruturadas sobre a oferta educativa e de formação existente e sobre os sistemas de apoio ao emprego.

A inserção profissional é outro entrave que é colocado a esta “categoria social”. A dificuldade de aceitação deste tipo de população para fazer parte dos recursos humanos de determinado serviço evidencia-se. Embora existam apoios às empresas que admitem deficientes, acontece que os procedimentos relativos a pedido de subsídios por parte destas empresas são morosos e burocraticamente complicados, acabando por desencorajar muitos empresários interessados. A própria mentalidade dos empresários é um entrave à contratação, assim como a necessidade de efectuar obras de adaptação. “*O acesso e a manutenção do emprego de muitas*

*“pessoas com deficiência exige desenvolvimento da investigação sobre as condições ergonómicas no local de trabalho e a promoção da eliminação de barreiras (arquitectónicas e de outro tipo), através de estimulação das iniciativas orientadas pelo conceito de design for all.”<sup>80</sup>*

Os processos de integração sócio – profissional desta população passam pela criação de condições de empregabilidade. Tais condições implicam a satisfação de um vasto conjunto de necessidades que tocam domínios como a habitação, as acessibilidades, os equipamentos e meios para a reabilitação médico – funcional e cuidados de saúde, o apoio à família e, ainda, o desenvolvimento de um conjunto de meios técnicos facilitadores de transição para o mercado de trabalho (ajudas técnicas ou adaptação de equipamentos e tecnologias).

Outra questão que merece atenção reporta-se à renitência e medo mostrado por algumas pessoas deficientes face à sociedade. A participação dos indivíduos na elaboração das suas trajectórias de inserção é importante para uma integração mais positiva por parte destes: “ (...) *papel decisivo nos casos em que o tipo de deficiência o permite, da participação do indivíduo, o que supõe todo um trabalho de ruptura com os preconceitos que os próprios interiorizaram sobre as suas limitações afectando a sua auto – imagem e a capacidade de confiarem nas suas possibilidades ou faculdades.*”<sup>81</sup> É muito importante o papel da família neste processo, assim como o envolvimento da mesma e do próprio deficiente na elaboração dos processos de transição, o que lhes permite colocar de parte algumas angústias: fracasso do processo e o logro das expectativas geradas, receio de exploração por parte da entidade empregadora, a insegurança advinda da possível diminuição ou supressão dos apoios sociais do Estado em caso de inserção profissional.

Em suma, podemos dizer que as pessoas com deficiência têm de conseguir alterar a estigmatização de que são alvo para se conseguirem inserir positivamente na sociedade. A criação de condições de empregabilidade, a sua inserção no mercado de trabalho e, de um modo geral, a sua inserção social defronta-se com uma multiplicidade de problemas: as especificidades das suas capacidades e os equipamentos e ajudas técnicas destinadas à sua utilização; colocam-se problemas ao nível da forma como são entendidas e avaliadas as suas capacidades pela comunidade, família, professores, técnicos, empregadores e por todos aqueles que constituem a rede de relações; é necessário ter em conta “*a forma como os próprios indivíduos se auto – percebem reflectindo muitas vezes a associação mecânica socialmente construída, que liga o deficiente à incapacidade de trabalhar.*”<sup>82</sup> Tendo em consideração o mencionado anteriormente é que se deve conceber a intervenção direccionada a esta população.

No concelho muito existe por fazer e é necessário a implementação de acções no âmbito desta problemática na medida em que o número de deficientes é considerável. *“O papel do Estado é, de qualquer forma, crucial na criação, desenvolvimento e aplicação de um conjunto de apoios ao nível das modificações nos postos de trabalho (nomeadamente ajudas técnicas) e da prestação de serviços de apoio (serviços médicos, serviços de transporte especial, etc...) que dependendo, evidentemente, da natureza e da extensão da deficiência podem ser mais ou menos transitórios, e que podem ter custos bastante elevadas e muitas vezes incompatíveis para os recursos das próprias pessoas com deficiência, das suas famílias e das entidades empregadoras.”*<sup>83</sup> Existem várias medidas de reabilitação profissional destinadas a pessoas com deficiência que poderiam ser implementadas desde que existisse um conhecimento aprofundado das situações: preparação pré – profissional, programas de orientação profissional, programas de readaptação ao trabalho, formação profissional, incentivos à contratação no mercado normal de trabalho, incentivos fiscais à contratação de pessoas com deficiência, apoios à instalação por conta própria e ajudas técnicas.

Existe necessidade de intervir ao nível de oferta de emprego através da criação e desenvolvimento de condições que promovam uma maior procura de trabalhadores com deficiência por parte do tecido sócio – económico, com o objectivo de reduzir o desajustamento visível que se verifica.

No concelho existem poucos equipamentos de apoio à população portadora de deficiência: Sala de Intervenção Precoce, Sala de Apoio Permanente, e o Centro de Actividades Ocupacionais (CAO). O CAO possui acordo para a integração de 15 deficientes, contudo apenas possui 10 utentes (encontram-se 5 vagas)<sup>84</sup>. De acordo com o Decreto – Lei n.º 18/89 de 11 de Janeiro, as actividades ocupacionais têm como finalidade proporcionar às pessoas com deficiência actividades socialmente úteis, de forma a permitir-lhes uma valorização pessoal e o aproveitamento das suas capacidade remanescentes, quer na perspectiva de uma eventual integração, se possível, no regime do emprego protegido, quer na perspectiva de manter os deficientes simplesmente activos e protegidos.

O emprego protegido poderia ser algo a colocar em prática, entendendo-se por este tipo toda a actividade útil e remunerada que, integrada no conjunto de actividade económica nacional e beneficiando de medidas especiais de apoio por parte do Estado, visa assegurar a valorização pessoal e profissional das pessoas deficientes, facilitando a sua passagem, quando possível, para um emprego não protegido<sup>85</sup>. Este tipo de emprego também pode ser desenvolvido no domicílio – emprego protegido no domicílio do deficiente – actividade útil e remunerada exercida no próprio

domicílio por pessoas deficientes, que, reunindo condições para serem integradas em centros de emprego protegidos ou enclaves, não podem, por razões de ordem médica, familiar, social ou geográfica, deslocar-se do domicílio ou ser inseridos no trabalho colectivo.<sup>86</sup> Enclave é um grupo de pessoas deficientes que exerçam a sua actividade em conjunto, sob condições especiais, no meio normal de trabalho.<sup>87</sup>

Será que, no concelho, as populações portadoras de deficiência se encontram à margem da sociedade? Quem serão os responsáveis por esta situação? A sociedade ou a família do deficiente? Torna-se necessário inverter esta situação de modo a que sejam integradas na sociedade de um modo positivo, deixem de viver tão isoladas e comecem a receber mais apoio institucional.

Uma pessoa deficiente, quando possui uma auto – estima elevada, possui um rendimento elevado na função que desempenha; não devemos esquecer de que a deficiência é um handicap que não deve ser tido em consideração negativamente na avaliação de qualquer tarefa.

## **IX. – Pensionistas**

A constituição de uma sociedade para todas as idades é um objectivo a atingir. O idoso necessita de afecto e carinho, de uma família e também de alguns rendimentos para que possa continuar integrado na sociedade.

A falta de rendimentos pode restringir as redes sociais e resultar em isolamento social; pode quebrar os laços sociais que unem o indivíduo ao mundo que o rodeia. É necessária a criação de formas de inclusão que substituam as relações baseadas no trabalho, tentando deste modo promover a revitalização dos tecidos sociais nos contextos territoriais onde se encontram as pessoas.

Os baixos montantes dos subsídios auferidos pela grande parte dos idosos (pensões de reforma, de invalidez e de sobrevivência) fazem com que a vulnerabilidade à pobreza se evidencie nesta categoria social. Quando não existem rendimentos alternativos a duração das situações de pobreza pode ser longa, podendo mesmo acompanhar o próprio ciclo de vida dos pensionistas. *“A tendência de envelhecimento no topo, associada ao sistema de pensões, que para os mais idosos é caracterizada por carreiras contributivas inexistentes ou irregulares, constitui um dos principais determinantes de grande pobreza em Portugal e também na Região Norte. Embora a situação dos mais idosos, dos pensionistas e dos dependentes de outros benefícios sociais tenha melhorado consideravelmente, os níveis de incidência da grande pobreza são ainda bastante elevados nessas categorias que constituem quase metade da população em situação de pobreza.”*<sup>88</sup>

Existem muitos indivíduos que auferiram, durante toda a vida, baixos rendimentos; o recebimento de pensões de segurança social não deixa de constituir o prolongamento de uma situação precedente de pobreza. A única diferença passível de ser identificada reporta-se à proveniência dos rendimentos auferidos. Outras situações diferentes desta podemos mencionar: a pobreza pode manifestar-se com a passagem de activo à condição de pensionista. Esta mudança de estatuto pode significar uma quebra relativamente aos meios de vida de que dispunham anteriormente. Esta situação assume visibilidade naqueles trabalhadores que auferiam baixos rendimentos, estando já no limiar da pobreza, cuja passagem à reforma pode originar um deslizamento inevitável para situações de pobreza efectiva; assim como naqueles que tiveram trajectórias profissionais caracterizadas pelo desemprego e instabilidade, que tornaram

irregulares os seus descontos para a Segurança Social e precárias as quantias dos respectivos benefícios. Encontramo-nos perante situações de reprodução continuada de pobreza tradicional e situações de empobrecimento recente.

Uma questão que muito contribui para a vulnerabilidade das condições de vida dos idosos pensionistas reporta-se às necessidades específicas inerentes a assistência médica e medicamentosa. As despesas de saúde representam um valor elevado dos respectivos orçamentos familiares, visto que o Estado apenas comparticipa parcialmente estas despesas. Os aumentos dos montantes de pensões, que vão acontecendo de ano para ano, não são suficientes para que se possa dizer que, a curto – prazo, esta categoria social se afaste da vulnerabilidade.

Existem alguns efeitos que podem funcionar como atenuadores desta situação: decorrem da inserção familiar de parte dos idosos pensionistas, que podem assim contribuir e beneficiar de orçamentos doméstico de plurirrendimento. Outro efeito correlaciona-se com o pagamento de rendas baixas de casas antigas (a evolução da quantia das rendas é lenta e os valores acabam por ser mínimos); por último, pode existir um alargamento do tempo de trabalho em idades e condições de saúde que não o aconselhariam, mas que a falta de recursos transformar em necessidade.

Para além dos idosos pensionistas, também existem pensionistas mais jovens que por algum acidente/motivo se tornaram inseridos nesta categoria. Também nestes casos, se o indivíduo pensionista se encontra a residir sozinho, ou no caso de ter família, mais nenhum membro trabalhar, também estes se encontram vulneráveis a situação de pobreza.

Os montantes de pensões recebidas não são, na maioria das vezes, muito elevados, o que vai condicionar a integração social do indivíduo na totalidade. Será que as pessoas vivem apenas do rendimento das pensões? Não terão outro tipo de rendimentos? Estas questões são pertinentes, quando temos consciência dos baixos valores das pensões.

A grande questão reporta-se a um elevado número de pensionistas existentes no concelho (Centro Nacional de Pensões – 4324; Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade – 4393) e às suas condições de vida. O elevado número de pensionistas existente poderá justificar-se pelo facto de ter existido trabalho mineiro no Concelho. A legislação especial para trabalhadores de lavra subterrânea exigia como requisitos para se ter acesso à reforma ter 50 anos de idade e, concomitantemente, 30 anos de trabalho no interior da Mina. Aquando do encerramento das Minas do Pejão foi aberto um regime de excepção para o Concelho em termos

de acesso à reforma: a Empresa Carbonífera do Douro passou a possuir a figura jurídica da pré – reforma. Qualquer trabalhador do interior com idade igual ou superior a 45 anos e qualquer trabalhador do exterior com 50 anos poderia pedir a pré – reforma, independentemente do tempo de trabalho na empresa.

A contracção da silicose por parte dos mineiros foi uma realidade e é um motivo que condiciona a continuidade do trabalho, podendo levar a uma saída do mercado laboral.

As mazelas dos acidentes de trabalho são outra condicionante que pode levar ao requerimento da pensão social.

## **X. - Factores potenciadores da pobreza**

*“Hay un consenso generalizado sobre el reconocimiento de la existencia de la pobreza. Sin embargo, no es así cuando se trata de analizar las causas profundas de la misma (...).”<sup>89</sup>*

A pobreza é um problema que com maior ou menor incidência assume uma abrangência generalizada, pelo que se tornou urgente encontrar formas de a erradicar; sendo para tal propósito necessário conhecer as causas que a subjazem; no entanto nem sempre as causas apontadas coincidem.

Para que se possa conhecer um fenómeno social, (qualquer que ele seja) tem que se procurar conhecer em profundidade toda a dinâmica estrutural e conjuntural que define uma determinada sociedade num dado momento. Neste sentido, um estudo sobre a pobreza deve ter em consideração uma análise não só quantitativa mas também qualitativa capaz de abarcar uma pluralidade de dimensões de carácter não só demográfico e económico, mas também cultural, uma vez que todas elas fizeram parte de qualquer contexto social em que fenómenos como a pobreza se desenvolvem; constituindo também as coordenadas – chave, capazes de explicarem este fenómeno. Deste modo; *“o estudo dos factores da pobreza e dos seus principais tipos tem naturalmente de ter em conta os contextos espaciais e relacionais em que as situações de pobreza se geram e reproduzem, se agravam ou se atenuam.”<sup>90</sup>*

As dificuldades de consenso quanto aos factores que subjazem a pobreza, resultam do facto de ser este, um conceito relativo no espaço e no tempo. Deste modo, na base da explicação da pobreza estão factores como: o tipo de economia existente, a evolução demográfica, os valores e regras sociais que caracterizam cada sociedade enquanto única.

É um facto declarado, que a noção de pobre e o tratamento a ter para com os mais carenciados foi divergindo ao longo dos tempos e de sociedade para sociedade.

Deste modo a “nova pobreza” dos países mais desenvolvidos é claramente diferente da pobreza maciça do designado terceiro mundo; assim como o aparecimento de novas formas de pobreza desencadeadas pela conjuntura actual de alta industrialização e tecnologia em pouco coincide com a designação de “ser pobre” da época pré – industrial.

De forma geral e bastante ampla podem ser apontados dois contextos causais para a persistência da pobreza: o primeiro define-se como um contexto de continuidade, que tende a encarar a pobreza como natural, quase intransponível, uma vez que as relações sociais, regra geral, são envolvidas pelo subdesenvolvimento. O segundo designa-se por um contexto de contraste, que estipula descontinuidades entre pobres e não – pobres, de forma que os grupos sociais mais

carenciados “*mantêm contacto quotidiano com grupos não carenciados ou, pelo menos, têm esses grupos na sua visibilidade directa.*”<sup>91</sup>

Por outro lado, podem ser apontadas causas mais objectivas e concretas para a existência da pobreza; de facto esta está indubitavelmente associada a carência de bens materiais, e uma vez atingidos os limiares da pobreza, os indivíduos e as famílias são colocadas numa situação de precariedade. A falta de determinados recursos económicos, simbólicos, culturais, sociais e escolares levam a que o pobre se veja privado de participar nos domínios considerados desejáveis numa determinada sociedade e num dado momento.

Subjacentes às situações de pobreza encontram-se *causas individuais e estruturais*. As posições que as famílias ocupam no sistema produtivo estão fortemente ligadas às causas em que assenta a sua situação de pobreza. Sendo assim, encontram-se inúmeras razões de clivagem entre pobres e não – pobres; entre os activos e os não activos, os empregados e os desempregados; entre o mercado de trabalho primário e secundário.

Neste tipo de causas individuais, a pobreza encontra assim as suas raízes nos mecanismos desiguais de repartição do rendimento, no acesso ao equipamento social e de saneamento básico; no apoio por parte da segurança social; bem como na falta de acesso ao capital e aos meios de produção. Por outro lado, a pobreza associa-se normalmente a uma diminuta valorização do capital humano, no qual o sistema educativo (também este desprestigiado) desempenha um papel importante na sua valorização. Por conseguinte, as características individuais das pessoas pobres estão intimamente relacionadas com a sua condição.

A dimensão do agregado familiar, o seu número de elementos empregados e assalariados, bem como o tipo e condições da habitação determinam em grande parte a situação de vida destes. Por outro lado, critérios como o nível de instrução, a situação de saúde, a situação face ao trabalho no que concerne à categoria sócio – profissional e experiência profissional, assim como, o meio social, cultural e as condições de vida da família de origem, e de forma bastante relevante o tempo de permanência no “estado de pobreza”; são tudo situações que justificam de forma casual o tipo de pobreza em que as pessoas se encontram. Estes critérios, constituem fortes indicadores acerca da maior ou menor dificuldade que estas pessoas terão para ultrapassar a situação.

Num outro prisma, as causas da pobreza podem ser encontradas nas débeis condições estruturais que existem numa sociedade. Deste modo as fracas oportunidades de emprego produtivo e remunerado, a desigual repartição de rendimento e riqueza, a fraca participação sócio – profissional, e os dualismos existentes entre o urbano e o rural, assim como entre o litoral e o

interior, constituem causas de nível macro, à luz das quais se podem encontrar razões explicativas para as “situações – tipo” de pobreza existente numa dada sociedade.<sup>92</sup>

Paralelamente a este tipo de causas mais individuais ou gerais capazes de explicarem diversas situações de pobreza, podem ainda ser apontadas algumas situações específicas, decorrentes de determinados factores como a deficiência, a doença crónica ou prolongada, a inadaptação social, a delinquência, bem com determinadas características da própria família; nomeadamente casos de famílias monoparentais, ou ainda famílias muito numerosas com um único activo empregado.

Ao tentar explicar os factores potenciadores da pobreza, tornou-se evidente a dimensão ampla, complexa e multifacetada que envolve este conceito. Deste modo para uma correcta compreensão das causas da pobreza é necessário enquadrar o conceito, enquanto realidade objectiva, numa perspectiva sócio – económica defendida por sociólogos como Anthony Leeds e Jean Labbens – que põem em evidência as causas estruturais; e enquanto realidade subjectiva numa perspectiva culturalista, defendida por autores como Oscar Lewis, que atribui as causas da pobreza a um fracasso de socialização.

Enquanto objectiva, o conceito passa pela avaliação das condições de vida concretas das pessoas e famílias, independentemente do modo como estas analisam e avaliam a sua própria situação, ou seja, aqui entram essencialmente em consideração razões de ordem económica e social na determinação do conceito de pobreza. No entanto esta explicação pode ser feita de forma absoluta ou relativa.

Assim sendo, pode-se utilizar o termo “pobreza absoluta” para se referir aos grupos da população que se encontram abaixo de um determinado nível mínimo de rendimento ou recursos. Assim, já no final do século passado, Booth e Rowntree utilizaram este conceito “ (...) *partindo da noção de necessidades elementares (mas não se restringindo a estas), independentemente do nível geral de desenvolvimento da sociedade ou dos padrões de distribuição de rendimento e de riqueza.*”<sup>93</sup>

Deste modo, o limiar da pobreza tem naturalmente de assentar em critérios objectivos, como a detecção real das necessidades básicas e dos seus critérios de abrangência.

Em contrapartida, o conceito de “pobreza relativa” enfatiza a dimensão social da problemática, considerando como pobres todos aqueles cujos recursos os excluem dos modos e condições de vida dominantes na sociedade em que se inserem. Assim a pobreza aparece como “ (...) *um fenómeno essencialmente relativo, ou seja como uma realidade que só pode ser definida convenientemente por comparação com a situação da sociedade em geral.*”<sup>94</sup>

No que concerne a interpretação subjectiva do conceito, esta centra-se exclusivamente no juízo que as pessoas e as famílias fazem sobre a sua própria condição, quer face as suas necessidades e aspirações, quer por comparação com os outros ou com a sociedade em geral. Isso remete-nos para uma interpretação assente em bases culturais.

Neste tipo de interpretação, é o próprio indivíduo que ao sentir-se e ao declarar-se (ou não), pobre, expressa a sua opinião sobre a sua posição no que concerne ao seu estado de pobreza.

Do exposto, pode concluir-se que, sendo a pobreza uma realidade complexa e abrangente, o estudo das suas causas, porque assentes numa conjuntura espacial e temporal próprias de cada sociedade enquanto identidade distinta, são alvo também de inúmeras interpretações de contornos mais gerais ou particulares e nem sempre coincidentes, mas que reflectem o conteúdo abrangente do conceito de pobreza. Sendo assim, para que se possa encontrar formas viáveis de eliminar a pobreza, terá que existir uma correcta interpretação das causas da pobreza e da dimensão que este conceito abrange em cada sociedade, tendo sempre presente o seu carácter multifacetado e toda a problemática que o circunda.

#### **a) A Cultura da Pobreza: O círculo vicioso**

A pobreza, independentemente das gradações de gravidade que se revelam em cada sociedade e em cada época, constitui um problema social que importa erradicar ou atenuar.

O termo pobreza aponta para “ (...) a *privação de recursos materiais e culturais que um certo momento histórico produz e define como desejavelmente acessíveis.*”<sup>95</sup>

A diversidade de formas de pobreza existentes, impede que se pense num único tipo de acção para todos os géneros de situações. Por outro lado, ao falar em privação torna-se necessário estabelecer uma distinção entre este conceito e o de pobreza. A privação, traduz-se basicamente em más condições de vida, em situações de carência, tornando-se estas as consequências mais visíveis da privação e da própria pobreza.

Quando a privação atinge diversos domínios básicos à subsistência humana, como a alimentação, vestuário, condições habitacionais, condições de trabalho, saúde, educação, cultura, participação na vida social e política, ela assume a forma de “privação múltipla”, tornando-se mais difícil de encontrar soluções eficazes para a sua eliminação. Raramente, estas formas de privação aparecem isoladamente.

É possível constatar que algumas destas carências desencadeiam o aparecimento de outras. Por conseguinte, as más condições alimentares, podem desencadear problemas de saúde, que podem impedir o indivíduo de ir trabalhar, correndo o risco de ficar desempregado, não auferindo salário, implicando problemas económicos que impedem o indivíduo de manter uma dieta alimentar equilibrada.

Torna-se evidente o carácter reprodutivo e cíclico que as privações vão desencadeando; de tal modo que Bruto da Costa,<sup>96</sup> define pobreza como “*A privação decorrente da falta de recursos*”, de forma que, para conseguir uma efectiva erradicação da pobreza será necessário resolver as situações de privação e encaminhar o pobre para uma situação de auto-suficiência na aquisição e gestão de recursos.

Embora esta interpretação da pobreza aponte um método geral para a sua erradicação, a dimensão e complexidade do problema implica uma análise mais pormenorizada do círculo vicioso que encerra e define a pobreza.

De facto, quando ocorrem determinadas situações de carência, normalmente desenvolve-se uma cadeia reprodutiva de carências que vão afectando os indivíduos nos diversos domínios da sua vida. Dependendo das causas e do tempo a que as pessoas têm que se sujeitar às inúmeras privações, torna-se cada vez mais difícil solucionar o problema.

Ferreira de Almeida *et al.*,<sup>97</sup> refere os principais domínios de vulnerabilidade, como forma de despertar a atenção sobre eles com o objectivo de evitar que o círculo vicioso se inicie ou pelo menos se repercuta para outros domínios. Sendo assim, as condições de habitação, são um domínio a ter em consideração; isto porque a superlotação, a insalubridade e de modo geral todos os problemas que impedem o conforto habitacional básico, constituem entraves ao equilíbrio físico – emocional dos indivíduos. Por outro lado, as condições de saúde, são outro domínio merecedor de atenção, uma vez que a vigilância médica e os cuidados a ter com a saúde estão directamente relacionados com a esperança de vida e constituem o fundamento de uma vida com mais qualidade.

Também a educação, constitui uma área relevante, quando se procuram formas de erradicar a pobreza. Cada vez mais, a preparação escolar e a aquisição de níveis escolares elevados, constituem o caminho para uma maior e melhor preparação sócio – profissional. A erradicação do analfabetismo e a qualificação escolar, apresentam-se como critérios de urgência para conseguir uma adaptação efectiva a uma sociedade, cada vez mais assente no progresso tecnológico, e portanto em competências diversificadas e adaptativas.

O emprego, apresenta-se de igual modo, como um domínio de forte vulnerabilidade, mas que pode constituir também uma resposta eficaz no combate da pobreza. Normalmente, a ligação entre desemprego e pobreza é de identificação imediata, e ainda mais significativa quando se trata de desemprego de longa duração ou de situações de trabalho precário; logo, a qualificação profissional constitui uma forma de conseguir uma inserção efectiva no mercado de trabalho.

Ruan Romero Gonzalez,<sup>98</sup> acrescenta a esta linha de domínios de maior propensão para desencadear o “círculo vicioso” da pobreza, a necessidade de incutir uma formação cultural que permita à população, aproveitar a informação existente e os recursos disponíveis. Aqui a cultura aparece como uma formação pessoal, que vai além da formação básica.

Ainda o mesmo autor reconhece a necessidade de que a população disponha de mobilidade suficiente, que lhe permita aceder tanto aos serviços como às oportunidades laborais, sendo disso exemplo: o acesso a transportes públicos e aos serviços de comunicações. Por outro lado, será ainda preciso que cada sociedade disponha de mecanismos que permitam à população enfrentar situações difíceis, sem que tenham que passar por situações de pobreza. Estes mecanismos podem desenvolver-se tanto em escala social, (directamente por parte das autoridades públicas) como numa escala familiar, com ajudas e apoios de carácter indirecto.

Quando os indivíduos não se encontram inseridos nestes sistemas sociais básicos, eles deparam-se com situações de carência e de privações de vária ordem que, não sendo resolvidas de imediato, tendem a reproduzir-se – formando um círculo vicioso de pobreza – e a perpetuar-se, constituindo, uma cultura da pobreza. Esta dimensão conjuntural e estrutural indiciam o grau de abrangência e profundidade que a pobreza pode atingir.

Falar-se no “círculo vicioso” significa que para alguns sectores sociais a pobreza tende a constituir “(...) *uma situação duradoura, conquistada e em grande parte transmissível. Se faz sentido falar aqui de círculo vicioso, é que, nesses sectores, às carências objectivas vem somar-se um certo sentido de inelutabilidade e de desistência.*”<sup>99</sup> Quanto mais tempo as pessoas permanecerem nas situações de carências materiais e culturais, mais difícil se torna, romper o círculo vicioso.

O tempo de permanência de uma pessoa numa situação de pobreza influencia directamente a orientação da sua personalidade. De facto, quanto mais intensa for a situação de privação, assim se irão modificar os hábitos, os comportamentos, os valores e a cultura, adquirindo novas estratégias de sobrevivência. “ (...) *a revolta inicial vai cedendo lugar ao conformismo, vai baixando o nível de aspirações, esbate-se a capacidade de iniciativa, enfraquece a autoconfiança, modifica-se a rede*

*de relações, ocorre a perda de identidade social e, eventualmente a perda da identidade pessoal.”<sup>100</sup>*

Este autor refere que o círculo vicioso da pobreza (em Portugal) começa e termina na ineficácia do sistema educativo e da formação profissional.

Num ponto de vista um pouco similar, Bourdieu<sup>101</sup> considera que a instituição escolar contribui para “ (...) *reproduzir a distribuição de capital cultural, e através dele, a estrutura do espaço social.*”

Segundo este pressuposto existe uma supremacia dada à cultura, que determina inclusive a posição de cada um na estrutura social. No entanto, o capital cultural tende a reproduzir-se através das gerações, fazendo com que as pessoas que possuem uma bagagem cultural menos abrangente ( e consequentemente uma posição social mais desfavorecida) a transmitam para a geração seguinte, funcionando de forma inversa para os grandes detentores de capital cultural.

No que toca a estas estratégias educativas: “ (...) *o investimento é tanto maior quanto mais importante é o seu capital cultural e quanto maior é o peso relativo do seu capital cultural por comparação com o capital económico.*”<sup>102</sup> Deste ponto de vista, seremos levados a crer que a erradicação da pobreza passaria em grande medida pela valorização escolar de todos os pobres. No entanto, Bourdieu refere que o sistema escolar opera uma distinção (através de toda uma série de mecanismos de selecção) entre os alunos detentores de capital cultural herdado e os que são desprovidos dele (ou é menos significativo). Ao referir as aptidões culturais como inseparáveis das diferenças sociais, provenientes do capital herdado, as diferenças sociais preexistentes tendem a perpetuar-se.

A instituição escolar ao invés de promover uma forma de meritocracia assente nas aptidões individuais, ajuda a criar através da relação entre aptidão escolar e herança cultural, uma reprodução da estrutura social, o que significa dizer: a reprodução da pobreza nos seus diversos domínios.

Por outro lado, Bourdieu refere que quando os alunos escolhem uma determinada área ou disciplina, eles agem de forma consciente dotados de um sentido prático, ou seja baseado num sistema adquirido de preferências, de estruturas cognitivas duradouras e de esquemas de acção que orientam a percepção da situação e a resposta indicada. Bourdieu aponta aqui a noção de habitus, como uma espécie de sentido prático do que se deve fazer numa dada situação. Portanto os alunos pobres e os não-pobres ao possuírem heranças culturais diversas, por certo que os seus sentidos práticos (habitus) traduzir-se-ão de formas diferentes. Deste modo a reprodução cultural e social que a acção do sistema escolar desenvolve não é intencional.

Oscar Lewis utiliza a designação de “cultura da pobreza” para se referir a um tipo de pobreza das nações modernas, que não se baseia só num estado de privação económica, mas também como “ (...) *algo positivo, no sentido em que possui uma estrutura, uma ratio e mecanismos de defesa sem os quais os pobres não conseguiriam subsistir.*” Trata-se então, de um estilo de vida que passa de geração em geração dentro de uma mesma linha genealógica.

Oscar Lewis<sup>103</sup>, refere que a cultura da pobreza, tem normalmente subjacente um período histórico específico; desenvolvendo-se na maior parte das vezes (mas não sempre), quando um sistema económico e social é abalado ou substituído por outro.

Surgem pessoas que passam a ocupar uma posição subalterna que pode perdurar várias gerações.

Este autor enumera também, uma série de características económicas gerais próprias da cultura da pobreza, nomeadamente a luta constante pela sobrevivência, o desemprego e o sub emprego, salários baixos, ocupações não especializadas, trabalho infantil, empenhamento de bens pessoais e a compra de bens em segunda mão. O autor aponta também características de ordem social e psicológica, que passam pela ocupação de bairros degradados, a existência de taxas elevadas de alcoolismo, o uso frequente de violência para resolver os mal – entendidos, para educar as crianças e para punir as mulheres, uma iniciação da vida sexual precoce, autoritarismo, uma fraca capacidade de fazer planos para o futuro, e ainda o culto da masculinidade sobre a forma de “machismo”<sup>104</sup>.

Ainda dentro da interpretação da cultura da pobreza, Galbraith<sup>105</sup>, refere que a pobreza tende a produzir um “equilíbrio estrutural”, de tal forma que qualquer aumento de rendimento fica sujeito à pressão do consumo e esta pressão é reforçada directamente pela pobreza. Quer isto dizer que quando uma sociedade possibilita aos seus pobres os meios necessários para alterar a sua situação, a estrutura da pobreza reage produzindo forças sociais (aumento demográfico) e biológicas (aumento do consumo), impedindo o aumento da riqueza e contribuindo para a perpetuação da pobreza. É neste sentido que Galbraith fala da aculturação dos pobres, no sentido da habituação à cultura da pobreza.

No entanto, o autor refere que o equilíbrio da pobreza não é totalmente determinante, de forma que mesmo nos países mais pobres a habituação à cultura da pobreza nunca é completa, existindo sempre uma minoria que procura fugir-lhe e à medida que a possibilidade de fuga aumenta, aumenta também o esforço para fugir à pobreza. “ (...) *À medida que se vai passando do extremo da pobreza, para o da abundância relativa, a opressão do equilíbrio da pobreza abrande, sendo substituída pela dinâmica da melhoria.*”<sup>106</sup>

Depois de tudo o que ficou dito, torna-se evidente o carácter absorvente e aprisionante que a pobreza pode gerar, e o quão difícil se torna romper com tão potentes “grilhões”. No entanto, todos estes autores apontam uma possibilidade de fuga ou libertação, portanto deverá ser esta procura de alternativas, o caminho para a erradicação de um problema tão antigo, mas contudo tão actual.

### **b) Rendimento Mínimo Garantido**

Segundo Bruto da Costa<sup>107</sup>, quando se aborda a pobreza e a exclusão no sentido da sua erradicação devem surgir esforços múltiplos e de diversas direcções, nomeadamente a nível pessoal, local e nacional. A nível pessoal, deve existir no pobre uma intenção de “reabilitação” nos aspectos em que está mais marcado pela pobreza. Só quando esta disposição pessoal for cumprida, é que outras futuras intervenções poderão dar os resultados desejados (como por exemplo, a correcta gestão das prestações pecuniárias atribuídas). A nível local, devem ser mobilizados os recursos e potencialidades existentes (humanos, materiais, institucionais, etc..) na luta contra a pobreza e a exclusão. A nível local, torna-se mais fácil obter um conhecimento mais real da verdadeira dimensão dos problemas. Os agentes de acção local, deverão identificar os problemas cuja origem e solução possam ser enquadradas a nível local, daqueles que são apenas manifestações locais de problemas nacionais.

A nível nacional, existem problemas que têm origem em mecanismos ou políticas nacionais; e só a este nível poderão ser resolvidos. Até porque a acção local tem limites. Estes níveis de acção e intervenção, apontam para a existência de uma rede nacional de protecção social, nomeadamente contra problemas como a pobreza e a exclusão social.

No entanto, as entidades governamentais vêm tomando medidas no sentido de minorar (e se possível erradicar) este problema através da promoção de uma cidadania efectiva. Estas medidas governamentais, apontam para a ideia de um Estado supervisor e providente, capaz de assegurar a protecção dos seus cidadãos, contra as inúmeras situações de vulnerabilidade com os quais se podem deparar. Nomeadamente contra as diversas formas de pobreza e os diferentes tipos de exclusão social existentes.

A medida Rendimento Mínimo Garantido insere-se numa nova geração de políticas sociais integrantes de princípios de garantia de direitos e de promoção da cidadania social. “*O Rendimento Mínimo Garantido e as medidas que o acompanharam, foi (...) uma medida que (...) se implementou como um dispositivo inovador. Essas políticas, como o sublinha Rosanvallón, exploram “...novas relações entre o emprego e o Estado – Providência. Estas tentativas têm*

*múltiplas dimensões: emergência de laços inéditos entre direitos sociais e obrigações morais; experimentação de novas formas de oferta pública de trabalho; tendência a não distinguir indemnização e remuneração; constituição de um espaço intermédio entre emprego assalariado e actividade salarial.”<sup>108</sup>*

Como medida de protecção social, o rendimento mínimo aparece com a finalidade de permitir às famílias – ou às pessoas às quais se dirige – um nível de rendimento considerado como um limiar indispensável para a sobrevivência. A sua implementação representa a preocupação das colectividades nacionais face à situação de pobreza de certas populações e a uma visibilidade dos fenómenos de exclusão social.

*“Na diversidade das conjunturas dos diferentes países, o accionamento deste instrumento de política é o resultado de uma determinada leitura nacional que reconhece a existência de formas de exclusão persistentes nomeadamente: i-) um desemprego estrutural e uma ausência de rendimentos de parte de alguns indivíduos e famílias; ii-) a insuficiência dos esquemas de protecção da Segurança Social.”<sup>109</sup>* Esta medida pretende garantir um rendimento mínimo e o acesso a condições de inserção a todos os cidadãos em situação de carência económica baseando-se no princípio da solidariedade nacional independente da carreira contributiva; assegurar o direito à individualidade no cumprimento de um Programa de Inserção “à medida”, construído com o próprio beneficiário; garantir o acompanhamento no percurso de inserção, envolver o indivíduo como sujeito activo de direitos e deveres numa relação directa com a activação de políticas de solidariedade.<sup>110</sup> De um modo global, os governos entendem *“o rendimento mínimo não como um fim, mas como um meio a partir do qual, através de uma outra relação com o trabalho, pela organização de novas actividades, pela promoção das formas de ocupação do tempo livre, pela alteração do olhar do homem sobre si mesmo e sobre os outros, enfim, estimulando inovações e quebrando uma dependência exclusiva do trabalho assalariado, poderá nascer uma nova esperança.”<sup>111</sup>*

O objecto da intervenção do Estado no combate à exclusão social transcende, em muito, a promoção do emprego (pela via do crescimento económico) ou a promoção de qualificações (pelas vias do ensino ou de formação profissional) ou, ainda, a manutenção de sistemas de segurança e solidariedade social (que substituam o rendimento daqueles que o possam obter pelo trabalho). Trata-se antes de promover a revitalização dos tecidos sociais nos contextos territoriais onde estão as pessoas, procurando encontrar formas de inclusão que substituam as relações baseadas apenas no trabalho e que se encontram ameaçadas pelas transformações do mercado de trabalho.<sup>112</sup>

A implementação da medida de RMG associou uma prestação pecuniária a um percurso de inserção dos beneficiários. Assentando num modelo de gestão em parceria constituíram-se

Comissões Locais de Acompanhamento que promovem a co-responsabilização das instituições locais e dos serviços descentrados da administração pública na procura de soluções e propostas a apresentar aos beneficiários de modo que, numa relação contratualizada, se obtenham patamares progressivos de inserção para os indivíduos e se elevem os indicadores de desenvolvimento social das comunidades.<sup>113</sup>

A política de RMG contempla áreas de inserção distintas, mas com um objectivo único: integração social do indivíduo na sociedade. No âmbito da Educação, o ensino recorrente tem como finalidade conceder aos alunos a escolaridade que não possuem; no que concerne ao emprego, a inserção de potenciais beneficiários de RMG é difícil em virtude de estes possuírem características próprias (baixa escolaridade, pouca experiência profissional, pouca vontade de trabalhar e aprender as regras do trabalho) que os inibe de se inserirem no mercado nacional de trabalho. A solução encontrada passa pelo Mercado Social de Emprego. Relativamente à saúde, é importante o cuidado com a mesma, tanto em prevenção como em tratamento, pois é um factor que condiciona e contribui para a inserção. A acção social é outra área que dota as pessoas de conhecimentos e contactos directos com outros indivíduos. A habitação é outra área, no que se refere ao apoio à melhoria do alojamento; um bom alojamento contribui para um estado de espírito sereno e para uma melhor integração do indivíduo. Todas estas áreas se correlacionam umas com as outras, a inserção é o objectivo supremo. Por vezes a passagem por áreas distintas de inserção é necessária para uma integração social positiva.

Podemos concluir que, a luta contra a pobreza e a exclusão social, passa nomeadamente pela detecção das suas causas (específicas) e pela implementação (local) de medidas ajustadas de solução efectiva e não de remedeios, que em pouco ou nada podem contribuir para a erradicação destes problemas sociais de consequências devastadoras. Neste intuito, é vulgarmente evocado o provérbio chinês: *“Dar um peixe é alimentar um homem um dia; ensina-lo a pescar é alimentá-lo toda a vida.”*<sup>114</sup>

Este é o grande objectivo da política de RMG, contudo nem sempre os beneficiários conseguem ou querem aprender a pescar...

No concelho de Castelo de Paiva, até Abril de 2002, contabilizou-se 2470 Beneficiários, 14,2% da população residente e, contabilizou-se 1707 beneficiários com acordo de inserção. Relativamente ao n.º de beneficiários por grupo etário constatamos que o mais elevado se concentra no grupo dos 6 – 18 anos (516), seguindo-se dos 35 – 44 anos (250), dos 25 – 34 anos (230), dos 45 – 54 anos (194), dos 0 – 5 (191), dos 55 – 64 anos (148), dos 19 – 24 (113) e > 65 (65). Através da

análise destes dados concluímos que existe um elevado número de população em idade activa beneficiária do RMG. Contudo, o número de beneficiários com idade superior a 65 anos é reduzido quando comparado aos outros grupos etários. *“As famílias de idosos, ou as representadas por idosos, registam igualmente muito elevada incidência de pobreza. Contudo, para estas categorias a potencial participação no RMG é muito reduzida, dado corresponderem essencialmente a famílias de pensionistas com pensões muito baixas, mas ainda assim superiores ao rendimento de acesso ao RMG.”*<sup>115</sup>

Uma outra conclusão a que chegamos é que o sexo feminino se encontra mais representado no número de requerentes e no número de beneficiários do que o sexo masculino. Esta situação pode correlacionar-se com a dificuldade de inserção no mercado de trabalho sentida pelo sexo feminino; assim como pelo tipo de família de que fazem parte. A família nuclear com filhos e a família monoparental/mulher são as mais representativas no que concerne ao requerimento/benefício do RMG. Relativamente à família nuclear com filhos, à mulher cabe zelar pela sua educação e pelo serviço doméstico, o que poderá condicionar a sua disponibilidade para a inserção no mercado de trabalho. Relativamente à família monoparental, a mulher tem uma dupla função a desempenhar: pai e mãe, simultaneamente.

Até Abril de 2002, foram avaliados 916 processos de RMG, tendo sido uns deferidos (649) e outros indeferidos (267). Também foram cessados 460 processos e suspensos<sup>116</sup> 6. Os motivos que se encontram na base da cessação das prestações de RMG são os seguintes:

- não se verificar uma situação de grave carência económica;
- início de trabalho;
- transferência do processo;
- incumprimento do Acordo de Inserção;
- deferimento de pensão;
- a pedido do requerente;
- ausência do país;
- revogação;
- colocação em equipamento social;
- deferimento de subsídio de desemprego;
- cursos de formação;
- falta de provas;
- falecimento;
- falsas declarações;

- alteração à composição do agregado familiar.

O RMG pode ser encarado de uma dupla forma: por um lado, uma medida, extremamente útil, que permite a determinado indivíduo aceder a um rendimento e a uma dotação de competências e saberes para uma inserção; e por outro, uma medida que poderá sofrer de efeitos perversos, na medida em que o beneficiário poderá receber o montante pecuniário procurando não cumprir o plano de inserção que foi construído “à medida” e em colaboração com ele (quando isto acontece, e é do conhecimento dos técnicos responsáveis, há um cancelamento por incumprimento do Programa de Inserção). O recebimento de prestação de RMG implica um cumprimento de uma contratualidade entre as partes. O RMG parece funcionar hoje como um poderoso instrumento de integração social e de substituição de rendimento. Os beneficiários de RMG não beneficiam apenas ou principalmente das prestações pecuniárias, mas são integrados em programas activos de inserção social, o que parece ser particularmente positivo.

Que tipo de benefícios encontram os beneficiários do RMG nas acções de inserção? Serão somente monetários? Serão as acções de inserção encaradas como um meio para uma continuidade no posto de trabalho ou para uma futura inserção qualificante?

Outra questão refere-se ao facto de as acções de inserção não se orientarem todas para o mesmo tipo: um indivíduo sem escolaridade obrigatória, inicialmente vai frequentar o ensino recorrente e posteriormente, é que vai ser inserido no mercado laboral. Como serão encaradas estas fases de transição e de desenvolvimento pessoal pelos beneficiários?

A falta de rendimentos é um dos principais problemas subjacentes à atribuição do RMG. Será que os indivíduos procuram uma inserção por si, ou esperam que a encontrem por eles? A falta de rendimentos não será o resultado de atitudes de passividade por parte dos actores sociais? Esta falta de acção poder-se-á também correlacionar-se com a falta de disposição para o cumprimento de regras de trabalho, assim como com a falta de hábitos de trabalho.

Outro problema subjacente ao anterior é a falta de instrução. No concelho, um valor considerável de população não sabe ler nem escrever (2741) ou possui somente o 1.º Ciclo do Ensino Básico (4ª classe) (6314). Com estes graus de instrução é muito difícil uma inserção no mercado de trabalho.

Até que ponto a atribuição do RMG a determinadas famílias pode originar uma subsídeoddependência originando hábitos de conformismo e de passividade?

Muitos dos beneficiários não compreendem que o trabalho lhes dá um rendimento, uma forma de se socializarem e de manter redes de socialização externas à família; o acesso à

socialização tem vindo crescentemente a ser visto como uma forma de consumo e a situação de desemprego ao limitar os recursos de que os indivíduos dispõem implica dificuldades crescentes.

A substituição do rendimento (pensão/trabalho atípico por prestação de RMG) revela-se insuficiente para combater a exclusão social. É necessário encontrar outras formas de intervenção para além da mera atribuição de subsídios e ajudas materiais a quem se encontra afastado de formas normais de relação social. A aquisição de novas competências e qualificações para uma bem sucedida inserção na vida activa é essencial no combate à pobreza, já que o emprego e a integração no mercado de trabalho são não só a principal forma de obtenção autónoma de rendimento, como determinantes na definição do estatuto social de indivíduo e da sua família, e na realização de toda a pessoa. Ter um emprego (ou um trabalho socialmente útil) proporciona não só rendimentos como laços sociais, afectivos e simbólicos que integram o indivíduo na sociedade. Este é um dos grandes objectivos da política do RMG; “ (...) *tem em vista assegurar a inserção das pessoas excluídas ou em risco de exclusão social, proporcionando condições mínimas de existência a todos os cidadãos através de uma protecção que é assegurada a dois níveis: prestação pecuniária e o desenvolvimento do programa de inserção. A par da prestação pecuniária indexada ao valor legalmente fixado para a pensão social a cargo da Segurança Social, o IEFP disponibiliza os recursos necessários e adequados ao encaminhamento do beneficiário para as soluções de emprego e formação profissional que constam do programa e do acordo de inserção previamente assinado pelo interessado.*”<sup>117</sup>

## **XI. - Associativismo e Equipamentos Desportivos e Recreativos**

A emergência dos tempos livres, entendidos como direito de todos, tem atrás de si um longo percurso marcado pela valorização do ócio como consumo improdutivo (dos privilegiados) e pela simétrica concepção da indignidade do trabalho produtivo. Para chegar à moderna ideia de tempos livres seria preciso passar pela ética do trabalho e da austera disciplina do quotidiano ligada ao capitalismo inicial; passar pela racionalização dos lazeres na linha das filosofias filantrópicas e pelas reivindicações dos trabalhadores por melhores condições de vida; e, já no nosso século, passar pela implementação das indústrias de diversão e pelo estabelecimento do Welfare State, fundamentos da institucionalização dos tempos livres como tempo/espço das virtualidades culturais do quotidiano.<sup>118</sup>

A ocupação destes tempos livres pode ser feita de múltiplas formas, através de um elenco variado de práticas quotidianas (saídas com amigos, ida às compras e restaurantes, uso de novas tecnologias culturais, passear, etc.). Os jovens encontram-se com muito tempo disponível em virtude do alongamento do período de passagem a adulto – dificuldade da entrada e estabilidade no mercado de trabalho, no mercado de habitação e no mercado matrimonial. Este prolongamento do tempo livre pode ter consequências na vida quotidiana dos jovens: procura de um espaço de entretenimento comum ou originar comportamentos desviantes devido à falta de um “organismo” que lhes ocupe o tempo disponível. O associativismo evidencia-se como um importante contributo para a integração social, na medida em que *“é portador de um papel socializador que, ao mesmo tempo, se espera que actue como regulador de comportamentos considerados disruptivos e como detonador de comportamentos de inovação e mudança – uma duplicidade difícil de harmonizar... vemos igualmente o associativismo juvenil ser convocado, não raro, como meio para suprir falências dos agentes tradicionais de socialização (família e escola) de que vulgarmente se considera estarem os jovens alheados.”*<sup>119</sup> Esta citação permite-nos questionar o seguinte: estará o associativismo em condições de funcionar como instrumento socializador junto dos jovens? *“Em termos de espaço incentivador de solidariedades e de iniciativas, o associativismo juvenil parece investido de potencialidades interessantes; além disso, pode funcionar como mediação entre o Estado e cada nova corte de interlocutores a que confere representatividade, institucionalizando a relação entre as duas partes.”*<sup>120</sup>

O associativismo é um espaço de educação não formal e que forma os jovens para a cidadania. Ao estender o seu campo de acção à cultura, desporto, tempos livres, defesa do ambiente, etc; ao experimentar novos conhecimentos, transferindo, dissimulando e acumulando outros, como

resultado de um conjunto diversificado de atitudes, compromissos, processos e estratégias as associações assumem-se como organizações que favorecem a aprendizagem em grupo, através da visão partilhada, do trabalho em equipa, ajudando a construir a autonomia de cada um. O associativismo – movimento com carácter voluntário – pode ser definido como uma forma de os actores sociais prosseguirem objectivos formalmente organizados e desenvolvidos em torno de um interesse que é comum. O desenvolvimento do associativismo concretiza-se, muitas vezes, porque aos indivíduos, por si, está-lhes vedada a possibilidade de acção e transformação do status quo. Neste sentido, ele surge como uma forma de participação social dos indivíduos nos campos de acção que são do seu interesse. As associações podem assim ser reconhecidas como indispensáveis à mudança social, isto é, as aspirações e necessidades individuais encontram nas associações a organização necessária para, através da participação, obter respostas a uma vontade que se constitui colectiva.<sup>121</sup>

Uma associação pode definir-se como uma organização de pessoas destinada a prosseguir fins não lucrativos à qual a lei reconhece a capacidade de exercer direitos e obrigações em nome próprio; assim, para existir uma associação é necessário que um conjunto de pessoas se reúnam e elaborem os estatutos da mesma. Pode também ser encarada como uma estrutura capaz de representar e defender interesses dos seus membros e até das próprias comunidades locais, constituindo-se também como um espaço de afirmação de direitos (e consequentemente de deveres).

Hoje, no nosso concelho e por todo o país, as associações desempenham um papel fundamental, especialmente no que toca ao associativismo jovem de base local, realizando este um valioso trabalho na defesa de interesses de variadíssimas tendências que, de outro modo, seriam menosprezadas. O papel das associações constitui um factor essencial e catalisador de desenvolvimento sempre que existe um associativismo forte, verifica-se um dinamismo e um desenvolvimento que alteram positivamente a sociedade nas mais variadas vertentes, sejam elas culturais, recreativas, sociais, desportivas, ambientais, de solidariedade ou outras. Qualquer que seja a actividade que desenvolvem as associações juvenis têm um fio condutor, o da defesa dos valores do voluntariado, do desenvolvimento local e da cidadania. *“O associativismo no geral e o juvenil em particular é uma forma de organização social que possibilita a consolidação de três pontos extremamente importantes para a ordem social: potencia as capacidades dos indivíduos e o desenvolvimento das suas competências; cria e fomenta relações de confiança entre indivíduos; estabelece uma aproximação às necessidades localizadas de segmentos da população, dificilmente atingíveis via intervenção de cima para baixo, ou seja estado – cidadãos.”*<sup>122</sup>

A prática associativa têm-se manifestado muito positivamente no concelho de Castelo de Paiva, na medida em que o dinamismo implícito às associações contribui de forma significativa, para o desenvolvimento concelhio. A contribuição das associações para o desenvolvimento caracteriza-se pela organização de actividades destinadas a vários públicos – alvo (do concelho e de fora do concelho) que tem como finalidade: reviver os tempos passados, incentivar à prática desportiva, etc. As actividades organizadas pelas associações, quando o grau de adesão é significativo, permite o “movimento” concelhio rumo ao desenvolvimento.

O âmbito de acção das associações é diferente: desportivas, culturais, ambientais, recreativas, etc., contudo acabam por se interrelacionar de modo positivo.

As associações encontram-se distribuídas pelas nove freguesias de modo heterogéneo: Bairros (4), Fornos (4), Paraíso (3), Pedorido (5), Raiva (12), Real (2), Santa Maria de Sardoura (2), São Martinho de Sardoura (3) e Sobrado (15). Estes dados permitem-nos concluir que existem associações em maior número em determinadas freguesias do que noutras, contudo o grau de actividade é distinto. Destas associações, algumas delas encontram-se inactivas.

Todas estas associações tiveram um fim próprio que é a base da sua constituição com personalidade jurídica, contudo para além deste, tiveram uma finalidade comum a todas elas: desenvolvimento da freguesia em que se inserem, criação de uma dinâmica interna às freguesias e, concomitantemente, do concelho num todo.

A definição do carácter das associações é uma tarefa difícil, na medida em que há um cruzamento da índole das diversas actividades, dificultando uma definição concreta do seu carácter; esta definição, é praticamente impossível na medida em que todas as acções, quaisquer que sejam, possuem intrinsecamente um pouco da cultura de cada um de nós. A cultura é “ *o conjunto das actividades, das crenças e das práticas comuns a uma sociedade ou a um grupo social particular (...) um conjunto complexo que compreende os conhecimentos, as crenças, a arte, o direito, a moral, os costumes e todas as outras aptidões e hábitos que o homem, enquanto membro de uma sociedade adquire. A cultura corresponde portanto a um domínio muito vasto, uma vez que ela abrange praticamente todas as actividades criadas pelo homem.*”<sup>123</sup> Toda e qualquer acção desenvolvida pelos actores sociais possui implícita a sua cultura. Nesta linha de pensamento, uma associação desportiva, é simultaneamente cultural.

No que se refere ao carácter das associações concelhias, podemos dizer que 18 (do total das que foram analisadas no Pré-Diagnóstico) possuem um carácter desportivo, cultural e recreativo; 6 possuem um carácter cultural e recreativo, na medida em que voltam as suas acções para a promoção da cultura, etnografia (2 Bandas de Música e 4 Ranchos Folclóricos); e, 2 possuem um

carácter mais no âmbito da intervenção social (apoio a deficientes e bombeiros voluntários). De um modo geral, podemos dizer que todas elas têm como objectivo a intervenção social com a finalidade de promover o desenvolvimento concelhio, assim como dos próprios membros das associações.

Os sócios das associações são os elementos que contribuem para a dinâmica associativa; de um modo geral, podemos dizer que existem 6280 pessoas que se associaram as associações concelhias, contudo não podemos menosprezar o facto de algumas dessas pessoas serem de fora do concelho (indivíduos de regresso à terra natal, etc.). Comparativamente com a população total residente (17338) podemos dizer que 36,2% da população é sócia de alguma ou várias associações.

Outra conclusão que podemos retirar é que o sexo masculino é mais representativo, em termos de associados; há uma tendência notória para o sexo masculino se associar e também, denotamos que a presença da juventude se evidencia.

Porque será que os homens se associam em maior número do que as mulheres? As actividades promovidas condicionarão a adesão feminina ao associativismo? As mulheres rever-se-ão nas actividades promovidas? Embora, o associativismo seja notório em todo o concelho, ele evidencia-se mais nas freguesias de Raiva e Sobrado, talvez devido à densidade populacional destas freguesias.

Posteriormente, vamos fazer uma categorização das actividades promovidas pelas associações. Estas passam pela área desportiva (futebol, atletismo, ciclo turismo, futsal, columbofilia, etc.), cultural/recreativa (actuações de Ranchos, concertos musicais, etc.), social (intervenção na área da deficiência, socorro aos doentes, etc.). O carácter associativo não é um elemento constrangedor à realização de actividades distintas, isto é, uma associação de carácter desportivo pode complementar as suas actividades com o carácter cultural.

Denota-se “*uma troca recíproca entre as associações*” no que concerne à participação nas actividades, assim, como uma reprodução de participação. A tendência é para as associações com âmbitos de acção semelhantes se juntarem e participarem com maior intensidade nas actividades promovidas. Exemplo disso, são os Ranchos Folclóricos que participam com maior intensidade nas actividades promovidas uns dos outros e nas da Associação de Defesa e Estudo do Património de Castelo de Paiva (ADEP). Esta situação justifica-se devido à semelhança de actividades.

Outra questão que se pode relacionar com o associativismo é a existência de instalações desportivas e recreativas disponíveis para a prática de desporto e de lazer. A existência destas incita a organização de grupos para a prática desportiva e outra; deste modo, usufruem das instalações. Contudo, existem associações que não dispõem de instalações desportivas e encontram na prática associativa uma via para reclamarem essas mesmas instalações.

O grande problema que afecta a maioria das Associações é a escassez de financiamentos. Esta questão pode ser analisada em duas vertentes: a associação não tem verbas, contudo não procura realizar actividades para as obter acabando por cair na inactividade; se a associação se encontra inactiva, não desenvolvendo actividades, acaba por não ter direito a auferir de subsídios por parte das autarquias e outros. Acaba por se criar um ciclo vicioso que é necessário colmatar. A forma de solucionar esta questão passa pelo “esforço” dos membros das diversas associações através da elaboração de um plano de actividades anual exequível e candidatando-se a verbas das autarquias e outras.

Através da análise dos questionários no Pré – Diagnóstico concluímos que a grande maioria das associações padecem do mesmo problema: falta de apoio financeiro. Por vezes esta falta de apoio advém de falta de conhecimento que os dirigentes associativos e restantes membros têm acerca da forma como obter subsídios. Deste modo, seria importante a organização de sessões de esclarecimento acerca dos procedimentos necessários para se candidatarem a verbas e fundos.

Outra questão que se poderia correlacionar com o associativismo passa pela formação contínua: a promoção de cursos de formação pelas várias sedes sociais seria um benefício para a população residente nas freguesias e existiria uma desconcentração da formação. A união dos membros da associação fortificar-se-ia, assim como da população residente.

As associações poderiam contribuir positivamente para o “mercado de roupas e afins”, pois o desenvolvimento de políticas sectoriais de angariação de bens (em cada freguesia) acaba por representar um todo avolumado, quando agregado. A dinamização de actividades com vista a ajuda à constituição e manutenção deste mercado era muito importante.

Durante o ano poder-se-iam organizar encontros associativos entre as várias associações concelhias e extra – concelhias com a finalidade de troca de ideias e de experiências. Este dia poderia ser de responsabilidade rotativa pelas diferentes associações e ter o apoio logístico das autarquias locais e de outras entidades públicas e privadas.

A promoção do associativismo das pessoas idosas poderia ser um campo de acção muito benéfico. A experiência detida por estes era um benefício positivo. O incentivo ao associativismo das pessoas idosas deve constituir uma medida de promoção de condições de participação deste grupo de população na vida social, económica e cultural, bem como nas decisões políticas que mais directamente lhes dizem respeito. O desenvolvimento de actividades antigas acabaria por ser transmitido a outros membros da associação e a tradição/objectos tradicionais já não se perdia no tempo.

O associativismo juvenil constitui um dos mais importantes meios para o desenvolvimento das potencialidades dos jovens e uma das formas de promover a sua integração social. As associações são estruturas privilegiadas de aquisição de direitos e de promoção social criando assim condições para melhorar a integração social; são espaços privilegiados de educação cívica informal.

As associações voluntárias são um dos meios integradores mais fortes das sociedades democráticas, sendo o associativismo uma forma de suprimento da falta de força moral (social) dos indivíduos, isto é, através da participação social, os indivíduos criavam uma consciência colectiva que se contrapunha ao poder do Estado<sup>124</sup>. As associações podem então ser entidades como um centro de reunião dos indivíduos, enquanto actores sociais, sendo um elemento integrador de tal forma forte que os levará a agregar-se e dedicar-se a uma finalidade comum. O Associativismo quando é desenvolvido de uma forma dinâmica, promove em muito o concelho lembrando tradições que teimam a cair em esquecimento, formando atletas Paivenses, e acima de tudo, promovendo ocupações para os mais jovens. A juventude é um dos grandes “motores” das nossas associações, pois são estes que levam o nome das mesmas de campo em campo, de torneio em torneio.

O dinamismo associativo tem que continuar naquelas associações em que ele já está implícito, e tem que ser incentivado para aqueles que vivem na passividade, para que deste esforço conjunto Castelo de Paiva se torne cada vez mais dinâmico e extravase as fronteiras concelhias, levando o nome deste concelho e as suas tradições para espaços distantes. As associações tentam uma conservação do passado e uma modernização do presente, desta conjugação muito teremos a lucrar.

O associativismo patente no concelho de Castelo de Paiva é uma grande potencialidade do mesmo.

## **XII. Bibliografia**

- ALMEIDA, João Ferreira de *et. al.*, 1994, Exclusão Social – Factores e Tipos de Pobreza em Portugal, Oeiras, Celta Editora.
- ALVES, Natália *et. al.*, Jan. 2001, Educação e Formação: Análise Comparativa dos Subsistemas de Qualificação Profissional de nível III (Estudos e Análises: 27), Lisboa, Colprinter – Indústria Gráfica, Lda.
- ÀRIES, Philippe, 1988, Criança e Vida Familiar no Antigo Regime, Lisboa, Relógio de Água.
- ÀRIES, Philippe *et. al.*, 1991, História da Vida Privada, Porto, Edições Afrontamento.
- ARON, Raymond, 1991, As Etapas do Pensamento Sociológico, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- BAPTISTA, Isabel, s.d., “Serena Idade” in Terceira Idade: Uma Questão para a Educação Social, 2002, Porto, Universidade Portucalense.
- BOURDIEU, Pierre, 1997, Razões Práticas sobre a Teoria da Acção, Oeiras, Celta Editora.
- CANHA, João, s.d., “Horizontes 2000 – Sentido de Oportunidade” in Pretextos, Dez. 2000, Lisboa, IDS, n.º 2.
- CAPUCHA, Luís Manuel Antunes *et. al.*, Dez. 1998, Grupos Desfavorecidos face ao Emprego – Tipologias e Quadro Básico de Medidas Recomendáveis (Estudos e Análises: 8), Lisboa, Gráfica Sacavanense, Lda.
- CARVALHO, Adalberto Dias de, s.d., “Dilemas das Representações Contemporâneas de Velhice” in Terceira Idade: Uma Questão para a Educação Social, 2002, Porto, Universidade Portucalense.
- CERDEIRA, Patrícia, s.d., “A Idade em que os anos não contam” in Pretextos, Abr. 2001, Lisboa, IDS, n.º 4.
- COSTA, Alfredo Bruto da *et. al.*, 1985, A Pobreza em Portugal, Lisboa, Cáritas.
- COSTA, Alfredo Bruto da, 1998, Exclusões Sociais, Lisboa, Ed. Gradiva.
- CENTENO, Luís *et. al.*, Fev. 2000, Percursos Profissionais de Exclusão Social (Estudos e Análises: 19), Lisboa, 5.ª Cor, Artes Gráficas, Lda.
- DURKHEIM, Émile, 1977, A Divisão Social do Trabalho, 2.º vol., Lisboa, Presença.
- ÉTIENNE, Jean *et. al.*, 1998, Dicionário de Sociologia – As Noções, os Mecanismos e os Autores, Lisboa, Plátano Edições Técnicas.

- FERNANDES, Luís *et. al.*, Nov. 1998, O Sítio das Drogas, Coleção Comportamentos, Lisboa, Editorial Notícias.
- FERREIRA, A.F., 1987, Para uma Nova Política de Habitação, Porto, Ed. Afrontamento.
- FERREIRA, Carvalho *et. al.*, 1995, Sociologia, Lisboa, McGraw-Hill Editora.
- FERREIRA, Leonor Vasconcelos, s.d., “Distribuição do Rendimento e Pobreza – A Região Norte no contexto nacional entre 1990 e 1995” *in* Estatísticas & Estudos Regionais, Instituto Nacional de Estatística, 2001, Porto, INE, n.º 24.
- GALBRAITH, J. K., 1979, A Sociedade da Pobreza, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- GASPAR, Paulo, s.d., “O Triângulo da Vida” *in* Terceira Idade: Uma Questão para a Educação Social, 2002, Porto, Universidade Portucalense.
- GOMES, A., Nov. 2000, Memórias do Passado no Presente.
- GONZALEZ, J. R., 1992, Pobreza y Desigualdad en los Países Desarrollo, Madrid, Ed. Sintesis.
- GOODE, William, 1970, A Família, São Paulo, Ed. Pioneira.
- JACINTO, E. *et. al.*, 1998, Ciências Sociais e Formação Cívica, Lisboa, Ed. Plátano.
- LEANDRO, Maria Engrácia, 1995, “Complexidades das Estruturas na Sociedade Moderna” *in* Cadernos do Noroeste, vol.8, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- LEWIS, Oscar, 1979, Os Filhos de Sanches, Lisboa, Morães Editora.
- MARTÍN, António Lucas, 1979, Introdução à Sociologia, Lisboa, Editorial Notícias.
- MENDES, Fernando, s.d., “Toxicodependência e Prevenção Familiar: uma Política para a Europa” *in* Regime Geral da Política de Prevenção Primária dos Toxicodependentes – Documentos, Discussão Pública 18 de Junho – 10 de Agosto.
- OLIVEIRA, José António, s.d., “A Terceira Idade à luz dos diplomas constitucionais portugueses” *in* Terceira Idade: Uma Questão para a Educação Social, 2002, Porto, Universidade Portucalense.
- PALMEIRÃO, Cristina, s.d., “Derrubar para Mudar” *in* Terceira Idade: Uma Questão para a Educação Social, 2002, Porto, Universidade Portucalense.
- PEREIRA, Fernando Jorge Micael, s.d., “Envelhecimento em Debate” *in* Pretextos, Abr. 2002, IDS, n.º10.
- QUINTÃO, Carlota *et. al.*, Jan. 2000, Relações entre a Escola e o Mercado de Emprego Envolvente (Estudos e Análises: 17), Lisboa, GRAFIFINA – Indústria de Artes Gráficas, Lda.
- RIESMAND, D., 1964, La Joule Solitaire, Paris, Arcontare.
- RODRIGUES, Francisco, s.d., “Associativismo e Desenvolvimento Social” *in* Jotamais – Revista de Associativismo Juvenil Local e Regional, Porto, FNAJ.

- ROSA, Maria João Valente, “Envelhecimento Demográfico: Proposta de reflexão sobre o curso dos factos” in Análise Social, vol. XXXI (139), 1996, (5.º), Lisboa, ICS.
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, s.d., “Cultura, Tempos Livres e Associativismo Juvenil” in Estruturas Sociais e Desenvolvimento, Actas do II Congresso Português de Sociologia, vol. II.
- SEQUEIRA, José *et. al.*, Dez. 1999, Reestruturação Produtiva na Zona de Abrantes, Tomar e Torres Novas (Estudos e Análises: 25), Lisboa, Gráfica Sacavanense, Lda.
- SILVESTRE, Manuela *et. al.*, s.d., Sociologia, s.l., Empresa Literária Fluminense.
- VINTÉM, João, s.d., “Associativismo e Participação Social” in Pretextos, Abr. 2001, Lisboa, IDS, n.º 4.
- Cadernos de Ciências Sociais, 1996, n.º 15 – 16, Porto, Ed. Afrontamento.
- Direcção Geral de Acção Social, Programas de Inserção: Reflexões Metodológicas.
- Jornal O Pejão, Nov. 1952, n.º 50.
- Plano Nacional de Acção para a Inclusão – Portugal 2001 – 2003.
- Sociologia – Problemas e Práticas, 1997, n.º 24, Lisboa, Ed. CIES.
- DR n.º 50/77 de 11 de Agosto
- Decreto-lei n.º 40/83 de 25 de Janeiro
- Decreto-lei n.º 247/89 de 5 de Agosto.

# ANEXOS

- <sup>1</sup> Ministério do Trabalho e da Solidariedade, Diagnóstico Social, p. 82.
- <sup>2</sup> FERREIRA, A. F., 1987, Para uma Nova política de Habitação, Porto, Ed. Afrontamento, pp. 9-10.
- <sup>3</sup> Cf. Sociologia – Problemas e Práticas, 1997 n.º 24, Lisboa, Ed. CIES, p. 171.
- <sup>4</sup> Cf. *Idem*, pp. 173-174.
- <sup>5</sup> Cf. COSTA, Alfredo Bruto da, 1998, Exclusões Sociais, Lisboa, Ed. Gradiva, p. 16.
- <sup>6</sup> FERREIRA, A. F., 1987, Para uma Nova Política de Habitação, Porto, Ed. Afrontamento, p. 198.
- <sup>7</sup> FERREIRA, A. F., 1987, Para uma Nova Política de Habitação, Porto, Ed. Afrontamento, p. 198.
- <sup>8</sup> *Idem*, p. 18.
- <sup>9</sup> Cadernos de Ciências Sociais, 1996, n.º 15-16, Porto, Ed. Afrontamento, p. 31.
- <sup>10</sup> *Idem*, p. 37.
- <sup>11</sup> Cadernos de Ciências Sociais, 1996 n.º 15-16, Porto, Ed. Afrontamento, p. 35.
- <sup>12</sup> FERNANDES, Luís *et al.*, Nov. 1998, O Sítio das Drogas, Coleção Comportamentos, Lisboa, Editorial Notícias, p. 59.
- <sup>13</sup> Dr. N.º 50/77 de 11 de Agosto art.º n.º 3, 1), 3)
- <sup>14</sup> CAPUCHA, Luís Manuel Antunes *et al.*, Dez. 1998, Grupos Desfavorecidos face ao Emprego – Tipologias e Quadro Básico de Medidas Recomendáveis (Estudos e Análises: 8), Lisboa, Gráfica Sacavenense, Lda., p. 146.
- <sup>15</sup> QUINTÃO, Carlota *et al.*, Jun. 2000, Relações entre a Escola e o Mercado de Emprego Envolvente, (Estudos e Análises: 17), Lisboa, GRAFIFINA – Indústria de Artes Gráficas, Lda, p.44.
- <sup>16</sup> ÉTIENNE, Jean *et al.*, 1998, Dicionário de Sociologia – As noções, os mecanismos e os autores, Lisboa, Plátano Edições Técnicas, p. 265.
- <sup>17</sup> MENDES, Fernando, “Toxicodependência e Prevenção Familiar: uma Política para a Europa” *in* Presidência do Conselho de Ministros Regime Geral da Política de Prevenção Primária das Toxicodependências – Documentos (Discussão Pública 18 de Junho – 10 de Agosto), p. 57.
- <sup>18</sup> QUINTÃO, Carlota *et al.*, Jun. 2000, Relações entre a Escola e o Mercado de Emprego Envolvente, (Estudos e Análises: 17), Lisboa, Grafifina – Ind. De Artes Gráficas, Lda p. 75.
- <sup>19</sup> *Idem*, p. 74.
- <sup>20</sup> CENTENO, Luís *et al.*, Fev. 2000, Percursos Profissionais de Exclusão Social ( Estudos e Análises: 19), Lisboa, 5.ª Cor, Artes Gráficas, Lda., pp.147 - 148.

- <sup>21</sup> ALVES, Natália *et al.*, Jan. 2001, Educação e Formação: Análise Comparativa dos Sub – Sistemas de Qualificação Profissional de nível III, (Estudos e Análises: 27), Lisboa, Colprinter – Indústria Gráfica Lda, p. 75.
- <sup>22</sup> QUINTÃO, Carlota *et al.*, Jun. 2000, Relações entre a Escola e o Mercado de Emprego Envolvente, (Estudos e Análises: 17), Lisboa, Grafifina – Indústria de Artes Gráficas, Lda, p. 47.
- <sup>23</sup> Jornal O Pejão, Nov. 1952, n.º 50, p. 5.
- <sup>24</sup> GOMES, Andreia, 2000, Memórias do Passado no Presente, pp. 143, 144.
- <sup>25</sup> CENTENO, Luís *et al.*, Fev. de 2000, Percursos Profissionais de Exclusão Social (Estudos e Análises: 19), Lisboa, 5ª Cor, Artes Gráficas, Lda, p. 90.
- <sup>26</sup> SEQUEIRA, José *et al.*, Dez 1999, Reestruturação Produtiva na Zona de Abrantes, Tomar e Torres Novas (Estudos e Análises: 25), Lisboa, Gráfica Sacavenense, Lda, p.269.
- <sup>27</sup> CAPUCHA, Luís Manuel Antunes *et. al.*, Dez. 1998, Grupos Desfavorecidos Face ao Emprego – Tipologias e Quadro Básico de Medidas Recomendáveis, (Estudos e Análises: 8), Lisboa, Gráfica Sacavenense, Lda, p. 131.
- <sup>28</sup> CENTENO, Luís *et. al.*, Fev. de 2000, Percursos Profissionais de Exclusão Social (Estudos e Análises: 19), Lisboa, 5ª Cor, Artes Gráficas, Lda, p.92 – 93.
- <sup>29</sup> CAPUCHA, Luís Manuel Antunes *et. al.*, Dez. 1998, Grupos Desfavorecidos face ao Emprego – Tipologias e Quadro Básico de Medidas Recomendáveis (Estudos e Análises: 8), Lisboa, Gráfica Sacavenense, Lda, p. 132.
- <sup>30</sup> CAPUCHA, Luís Manuel Antunes *et. al.*, Dez. 1998, Grupos Desfavorecidos face ao Emprego – Tipologias e Quadro Básico de Medidas Recomendáveis (Estudos e Análises: 8), Gráfica Sacavenense, Lda, p. 62.
- <sup>31</sup> *Idem*, pp. 33 , 34.
- <sup>32</sup> CENTENO, Luís *et. al.*, Fev. de 2000, Percursos Profissionais de Exclusão Social (Estudos e Análises: 19) Lisboa, 5ª Cor, Artes Gráficas, Lda, p. 149.
- <sup>33</sup> CENTENO, Luís *et. al.*, Fev. de 2000, Percursos Profissionais de Exclusão Social, (Estudos e Análises: 19) Lisboa, 5ª Cor, Artes Gráficas, Lda, p. 150.
- <sup>34</sup> *Idem*, p. 148.
- <sup>35</sup> CENTENO, Luís *et. al.*, Fev. de 2000, Percursos Profissionais de Exclusão Social, (Estudos e Análises: 19) Lisboa, 5ª Cor, Artes Gráficas, Lda, p. 171.
- <sup>36</sup> ROSA, Maria João Valente, “Envelhecimento Demográfico: Proposta de Reflexão sobre o Curso dos Factos” in *Análise Social*, vol. XXXI (139), 1996 (5º), Lisboa, ICS, p. 1189.

- <sup>37</sup> GOODE, William, 1970, A Família, São Paulo, Ed. Pioneira, pp.12-18.
- <sup>38</sup> Cf. *Idem*, p.13.
- <sup>39</sup> Cf. FERREIRA, Carvalho *et al.*, 1995, Sociologia, Lisboa, McGraw-Hill Editora, p.41.
- <sup>40</sup> DURKHEIM, Émile, 1977, A Divisão Social do Trabalho, 2.º vol., Lisboa, Presença, p.152.
- <sup>41</sup> ÀRIES, Philippe, 1988, Criança e Vida Familiar no Antigo Regime, Lisboa, Relógio de Água, pp. 15 – 20.
- <sup>42</sup> LEANDRO, Maria Engrácia, 1995, “Complexidades das Estruturas na Sociedade Moderna” *in* Cadernos do Noroeste, vol. 8, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, pp. 15-20.
- <sup>43</sup> MARTÍN, António Lucas, 1979, Introdução à Sociologia, Lisboa, Editorial Notícias, p. 90.
- <sup>44</sup> LEANDRO, Maria Engrácia, 1995, “Complexidades das Estruturas na Sociedade Moderna” *in* Cadernos do Noroeste, vol. 8, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, pp. 15-20.
- <sup>45</sup> *Idem*, p. 17.
- <sup>46</sup> ARON, Raymond, 1991, As Etapas do Pensamento Sociológico, Lisboa, Publicações Dom Quixote, pp. 301-389.
- <sup>47</sup> SILVESTRE, Manuela *et al.*, s.d., Sociologia, s.l., Empresa Literária Fluminense, p.250.
- <sup>48</sup> RIESMAND, D., 1964, La Joule Solitaire, Paris, Arcontare, p.23.
- <sup>49</sup> ÀRIES, Philippe *et al.*, 1991, História da Vida Privada, Porto, Edições Afrontamento, p. 86.
- <sup>50</sup> LEANDRO, Maria Engrácia, 1995, “Complexidades das Estruturas na Sociedade Moderna” *in* Cadernos do Noroeste, vol. 8, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, p. 15.
- <sup>51</sup> *Idem, ibídem.*
- <sup>52</sup> PEREIRA, Fernando Jorge Micael, s.d., “Envelhecimento em Debate” *in* Pretextos, Abril 2002, IDS, pp. 4 – 5.
- <sup>53</sup> PALMEIRÃO, Cristina, s.d., “Derrubar para Mudar” *in* Terceira Idade: Uma Questão para a Educação Social, 2002, Porto, Universidade Portucalense, p.36.
- <sup>54</sup> *Idem*, p.37.
- <sup>55</sup> *Idem*, p. 39.
- <sup>56</sup> *Idem, ibídem.*
- <sup>57</sup> Cf. *Idem, ibídem.*
- <sup>58</sup> CARVALHO, Adalberto Dias de, s.d., “Dilemas das Representações Contemporâneas da Velhice” *in* Terceira Idade: Uma Questão para a Educação Social, 2002, Porto, Universidade Portucalense, p. 7.

- <sup>59</sup> PALMEIRÃO, Cristina, s.d., “Derrubar para Mudar” in Terceira Idade: Uma Questão para a Educação Social, 2002, Porto, Universidade Portucalense, p.46.
- <sup>60</sup> Cf. GASPAR, Paulo, s.d., “O Triângulo da Vida” in Terceira Idade: Uma Questão para a Educação Social, 2002, Porto, Universidade Portucalense, pp.173 - 174.
- <sup>61</sup> PALMEIRÃO, Cristina, s.d., “Derrubar para Mudar” in Terceira Idade: Uma Questão para a Educação Social, 2002, Porto, Universidade Portucalense, p.45.
- <sup>62</sup> GASPAR, Paulo, s.d., “O Triângulo da Vida” in Terceira Idade: Uma Questão para a Educação Social, 2002, Porto, Universidade Portucalense, pp.176.
- <sup>63</sup> BAPTISTA, Isabel, s.d., “Serena Idade” in Terceira Idade: Uma Questão para a Educação Social, 2002, Porto, Universidade Portucalense, p. 46.
- <sup>64</sup> COSTA, Alfredo Bruto da, 1998, Exclusões Sociais, Lisboa, Gradiva Publicações, Lda, p. 88.
- <sup>65</sup> BAPTISTA, Isabel, s.d., “Serena Idade” in Terceira Idade: Uma Questão para a Educação Social, 2002, Porto, Universidade Portucalense, p.74.
- <sup>66</sup> PEREIRA, Fernando Jorge Micael, s.d., “Envelhecimento em Debate” in Pretextos, Abril 2002, Lisboa, IDS, p. 8.
- <sup>67</sup> *Idem, ibídem.*
- <sup>68</sup> COSTA, Alfredo Bruto da, 1998, Exclusões Sociais, Lisboa, Gradiva Publicações, Lda, p. 88.
- <sup>69</sup> PALMEIRÃO, Cristina, s.d., “Derrubar para Mudar” in Terceira Idade: Uma Questão para a Educação Social, 2002, Porto, Universidade Portucalense, p.43.
- <sup>70</sup> CAPUCHA, Luís Manuel Antunes *et al.*, Dez.1998, Grupos Desfavorecidos face ao Emprego – Tipologias e Quadro Básico de Medidas Recomendáveis (Estudos e Análises: 8), Lisboa, Gráfica Sacavenense, Lda, p. 37.
- <sup>71</sup> PALMEIRÃO, Cristina, s.d., “Derrubar para Mudar” in Terceira Idade: Uma Questão para a Educação Social, 2002, Porto, Universidade Portucalense, p.46.
- <sup>72</sup> GASPAR, Paulo, s.d., “O Triângulo da Vida” in Terceira Idade: Uma Questão para a Educação Social, 2002, Porto, Universidade Portucalense, p.173.
- <sup>73</sup> CERDEIRA, Patrícia, s.d., “A idade em que os anos nos contam” in Pretextos, Abril 2001, Lisboa, IDS, p. 18.
- <sup>74</sup> OLIVEIRA, José António, s.d., “A Terceira Idade à luz dos diplomas constitucionais portugueses” in Terceira Idade: Uma Questão para a Educação Social, 2002, Porto, Universidade Portucalense, p.79.
- <sup>75</sup> Decreto de Lei n.º 247/89 de 5 de Agosto.

- <sup>76</sup> CENTENO, Luís *et. al.*, Fev. 2000, Percursos Profissionais de Exclusão Social (Estudos e Análises: 19), Lisboa, 5ª cor, Artes Gráficas, Lda, p. 66.
- <sup>77</sup> CAPUCHA, Luís Manuel Antunes *et. al.*, Dez. 1998, Grupos Desfavorecidos face ao Emprego – Tipologias e Quadro Básico de Medidas Recomendáveis (Estudos e Análises: 8), Lisboa, Gráfica Sacavenense, Lda, p. 81.
- <sup>78</sup> *Idem*, p. 82.
- <sup>79</sup> *Idem*, p. 144.
- <sup>80</sup> *Idem*, p. 158.
- <sup>81</sup> *Idem*, p. 83
- <sup>82</sup> *Idem*, p. 82.
- <sup>83</sup> *Idem*, p. 85.
- <sup>84</sup> Em Dezembro, aquando da discussão do Diagnóstico Social, o CAO possuía 12 utentes (encontram-se 3 vagas).
- <sup>85</sup> Decreto – Lei n.º 40/83 de 25 de Janeiro, art. 1º.
- <sup>86</sup> Decreto – Lei n.º 40/83 art. 17º.
- <sup>87</sup> Decreto – Lei n.º 40/83 art. 11º.
- <sup>88</sup> FERREIRA, Leonor Vasconcelos, s.d., “Distribuição do Rendimento e Pobreza – A Região Norte no contexto nacional entre 1990 e 1995” *in* Estatísticas & Estudos Regionais, Instituto Nacional de Estatística, 2001, Porto, INE, n.º 24, p. 28.
- <sup>89</sup> GONZALEZ, J.R., 1992, Pobreza y Desigualdad en los Paises Desarrollo, Madrid, Ed. Sintesis, p. 42.
- <sup>90</sup> ALMEIDA, J. F. *et al.*, 1994, Exclusão Social – Factores e Tipos de Pobreza em Portugal, Oeiras, Celta Editora, p. 127.
- <sup>91</sup> *Idem, ibidem.*
- <sup>92</sup> COSTA, Alfredo Bruto da *et. al.*, 1985, A Pobreza em Portugal, Lisboa, Cáritas, p. 194.
- <sup>93</sup> *Idem, ibidem.*
- <sup>94</sup> *Idem, ibidem.*
- <sup>95</sup> ALMEIDA, J. F. *et al.*, 1994, Exclusão Social – Factores e Tipos de Pobreza em Portugal, Oeiras, Celta Editora, p. 111.
- <sup>96</sup> COSTA, Alfredo B. da, 1998, Exclusões Sociais, Lisboa, Ed. Gradiva, p. 27.
- <sup>97</sup> ALMEIDA, J. F. *et al.*, 1994, Exclusão Social – Factores e Tipos de Pobreza em Portugal, Oeiras, Celta Editora, pp. 17 – 18.

- <sup>98</sup> GONZALEZ, J. R., 1992, Pobreza y Desigualdad en los Países en Desarrollo, Madrid, Ed. Síntesis, p.13.
- <sup>99</sup> ALMEIDA, J. F. *et al.*, 1994, Exclusão Social – Factores e Tipos de Pobreza em Portugal, Oeiras, Celta Editora, p. 111.
- <sup>100</sup> COSTA, Alfredo B. da, 1998, Exclusões Sociais, Lisboa, Ed. Gradiva, p. 28.
- <sup>101</sup> BOURDIEU, Pierre, 1997, Razões Práticas sobre a Teoria da Acção, Oeiras, Celta Editora, p. 21.
- <sup>102</sup> *Idem, Ibidem.*
- <sup>103</sup> LEWIS, Oscar, 1979, Os filhos de Sanches, Lisboa, Morães Editores, p. 25.
- <sup>104</sup> *Idem*, p. 26.
- <sup>105</sup> GALBRAITH, J. K., 1979, A Sociedade da Pobreza, Lisboa, Publicações Dom Quixote, p.62.
- <sup>106</sup> *Idem*, p. 67.
- <sup>107</sup> COSTA, Alfredo Bruto da, 1998, Exclusões Sociais, Lisboa, Ed. Gradiva, p. 54.
- <sup>108</sup> Direcção Geral de Acção Social, Programas de Inserção: Reflexões Metodológicas, p. 7 – 8.
- <sup>109</sup> *Idem*, p. 8.
- <sup>110</sup> Cf. Plano Nacional de Acção para a Inclusão, Portugal 2001 – 2003, p. 82 – 83.
- <sup>111</sup> Direcção Geral de Acção Social, Programas de Inserção: Reflexões Metodológicas, p. 9.
- <sup>112</sup> Cf. CENTENO, Luís *et. al.*, Fev. 2000, Percursos Profissionais de Exclusão Social (Estudos e Análises: 19), Lisboa, 5ª Cor, Artes Gráficas, Lda, p. 159.
- <sup>113</sup> Cf. CANHA, João, “Horizontes 2000 – Sentido da Oportunidade” *in* Pretextos, Dez. 2000, Lisboa, IDS, n.º 2, p. 23.
- <sup>114</sup> JACINTO, E. *et. al.*, 1998, Ciências Sociais e Formação Cívica, Lisboa, Ed. Plátano, p. 200 – 224.
- <sup>115</sup> FERREIRA, Leonor Vasconcelos, s. d., “Distribuição do Rendimento e Pobreza À Região Norte no Contexto Nacional entre 1990 e 1995” *in* Estatísticas e Estudos Regionais, 2001, Porto, INE, p. 26.
- <sup>116</sup> “Processos suspensos são processos cujos efeitos se sustentam durante determinado período de tempo, no caso de ocorrerem as seguintes circunstâncias: a) o titular não ter disponibilidade para requerer prestações de Segurança Social a que tenha direito; não ter disponibilidade para exercer o direito de acção para cobrança de eventuais créditos; não ter disponibilidade para o reconhecimento de direito a alimentos (período de suspensão: 90 dias); b) exercer actividade remunerada por período inferior a 180 dias, no caso do exercício da actividade ultrapassar o valor da prestação (período de suspensão: igual à duração da actividade que lhe deu causa).”

<sup>117</sup> CENTENO, Luís *et. al.*, Fev. 2000, Percursos Profissionais de Exclusão Social (Estudos e Análises: 19), Lisboa, 5ª Cor, Artes Gráficas, Lda, p. 143.

<sup>118</sup> SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, s. d., “Cultura, Tempos Livres e Associativismo Juvenil” *in* Estruturas Sociais e Desenvolvimento, Actas do II Congresso Português de Sociologia, vol. II, p. 282.

<sup>119</sup> *Idem*, p. 286.

<sup>120</sup> *Idem*, p. 288.

<sup>121</sup> VINTÉM, João, s. d., “Associativismo e Participação Social” *in* Pretextos, Abril 2001, Lisboa, IDS, n.º 4, p. 19.

<sup>122</sup> RODRIGUES, Francisco, s. d., “Associativismo e Desenvolvimento Social” *in* Jotamais – Revista de Associativismo Juvenil Local e Regional, Porto, FNAJ, p. 18.

<sup>123</sup> ETIÉNNE, Jean *et al.*, 1998, Dicionário de Sociologia – As Noções, os mecanismos e os autores, Lisboa, Plátano Edições Técnicas, p. 93.

<sup>124</sup> VINTÉM, João, s. d., “Associativismo e Participação Social” *in* Pretextos, Abril 2001, Lisboa, IDS, n.º 4, p. 19